

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**CAMILA ARAUJO NONATO**

**PROCESSAMENTO DE CRÍTICAS E ELOGIOS IRÔNICOS E LITERAIS NO  
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**JUIZ DE FORA**

**2020**

**CAMILA ARAUJO NONATO**

**PROCESSAMENTO DE CRÍTICAS E ELOGIOS IRÔNICOS E LITERAIS NO  
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Defesa de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Mercedes Marcilese

**JUIZ DE FORA**

**2020**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Nonato, Camila.

Processamento de críticas e elogios irônicos e literais no português brasileiro / Camila Nonato. -- 2020.

122 p.

Orientador: Mercedes Marcilese

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2020.

1. Ironia. 2. Críticas. 3. Elogios. 4. Linguagem não literal. 5. Processamento linguístico. I. Marcilese, Mercedes, orient. II. Título.

CAMILA ARAUJO NONATO

**Processamento de críticas e elogios irônicos e literais no português brasileiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Aprovada em 13 de maio de 2020

BANCA EXAMINADORA



---

Profa. Dra. Mercedes Marcilese – Orientadora  
Universidade Federal de Juiz de Fora



---

Profa. Dra. Maria Cristina Lobo Name  
Universidade Federal de Juiz de Fora



---

Em nome do Prof. Dr. Roberto G. De Almeida  
Concordia University, Montreal

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha orientadora, Mercedes Marcilese, por me acompanhar desde a graduação com todo o seu carinho e empenho. Ela, com toda a dedicação que tem pelo seu trabalho, despertou em mim a paixão pela Psicolinguística. Posso dizer, sem dúvida alguma, que ela é uma das mulheres que eu mais admiro na vida.

Agradeço também às professoras Cristina Name e Ana Paula El-Jaick por todas as contribuições que fizeram ao meu trabalho. Não poderíamos ter escolhido profissionais melhores para compor a minha banca de qualificação.

A todos os meus professores da graduação e do mestrado, meu muito obrigada. Vocês são excelentes no que fazem.

Aos meus amigos Nilton e Olívia, que fizeram comigo quase todas as disciplinas do mestrado, à Cristina e à Késsia, que, sempre carinhosas, me também me ajudaram bastante, dedico também meu agradecimento e carinho. Não teria conseguido sem vocês!

À minha família, que moldou quem eu sou, demonstro meu amor. À minha mãe, Denise, por ter me incentivado a continuar seguindo em frente quando eu mesma achava que não era capaz, meu muito obrigada. Ao meu pai, Luiz, que sempre me ensinou a nunca desistir dos meus sonhos, meu muito obrigada. Ao meu esposo, Guilherme, que esteve sempre presente nos meus momentos de luta e de glória, me ajudando bastante com os gráficos, meu muito obrigada.

Também preciso agradecer à minha gata, Ada. Toda vez em que eu estava prestes a explodir em frente ao computador, ela parecia perceber e sentava em cima do teclado para me distrair e me relaxar um pouquinho (rsrs).

Agradeço também a todos que tornaram possível este trabalho: aos voluntários que participaram dos experimentos, aos membros da Banca Examinadora e à UFJF.

## RESUMO

Esta dissertação investiga a compreensão de enunciados irônicos por adultos falantes de português brasileiro (PB), no contexto da psicolinguística experimental. Dois subtipos de ironia são considerados e contrastados com críticas e elogios literais: críticas irônicas (= afirmações positivas com significado negativo pretendido) e elogios irônicos (= declarações negativas com significado positivo pretendido). O processamento de enunciados irônicos tem sido investigado em diversas pesquisas conduzidas com base no inglês (NILSEN; GLENWRIGHT 2011; GLENWRIGHT; PEXMAN 2009; PEXMAN; GLENWRIGHT 2007; GIBBS 2000; COLSTON 1997; DEWS; WINNER 1995; dentre outros). No que tange ao PB, embora estudos anteriores tenham abordado o processamento de linguagem não literal no contexto da psicolinguística experimental (LAGE 2005; RICCI 2016; BARRETO 2017; AVELAR 2018), não foram identificados estudos cujo foco fosse especificamente a ironia. Dado que a ironia pode veicular tanto uma crítica quanto um elogio, uma questão a ser pesquisada é em que medida a compreensão de um enunciado irônico (crítico ou elogioso) seria equivalente à compreensão de uma crítica ou de um elogio literal; outra questão relevante é em que medida informações de natureza prosódica podem influenciar na compreensão da ironia. As seguintes perguntas foram consideradas nesta pesquisa: 1) críticas irônicas e elogios irônicos são processados de forma semelhante? (GLENWRIGHT; PEXMAN 2007); 2) em que medida críticas literais são percebidas como mais “ofensivas” do que críticas irônicas? (*Tinge Hypothesis*, DEWS; WINNER 1995); 3) a compreensão de enunciados irônicos parece ser influenciada pela forma de apresentação dos mesmos (leitura *versus* escuta)? Para investigar essas questões, foram conduzidos dois experimentos: no Experimento 1, foram investigados a leitura e o julgamento de enunciados irônicos; já no Experimento 2, os enunciados foram apresentados como estímulos auditivos. Em ambos os casos, os participantes foram apresentados a uma narrativa curta, com duas personagens, cujo desfecho poderia ser negativo ou positivo. Cada narrativa foi seguida por um enunciado proferido por uma das personagens da história, que poderia ser congruente ou incongruente com o desfecho da situação. As variáveis independentes foram: *contexto discursivo* (evento positivo ou negativo) e *tipo de enunciado* (congruente ou incongruente com o contexto). As condições experimentais resultantes foram: (i) contexto positivo + enunciado congruente (=elogio literal); (ii) contexto positivo + enunciado incongruente (=elogio irônico); (iii) contexto negativo + enunciado congruente (=crítica literal); e (iv) contexto negativo + enunciado incongruente (=crítica irônica). As variáveis dependentes foram: tempo de reação (na leitura ou na escuta) frente ao enunciado alvo e julgamento deste de acordo com duas escalas: (i) sinceridade da personagem que profere o enunciado; e (ii) gentileza do enunciado de acordo com o ponto de vista da personagem receptora. Os resultados do Experimento 1 revelaram efeitos estatisticamente significativos compatíveis com uma maior dificuldade na compreensão da ironia se comparada a enunciados literais, sendo que, entre os dois subtipos analisados, os elogios irônicos pareceram ser os mais difíceis de serem compreendidos. Já os resultados do Experimento 2 sugerem que a

apresentação dos enunciados de forma auditiva pode auxiliar na compreensão da ironia. Esses resultados podem ser tomados como indicativos de que informações de natureza prosódica poderiam fornecer pistas relevantes para a compreensão de enunciados não literais.

**Palavras-chave:** Ironia. Críticas. Elogios. Linguagem não literal. Processamento linguístico.

## ABSTRACT

This dissertation investigates the comprehension of ironic utterances by Brazilian Portuguese (BP) adult speakers in the context of experimental Psycholinguistics. Two subtypes of irony are considered and contrasted with literal criticisms and compliments: ironic criticism (= positive statements with intended negative meaning) and ironic compliment (= negative statements with intended positive meaning). The processing of ironic utterances has been investigated in several surveys based on English (NILSEN; GLENWRIGHT 2011; GLENWRIGHT; PEXMAN 2009; PEXMAN; GLENWRIGHT 2007; GIBBS 2000; COLSTON 1997; DEWS; WINNER 1995; among others). Regarding BP, although previous studies have addressed non-literal language processing in the context of experimental psycholinguistics (LAGE 2005; RICCI 2016; BARRETO 2017; AVELAR 2018), studies whose focus was specifically irony were not identified. Given that irony can convey both criticism and compliment, one question to be researched is to what extent the comprehension of an ironic statement (critical or complimentary) would be equivalent to the comprehension of a criticism or a literal compliment; another relevant question is the extent to which prosodic cues could influence the understanding of irony. The following questions were considered in this research: 1) are ironic criticisms and ironic compliments processed in a similar way? (GLENWRIGHT; PEXMAN 2007); 2) to what extent are literal criticisms perceived as more "offensive" than ironic criticisms? ("Tinge Hypothesis", DEWS; WINNER 1995); 3) does the comprehension of ironic statements seem to be influenced by the way they are presented (reading *versus* listening)? To investigate these issues, two experiments were conducted: in Experiment 1, the reading and judgment of ironic statements was investigated; in Experiment 2, the statements were presented as auditory stimuli. In both cases, the participants were introduced to a short narrative, with two characters, whose outcome could be negative or positive. Each narrative was followed by a statement made by one of the characters in the story, which may be congruent or incongruous with the outcome of the situation. The independent variables were: *discursive context* (positive or negative event) and *type of statement* (congruent or incongruous with the context). The resulting experimental conditions were: (i) positive context + congruent statement (= literal compliment); (ii) positive context + incongruous statement (= ironic compliment); (iii) negative context + congruent statement (= literal criticism); and (iv) negative context + incongruous statement (= ironic criticism). The dependent variables were: reaction time (in reading or listening task) before the target statement and utterance judgment according to two scales: (i) sincerity of the character who utters the statement; and (ii) kindness of the statement according to the point of view of the receiving character. The results of Experiment 1 revealed statistically significant effects compatible with a greater difficulty in understanding irony when compared to literal utterances, and, between the two subtypes analyzed, ironic compliment seemed to be the most difficult to understand. The results of Experiment 2 suggest that the presentation of statements in an auditory way helps to understand irony. These results can be taken as indicative that information of a prosodic nature could provide relevant clues for the understanding of non-literal statements.

**Keywords:** Irony. Criticisms. Compliments. Non-literal language. Linguistic processing.

## LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

### FIGURAS

Figura 1 — Escalas de julgamento utilizadas nos Experimentos 1 e 2 .....	75
Figura 2 — Representação esquemática do procedimento empregado no Experimento 1 .....	81
Figura 3 — Representação esquemática do procedimento empregado no Experimento 2 .....	98

### GRÁFICOS

Gráfico 1— Tempo médio de leitura (em milissegundos) do enunciado-alvo em função de congruência com o contexto .....	82
Gráfico 2 — Tempo médio de leitura (em milissegundos) do enunciado-alvo para cada condição experimental .....	83
Gráfico 3 — Tempo de reação (em milissegundos) da escala de sinceridade em função da congruência do enunciado-alvo .....	84
Gráfico 4 — Tempo de julgamento (em milissegundos) dos enunciados-alvo na escala de sinceridade por condição experimental .....	85
Gráfico 5 — Tempo de julgamento (em milissegundos) dos enunciados-alvo na escala de gentileza em função de congruência do enunciado .....	85
Gráfico 6 — Tempo de julgamento (em milissegundos) dos enunciados-alvo na escala de gentileza em função do contexto discursivo .....	86
Gráfico 7 — Tempo de julgamento (em milissegundos) dos enunciados-alvo na escala de gentileza por condição experimental .....	87
Gráfico 8 — Percentual de julgamentos-alvo por condição na escala de sinceridade (Max Score = 80) .....	88
Gráfico 9 — Percentual de julgamentos-alvo na escala de gentileza (Max Score = 80) .....	90

Gráfico 10 — Tempo médio de julgamento (em milissegundos) na escala de sinceridade em função de congruência do enunciado-alvo .....	100
Gráfico 11— Tempo médio de julgamento (em milissegundos) na escala de gentileza em função de congruência do enunciado-alvo .....	100
Gráfico 12 — Tempo médio de julgamento (em milissegundos) na escala de gentileza em função de contexto discursivo .....	101
Gráfico 13 — Percentual de julgamentos-alvo na escala de sinceridade (Max Score = 80) .....	102
Gráfico 14 — Percentual de julgamentos-alvo na escala de gentileza (Max Score = 80) .....	103

## TABELAS

Tabela 1 — Julgamentos-alvo esperados para cada condição experimental na escala de sinceridade .....	88
Tabela 2 — Número de julgamentos “não sei” na escala de sinceridade por condição experimental .....	89
Tabela 3 — Julgamentos-alvo esperados para cada condição experimental na escala de gentileza .....	89
Tabela 4 — Número de julgamentos “não sei” na escala de gentileza por condição experimental .....	91
Tabela 5 — Médias de tempo de reação na escuta dos enunciados-alvo por condição .....	99
Tabela 6 — Número de julgamentos “não sei” na escala de sinceridade por condição experimental .....	102
Tabela 7 — Número de julgamentos “não sei” na escala de gentileza por condição experimental .....	104

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>6</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>8</b>
<b>LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS .....</b>	<b>9</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA .....	15
1.2 HIPÓTESE DE TRABALHO .....	18
1.3 OBJETIVOS.....	20
1.4 JUSTIFICATIVA.....	21
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....	22
<b>2 CARACTERIZAÇÃO INICIAL DO FENÔMENO INVESTIGADO: O QUE É A IRONIA?.....</b>	<b>23</b>
2.1 DISTINÇÃO ENTRE LINGUAGEM LITERAL E NÃO LITERAL.....	23
2.2 A CARACTERIZAÇÃO DA IRONIA SOB DIFERENTES PERSPECTIVAS..	27
2.3 AS CRÍTICAS IRÔNICAS .....	37
2.4 OS ELOGIOS IRÔNICOS .....	39
<b>3 PROCESSAMENTO DA IRONIA .....</b>	<b>42</b>
3.1 COMPREENSÃO DE ENUNCIADOS IRÔNICOS E DESENVOLVIMENTO DA TEORIA DA MENTE.....	42
3.2 A COMPREENSÃO DA IRONIA E A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM .....	47
3.3 A COMPREENSÃO DA IRONIA POR FALANTES ADULTOS.....	55
3.4 O PAPEL DA PROSÓDIA NA COMPREENSÃO DA IRONIA .....	63
<b>4 PROCESSAMENTO DE CRÍTICAS E ELOGIOS IRÔNICOS NO PB: UM ESTUDO EXPERIMENTAL .....</b>	<b>70</b>
4.1 O MÉTODO EXPERIMENTAL .....	70
4.2 TÉCNICAS UTILIZADAS .....	72
4.3 EXPERIMENTO 1: COMPREENSÃO DE CRÍTICAS E ELOGIOS LITERAIS E NÃO LITERAIS NA LEITURA.....	76

<b>4.3.1 Método.....</b>	<b>76</b>
<b>4.3.2 Resultados e discussão .....</b>	<b>82</b>
4.4 EXPERIMENTO 2: EXPLORANDO A INFLUÊNCIA DA PROSÓDIA NA COMPREENSÃO DE CRÍTICAS E ELOGIOS LITERAIS E NÃO LITERAIS	94
<b>4.4.1 Método.....</b>	<b>95</b>
<b>4.4.2 Resultados e discussão .....</b>	<b>99</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>107</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>113</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>118</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação foi desenvolvida no âmbito da psicolinguística experimental e investiga a compreensão de enunciados irônicos – críticos e elogiosos – quando comparados com críticas e elogios literais, por parte de falantes adultos do português brasileiro (PB)<sup>1</sup>.

Inúmeros são os trabalhos que discorrem sobre a distinção entre linguagem literal e não literal, sendo que maioria deles se debruça sobre o fenômeno da metáfora, o qual conta, por sinal, com extensa bibliografia (GILDEA; GLUCKSBERG 1983; VOSNIADOU 1987; GIORA 1999; SOUZA 2003; dentre outros).

Em relação especificamente ao fenômeno da ironia, apesar de também ser caracterizado como um tipo de uso não literal da linguagem, não foram identificadas na literatura pesquisas relativas ao PB que assumam a perspectiva da psicolinguística experimental. Nesse sentido, o assunto se revelou como um tópico de interesse no contexto dos estudos sobre o português e, além disso, identificamos também a necessidade de aprofundar as discussões sobre várias questões específicas sobre a compreensão de enunciados irônicos ainda não suficientemente esclarecidas na literatura disponível.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica sobre a caracterização geral do fenômeno da ironia, percebemos que, genericamente, a mesma tem sido caracterizada em livros didáticos e em dicionários como sendo uma figura de linguagem por meio da qual “se diz o contrário do que se quer dar a entender”. Porém, aprofundando o estudo sobre esse fenômeno, chegamos à conclusão de que a ironia é muito mais do que isso, visto que alguns autores apontam diversas tipologias e suas respectivas intenções de uso (GIBBS 2000), resultando em vários fatores que podem ser explorados dentro desse assunto mais amplo.

Apesar de muitos autores citarem diversos tipos de ironia (BROWN; LEVINSON 1987; COLSTON 1997; GIBBS 2000), como foi dito, não poderíamos dar conta de abordar todos eles no âmbito desta pesquisa. Logo, para viabilizar a execução

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa faz parte do projeto “*Interfaces entre morfologia, sintaxe e conhecimento enciclopédico: aquisição, processamento e caracterização teórica do sentido não composicional*” financiado pelo CNPq (Chamada MCTIC/CNPq N° 28/2018 Universal, Processo n° 432391/2018-5) e conta com aprovação do Comitê de Ética da UFJF (CAAE n° 26018919.0.0000.5147).

da presente investigação, selecionamos apenas dois subtipos de enunciados irônicos a serem explorados. O primeiro são as denominadas críticas irônicas, que ocorrem quando a forma do que é dito se assemelha a um elogio, mas a intenção subjacente carrega um viés crítico, como no exemplo (1) abaixo, em que a intenção de Joana é criticar a amiga:

- (1) Letícia só gosta de filmes de ação, mas sua amiga Joana detesta. Ontem, no cinema, enquanto Letícia escolhia um filme, Joana falou para ela: “Você só escolhe filmes bons!”.

O segundo tipo de enunciado aqui investigado são os elogios irônicos, nos quais a forma do que é dito se assemelha a uma crítica, mas a intenção por trás de seu uso, na verdade, é fazer um elogio ou manifestar admiração por algum fato, como mostrado no exemplo (2), em que a intenção de Joana é elogiar a escolha da amiga:

- (2) Letícia e Joana são amigas. Elas gostam exatamente do mesmo tipo de filme. Ontem, no cinema, enquanto Letícia escolhia um filme, Joana falou para ela: “Você só escolhe filmes ruins!”.

Esses dois subtipos de enunciados irônicos mencionados foram selecionados com a finalidade de contrastá-los com enunciados literais (críticos e elogiosos), para investigarmos em que medida, como diversos trabalhos prévios sugerem (DEWS; WINNER 1995; COLSTON 1997; PEXMAN; GLENWRIGHT 2007), um enunciado irônico seria realmente mais difícil de ser processado do que um enunciado literal e que tipo de informações poderiam facilitar a compreensão desse tipo de enunciados não literais. Nesse sentido, investigamos possíveis diferenças na compreensão de enunciados irônicos em função do modo como os mesmos ocorrem: na modalidade escrita (compreensão durante a leitura) ou oral (compreensão durante a escuta).

Uma questão ainda em aberto diz respeito ao possível papel de informações prosódicas no processamento da ironia. Embora certamente na leitura silenciosa um contorno prosódico implícito seja projetado pelo leitor (FODOR 2005), a presença de uma prosódia explícita em enunciados oralmente produzidos poderia fornecer pistas relevantes para a identificação de um enunciado como sendo literal ou irônico. Vale destacar que esse ponto ainda se apresenta como controverso na literatura (CUTLER 1974; ACKERMAN 1983; GRICE 1989; KREUZ 1996; GIBBS 2000; BRYANT 2010; CHEVALLIER ET AL 2011; KOWATCH ET AL 2013; DELIENS 2018).

Nesse sentido, nosso trabalho busca investigar como se dá a compreensão de críticas e elogios irônicos, contrastando-os com críticas e elogios literais, a fim de aprofundar as discussões especificamente acerca do fenômeno da ironia no PB (em contraste com o apontado previamente por pesquisas conduzidas, predominantemente em língua inglesa), tanto em relação à leitura quanto à escuta, além de procurar refletir sobre questões mais amplas sobre o processamento de linguagem não literal.

A seguir, apresentaremos de forma mais detalhada o problema de pesquisa, assim como as hipóteses e os objetivos do trabalho, além da justificativa que nos levou a conduzi-lo.

### 1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Como já mencionado, a presente pesquisa procura investigar a compreensão de ironia por adultos falantes de PB, no contexto da psicolinguística experimental, a fim de averiguar se enunciados irônicos são processados mais lentamente do que enunciados literais – sugerindo, portanto, processos diferenciados envolvidos na compreensão da linguagem literal e figurada – e em que medida a modalidade (escrita ou oral) de apresentação desses enunciados pode influenciar na compreensão dos mesmos.

O que nos levou inicialmente a querer discutir esse fenômeno foi constatar que, de modo geral, se observarmos os dicionários e os livros didáticos, a ironia é caracterizada como algo simples, como já dito, “uma figura de linguagem por meio da qual se diz o contrário do que se quer dar a entender”, mas que se mostra, quando investigamos mais a fundo, algo extremamente complexo de se compreender, tendo alguns estudos apontado que seus custos de processamento são realmente maiores quando contrastados com a compreensão de enunciados literais (DEWS; WINNER 1995; COLSTON 1997; PEXMAN; GLENWRIGHT 2007).

À medida que realizamos a leitura de diversos textos teóricos, observamos que várias são as questões que poderiam ser investigadas acerca desse fenômeno: muitos autores (GIBBS 2000; PEXMAN; GLENWRIGHT 2007) citam vários subtipos de ironia (i.e. ironias críticas, elogiosas, sátiras, ironias situacionais, perguntas retóricas, etc.) e enfatizam a importância da relação entre a ironia e alguns fatores extra ou paralinguísticos, como a expressão facial e o gestual, por exemplo. Além disso, outro

fator que parece ser importante para a compreensão da ironia, e que consideramos relevante para o desenvolvimento do nosso trabalho, é a prosódia com que os enunciados são proferidos. Alguns autores (ACKERMAN 1983) reforçam que, quando ouvimos alguém pronunciar uma fala irônica, a compreensão é facilitada se comparada à leitura de frases que contêm ironia; outros autores, porém, defendem que a prosódia não influencia a compreensão de enunciados irônicos (GIBBS 2000; BRYANT 2010), logo, sendo um campo ainda em discussão entre os teóricos da área. Um ponto relevante relacionado é a afirmação de que não haveria algo tal como uma “prosódia irônica”, isto é, um conjunto específico de propriedades prosódicas que permitisse identificar um enunciado como sendo claramente irônico (KREUZ 1996; GIBBS 2000).

Apesar de entendermos que se trata de um amplo campo de estudo, pelo fato de se tratar de um fenômeno bastante complexo, foi necessário realizar um recorte de modo a poder conduzir a pesquisa no contexto de uma dissertação de mestrado. Por conta de tais questões, foi necessário que focássemos em apenas alguns pontos que dizem respeito à compreensão da ironia e, logo, escolhemos dois subtipos a serem trabalhados aqui e já citados anteriormente e retomados a seguir, quais sejam:

- a) **Críticas irônicas:** caracterizadas como afirmações positivas feitas com um significado negativo pretendido, isto é, enunciados cuja forma superficial se assemelha a um elogio, mas cujo conteúdo carrega um viés crítico, como se observa no exemplo (1), apresentado novamente em (3) abaixo:

(3) Letícia só gosta de filmes de ação, mas sua amiga Joana detesta. Ontem, no cinema, enquanto Letícia escolhia um filme, Joana falou para ela: “Você só escolhe filmes bons!”.

Pode-se inferir, nesse caso, que Joana está lançando mão de uma crítica irônica, visto que, apesar de ela falar para a amiga que ela só escolhe filmes bons, sabemos, pelo contexto, que ela detesta esse gênero cinematográfico. É importante notar que, se observamos apenas a “forma” (ACKERMAN 1983) do enunciado – isto é, o sentido literal do mesmo, sem considerarmos o contexto a ele associado –, parece que Joana está elogiando a escolha da amiga, mas, se buscarmos a intenção por trás do que foi dito, percebemos que há uma crítica implícita ali.

O segundo tipo de enunciado irônico considerado no âmbito da nossa pesquisa são os denominados “elogios irônicos”:

- b) **Elogios irônicos:** declarações superficialmente negativas com um significado positivo pretendido, ou seja, enunciados em que a forma literal do que é dito se assemelha a uma crítica, mas a intenção por trás de seu uso, na verdade, é fazer um elogio ou expressar admiração frente a uma certa situação, conforme apresentado no exemplo (2), reiterado em (4) abaixo:

(4) Letícia e Joana são amigas. Elas gostam exatamente do mesmo tipo de filme. Ontem, no cinema, enquanto Letícia escolhia um filme, Joana falou para ela: “Você só escolhe filmes ruins!”.

Em (4), acima, temos um elogio irônico, pois, apesar de a forma do enunciado nos sugerir uma crítica, sabemos que Joana gosta dos mesmos filmes que Letícia, logo, seria incongruente criticá-los. Dessa forma, percebemos que a intenção por trás do enunciado é, na verdade, tecer um elogio de maneira implícita ou demonstrar aprovação com relação ao fato mencionado, o que caracteriza o elogio irônico.

Vale destacar que a classificação anteriormente apresentada delimita os enunciados irônicos em função do sentido pretendido/intenção do falante e não de sua forma superficial ou literal. Assim sendo, as denominadas “críticas irônicas” superficialmente se apresentam como elogios (ou enunciados com conteúdo positivo), enquanto os “elogios irônicos” superficialmente se assemelham a críticas (ou enunciados com conteúdo negativo).

Esses dois tipos de enunciado irônico, em nosso trabalho, foram contrastados com críticas e elogios literais, tanto por meio de um experimento de leitura (Experimento 1), quanto em um experimento de escuta (Experimento 2), a fim de averiguar em que medida os falantes apresentam uma maior dificuldade para compreender os primeiros quando comparados aos enunciados literais. Com isso, procuramos também responder qual dos dois, enunciados explícitos ou irônicos, são considerados mais ofensivos/agressivos – ou menos polidos – pelos falantes e se informações contidas nos enunciados orais (relativas a eventuais pistas prosódicas) podem influenciar de alguma forma na compreensão da ironia.

Além disso, também buscamos comparar a compreensão de críticas e elogios irônicos entre si, presumindo que os elogios irônicos seriam processados mais lentamente do que as críticas irônicas, como sugerem algumas pesquisas prévias (DEWS; WINNER 1995; COLSTON 1997; HARRIS; PEXMAN 2003; PEXMAN; GLENWRIGHT 2007; GLENWRIGHT; PEXMAN 2010). Ademais, buscamos refletir sobre esse possível contraste entre enunciados irônicos críticos e elogiosos, que tem sido interpretado na literatura como sendo decorrente do fato de que os elogios irônicos seriam menos utilizados no dia a dia e, por esse motivo, sua compreensão se tornaria mais complexa (PEXMAN; GLENWRIGHT 2007; GLENWRIGHT; PEXMAN 2010). Entendemos, no entanto, que tal afirmação apresenta um problema de circularidade: esses enunciados são mais custosos porque não se apresentam com tanta frequência na produção linguística dos falantes ou não se apresentam frequentemente pela sua natureza inerentemente mais complexa? Esse ponto será retomado mais à frente ao longo do nosso trabalho.

Em relação a possíveis pistas ou conjuntos de informações que podem ser relevantes na identificação de enunciados irônicos, apenas informação de natureza prosódica foi levada em conta, a partir do nosso segundo experimento. Cabe frisar que nossa pesquisa não traz uma contribuição mais detalhada nesse sentido, mas se limita – como será desenvolvido mais à frente – a comparar a compreensão de enunciados escritos e orais e indicar alguns encaminhamentos futuros para uma discussão mais aprofundada a partir dos resultados iniciais aqui reportados. Outros fatores, como expressão facial, gestual e linguagem corporal de modo mais amplo, além de diferenças culturais no uso de enunciados irônicos, não foram incluídos neste trabalho, visto que são fatores difíceis de serem contemplados no tempo disponível para a realização da pesquisa.

## 1.2 HIPÓTESE DE TRABALHO

A partir da literatura considerada para a fundamentação deste trabalho, foram levantadas algumas hipóteses sobre como se daria o processamento da ironia. Nossa primeira hipótese é a de que o processamento de críticas e elogios irônicos é de fato mais custoso do que o processamento de críticas e elogios literais, como já reportado

por diversos pesquisadores da área de psicolinguística em pesquisas conduzidas em língua inglesa (ACKERMAN 1986; GIORA 1995; DEWS; WINNER 1995; COLSTON 1997; GIBBS 2000; HARRIS; PEXMAN 2003; PEXMAN; GLENWRIGHT 2007; GLENWRIGHT; PEXMAN 2010). Essa diferença em termos de processamento estaria relacionada ao fato, defendido por alguns autores, de que enunciados literais seriam mais rapidamente compreendidos do que enunciados figurados, lembrando que a ironia é tipicamente caracterizada como fazendo parte da denominada “língua não literal”. Cumpre lembrar que esse pressuposto não é unânime na literatura, já que há quem defenda que enunciados figurados – em particular no caso das metáforas – podem ser processados de forma direta, sem necessidade de que um possível sentido literal seja computado previamente ou de forma paralela ao sentido figurado (GILDEA; GLUCKSBERG 1983; GLUCKSBERG 2003).

Nossa segunda hipótese de trabalho diz respeito a um ponto que ainda permanece em aberto na literatura resenhada e tange à avaliação das críticas (literais ou irônicas) por parte dos falantes. De acordo com alguns estudos, as críticas literais seriam vistas como mais rudes/ofensivas (ou menos polidas) do que as críticas irônicas, ou seja, criticar alguém literal e abertamente poderia soar mais grosseiro do que tecer uma ironia (DEWS; WINNER 1995; COLSTON 1997; PEXMAN; GLENWRIGHT 2007). Nesse sentido, o julgamento que os falantes fazem com relação às críticas irônicas poderia revelar algumas informações relacionadas à intenção comunicativa de tais enunciados (Ex. atenuar ou reduzir a carga negativa associada a uma crítica ou, pelo contrário, reforçar ou destacar esse mesmo valor negativo). Como veremos mais à frente, esse ponto é bastante complexo já que, por vezes, ironia e sarcasmo são vistos como modos mais incisivos de veicular uma crítica do que enunciados literais. No entanto, como ponto de partida, levantamos aqui a hipótese – em consonância com parte da literatura prévia – de que críticas irônicas seriam avaliadas como menos rudes do que críticas literais pelos falantes, talvez até mesmo pelo seu viés humorístico, como veremos adiante (MARTIN 2007).

Sobre os elogios irônicos, especificamente, de acordo com o apontado pela literatura, levantamos a hipótese de que eles demandariam um maior custo de processamento quanto comparados com as críticas irônicas (HARRIS; PEXMAN 2003; PEXMAN; GLENWRIGHT 2007). Apesar de as justificativas que permeiam tal assunto ainda se mostrarem no nosso entender, rasas ou obscuras, pesquisas prévias trazem

resultados que sugerem diferenças no processamento de ambos os tipos de enunciado irônico.

Nossa quarta e última hipótese relaciona-se ao possível papel de informações de natureza prosódica no processamento de enunciados irônicos: assumimos aqui que os falantes teriam mais facilidade de identificar a ironia quando ela fosse apresentada por meio de enunciados orais marcados prosodicamente do que no caso de enunciados escritos. Embora a influência da prosódia ainda se mostre controversa na literatura, alguns trabalhos com base no PB (MORAES 2010; FERREIRA 2015; MOURA 2017) reforçam a ideia de que fatores tais como os valores da frequência fundamental (F0) em alguns pontos do enunciado, a tessitura e a duração do mesmo seriam diferentes em enunciados irônicos e literais. Estas questões serão aprofundadas mais à frente.

### 1.3 OBJETIVOS

Nosso trabalho visa a avaliar experimentalmente, como já dito, o processamento de ironia por falantes do PB. Dessa forma, o objetivo principal é obter informações relevantes que permitam uma melhor compreensão do processamento de enunciados irônicos e, desse modo, contribuir para a discussão teórica acerca desse fenômeno, que ainda não é muito vasta no PB, no âmbito da psicolinguística experimental. Além disso, pretende-se também contribuir com a discussão mais ampla relativa ao contraste entre o processamento da linguagem literal e não literal e, de forma indireta, com a reflexão mais geral sobre a computação do sentido. Ainda no que tange aos objetivos gerais, nosso trabalho buscar fornecer subsídios possam contribuir na construção de uma caracterização da possível influência de informações de natureza prosódica na compreensão de enunciados não literais.

Já no que tange aos nossos objetivos específicos, a presente pesquisa buscou:

- 1) Contrastar a compreensão de enunciados irônicos e literais, sejam críticos ou elogiosos, em tarefas de leitura e de escuta de frases (Experimentos 1 e 2);
- 2) Comparar a compreensão de enunciados irônicos críticos e elogiosos em tarefas de leitura e escuta de frases (Experimentos 1 e 2);

- 3) Investigar a avaliação em termos de polidez atribuída pelos falantes para os diferentes tipos de críticas e elogios investigados (literal *versus* irônica) (Experimentos 1 e 2);
- 4) Avaliar experimentalmente possíveis diferenças na compreensão de enunciados irônicos em função da modalidade de apresentação dos mesmos (escrita *versus* oral), investigando de forma indireta um eventual papel de informações prosódicas explícitas na identificação da ironia (Experimento 2);
- 5) Discutir os resultados obtidos à luz do reportado por estudos prévios.

#### 1.4 JUSTIFICATIVA

Como mencionado anteriormente, foram encontrados na literatura diversos trabalhos conduzidos em língua inglesa sobre o fenômeno da ironia, buscando caracterizá-la e estabelecer como se dá a sua compreensão (ACKERMAN 1986; GIORA 1995; DEWS; WINNER 1995; COLSTON 1997; HARRIS; PEXMAN 2003; PEXMAN; GLENWRIGHT 2007; GLENWRIGHT; PEXMAN 2010; GIBBS 2000; BANASIK; PODSIADLO 2016). Entretanto, como veremos mais adiante, muitos desses trabalhos são divergentes em seus pontos de vista e muitos dos experimentos realizados sob uma abordagem cognitiva trazem resultados contraditórios, dependendo da metodologia utilizada. Nesse sentido, nota-se que a questão relativa ao processamento da ironia está longe de ser um problema resolvido.

Além disso, especificamente no que tange ao PB, não foram localizados trabalhos que focassem no processamento da ironia sob a abordagem da psicolinguística experimental, tornando-se relevante que o estudo desse fenômeno fosse realizado.

Logo, o presente trabalho se justifica pelo fato de buscar esclarecer diversas questões ainda em aberto – e mencionadas previamente – sobre o processamento da ironia – e até mesmo sobre a própria caracterização mais geral do fenômeno em si –, assim como investigar experimentalmente a compreensão de enunciados irônicos considerando especificamente o PB.

## 1.5 Organização do trabalho

Este trabalho, no qual apresentamos a pesquisa desenvolvida no âmbito de um mestrado acadêmico, além deste capítulo introdutório, é composto por mais quatro capítulos. No Capítulo 2, buscaremos realizar uma breve caracterização do fenômeno da ironia. Para isso, será necessário, primeiramente, estabelecer uma distinção entre o que seriam as comumente denominadas “linguagem literal” e “não literal”. Logo após, apresentamos uma resenha de questões relevantes que leva em conta a caracterização de ironia sob diferentes perspectivas. Por último, ainda nesse capítulo, nosso foco será a caracterização das críticas e dos elogios irônicos, isto é, dos dois subtipos de ironia a serem investigados mais detalhadamente neste trabalho.

No Capítulo 3, apresentaremos uma breve revisão bibliográfica sobre estudos que têm abordado a compreensão de enunciados irônicos na aquisição da linguagem e no processamento adulto. Discorreremos também, de forma sucinta, sobre o papel da teoria da mente no desenvolvimento de habilidades para a interpretação da ironia e sobre a possível relevância de informações prosódicas na compreensão de enunciados irônicos.

No Capítulo 4, será apresentado o estudo experimental conduzido, sob a perspectiva da psicolinguística experimental, do qual participaram falantes adultos do PB, e que buscou contemplar as questões anteriormente arroladas sobre o fenômeno aqui investigado e obter evidências que possam ajudar a responder às perguntas que fizemos inicialmente sobre a compreensão de enunciados irônicos dos dois tipos selecionados para as pesquisas empíricas.

No Capítulo 5, apresentamos as conclusões a que chegamos no atual estágio da pesquisa, um conjunto de questões que ainda permaneceram em aberto e que gostaríamos de investigar, quem sabe, futuramente e alguns possíveis encaminhamentos para a abordagem das mesmas.

## 2 CARACTERIZAÇÃO INICIAL DO FENÔMENO INVESTIGADO: O QUE É A IRONIA?

Inicialmente, faz-se importante, para o presente trabalho, tecer uma breve caracterização do fenômeno da ironia, que se enquadra dentro do que se chama comumente de linguagem não literal. Sabe-se que há pontos de vista diversos sob abordagens teóricas diferentes sobre o que seria ironia e o que ela englobaria. Considerando as várias descrições desse assunto identificadas na literatura, os tópicos apresentados a seguir buscam, de maneira objetiva, reunir alguns dos principais apontamentos a fim de tornar mais claro o nosso objeto de estudo. Para isso, teceremos, primeiramente, uma distinção entre o que é tipicamente caracterizado como linguagem literal *versus* não literal. Logo após, apresentaremos uma revisão bibliográfica específica sobre a caracterização do fenômeno da ironia na literatura. Também achamos necessário caracterizar, em duas seções específicas, os dois tipos de ironia investigados ao longo dessa pesquisa, os quais já foram apresentados de forma breve como sendo as críticas e os elogios irônicos.

### 2.1 DISTINÇÃO ENTRE LINGUAGEM LITERAL E NÃO LITERAL

A distinção entre linguagem literal e não literal é um ponto de debate que remonta a Aristóteles, em seus estudos sobre a metáfora (Poética, capítulos 21-25; Retórica, livro III). Não é uma distinção fácil de ser feita e vem suscitando discussões filosóficas e linguísticas ao longo do tempo.

A caracterização mais difundida – e, possivelmente, também a mais superficial – que se tem dessa distinção, encontrada ainda na maioria dos manuais escolares e dicionários, é a de que o sentido literal é aquele que pode ser tomado como o sentido “básico, usual” da palavra ou expressão, podendo ser compreendido sem ajuda do contexto<sup>2</sup>, adquirindo, logo, um valor denotativo. Já o sentido figurado, seria aquele que as palavras ou expressões adquirem em situações particulares de uso. Palavras e expressões teriam, então, seu significado “ampliado” ou “modificado” pelo contexto em que são empregadas, veiculando sentidos além dos mais usuais, assumindo o que se

---

<sup>2</sup> Nessa caracterização superficial o contexto costuma ser definido com base na relação entre o texto e a situação em que ele ocorre, ou seja, as circunstâncias em que se produz a mensagem que se deseja emitir – por exemplo, o lugar, o tempo, o emissor e o receptor.

chama de valor conotativo. A distinção entre “literal” e “não literal” (ou figurado) também tem sido colocada em função do contraste entre “composicional” – quando o sentido de uma expressão é tido como resultado da soma de suas partes – e “não composicional” – quando o sentido de uma dada expressão não pode ser completamente computado a partir do sentido individual dos itens que a constituem<sup>3</sup>.

A distinção entre linguagem literal e não literal apresentada acima se mostra, no entanto, muito restritiva e não leva em conta a importância do contexto também para a compreensão da linguagem literal. Claro que, em casos em que a interpretação daquilo que se diz não parece ser congruente com a intencionalidade do que se quer dizer (linguagem não literal), o contexto se mostra, sim, muito mais necessário para a compreensão do sentido do enunciado. Porém, como evidenciado por Vosniadou (2009), o contexto também é relevante para a compreensão do denominado sentido literal, principalmente quando se fala do processamento da linguagem por crianças, que, segundo ele, seriam muito dependentes, a princípio, de pistas contextuais para a interpretação dos enunciados linguísticos.

Cabe ressaltar aqui que os diversos trabalhos resenhados ao longo desta dissertação não trazem uma caracterização mais precisa do que seja considerado “contexto” ou informação contextual, muitas vezes tratando-o de maneira genérica, como já mencionado anteriormente. Tal conceito diria respeito às circunstâncias envolvidas na produção e na recepção da mensagem, ou seja, “toda a realidade que envolve a atividade verbal, quer como presença física, quer como saber dos interlocutores, quer como atividade” (ANDRADE 1998, p. 3).

Ainda sobre a distinção entre linguagem literal e não literal, tradicionalmente, pode-se dizer que o sentido literal é assumido como convencional e, presumidamente, não geraria um esforço especial de interpretação para que seja compreendido. O sentido não literal, por sua vez, seria não convencional, gerando um esforço interpretativo especial para alcançá-lo.

Conforme citado em Souza (2003), no que diz respeito à distinção entre o processamento desses dois tipos de “usos” da linguagem, há pesquisas que caminham em direções distintas, umas defendendo a existência de processamento do sentido literal anterior ao processamento da linguagem não literal (SEARLE 1979) e outras indicando

---

<sup>3</sup> A discussão sobre o que seria o sentido “estritamente composicional” versus o sentido que demandaria raciocínio específico e processos inferenciais não será abordada de maneira explícita aqui, visto que a complexidade da questão ultrapassa o escopo da presente pesquisa. Para maior aprofundamento ver Basso (2013).

que o processamento da linguagem não literal ocorre independentemente da percepção do literal (cf. SOUZA 2003, para uma revisão de trabalhos que representam essa perspectiva).

Searle (1979), defendendo a primeira perspectiva citada, afirma que, para a compreensão da linguagem não literal, deve haver primeiro uma análise da forma do que está sendo dito, em sua superfície, ou seja, uma análise do literal. A partir daí, deve-se perceber uma incoerência contextual entre o que foi dito e o que “realmente se quis dizer”, levando, então, a uma reanálise do sentido do enunciado, o que aconteceria por meio da inclusão de informações pragmáticas no cálculo do sentido do enunciado. Dessa forma, tem-se que, para Searle, a linguagem figurada seria sempre mais difícil de ser processada e compreendida se comparada à linguagem literal.

Contrariando a perspectiva anterior, tem-se a teoria do acesso direto (defendida por autores tais como GIBBS 1994, 2002; KINTSCH 1998; KINTSCH; BOWLES 2002; GLUCKSBERG; KEYSAR 1990; GLUCKSBERG 1998 *apud* SOUZA 2003). Souza (2003) resume essa teoria em seu estudo sobre a memória de trabalho do processamento de metáfora, explicando que:

(...) existe interação entre a informação contextual e os processos lexicais, nos estágios iniciais de compreensão. Dessa forma, somente sentidos contextualmente compatíveis seriam acessados desde o início do processo, não havendo diferença entre o processamento de enunciados literais e figurados, de maneira que a compreensão da metáfora não requereria maior empenho cognitivo que a compreensão de recursos linguísticos literais. (SOUZA, 2003, p. 109)

A autora continua, afirmando que tal perspectiva não exclui a possibilidade de o processamento da linguagem figurada tomar mais tempo que o da linguagem literal. A dificuldade de integração do sentido figurado com o contexto é o que causaria um estranhamento e, por isso, uma maior dificuldade de processamento, e não necessariamente o fato de que antes se analisa e rejeita o sentido literal da expressão para então proceder à análise do sentido figurado em si.

Pesquisas têm procurado investigar como se dá a diferenciação no processamento da linguagem literal e não literal pelas crianças. Vosniadou (1987), por exemplo, afirma que as crianças apresentariam restrições no que diz respeito ao processamento de informações e que sua habilidade de lidar com tarefas mais complexas vai aumentando ao longo do tempo. Isso poderia ser resultado de uma

mudança no desenvolvimento das capacidades de memória ou de um incremento do conhecimento linguístico e de mundo e de melhores estratégias, o que, por sua vez, facilitaria a compreensão de linguagem não literal mais complexa (como é o caso da ironia e das metáforas não familiares, por exemplo). O autor ainda ressalta a importância do contexto (definido de maneira geral, levando-se em conta situações reais de uso da língua) para a compreensão da linguagem não literal por crianças, como dito anteriormente, lembrando que o uso da linguagem usualmente ocorre em um dado contexto linguístico e/ou situacional e que esse contexto forneceria importantes pistas sobre como um determinado *input* linguístico deveria ser interpretado. Segundo Vosniadou, a interdependência entre linguagem e contexto é central em muitas teorias da linguagem, como é o caso da pragmática. Nesse caso, se o contexto é importante na compreensão da linguagem literal, ele é ainda mais importante no que diz respeito à compreensão da linguagem não literal.

Nos usos literais da linguagem, o sentido pretendido pelo falante é razoavelmente consistente com o sentido denotativo da sentença. No entanto, nos usos não literais da linguagem, há uma discrepância entre o que falante diz e sua intencionalidade. Nesses casos, parafraseando Vosniadou (1987), o contexto pode fornecer ao ouvinte dois tipos de informação sobre a sentença. Primeiro, pode sinalizar que uma sentença em particular deve receber uma interpretação não literal (porque uma interpretação literal não faria sentido nesse contexto específico) e, segundo, pode fornecer pistas sobre os possíveis significados que poderiam ser atribuídos a essa sentença.

Por causa de seu conhecimento linguístico ainda em desenvolvimento, as crianças dependeriam muito mais de informações contextuais quando vão atribuir um significado a um *input* linguístico. Olson e Hillyard (1980 *apud* VOSNIADOU 1987) argumentaram que as crianças pequenas primeiro constroem significados de sentenças baseadas principalmente em informações contextuais e que não são capazes de se basear exclusivamente em informações linguísticas até muito mais tarde.

Tal discussão sobre a linguagem não literal no que diz respeito tanto ao seu processamento quanto à sua aquisição será aprofundada posteriormente no terceiro capítulo desta dissertação, em que discutiremos, especificamente, sobre o processamento da ironia.

## 2.2 A CARACTERIZAÇÃO DA IRONIA SOB DIFERENTES PERSPECTIVAS

Grice (1913-1988), filósofo inglês que tinha como principal foco de interesse o estudo da linguagem, foi um dos primeiros a abordar a questão da ironia em seus estudos, procurando averiguar como a língua funciona no uso, sendo seus postulados retomados até os dias atuais.

Em “Logic And Conversation” (1975), o filósofo aborda questões importantes para a compreensão do que seria um enunciado irônico, e a primeira delas é a noção de “implicatura”, relacionada aos princípios que – segundo Grice – regem a comunicação. Por implicaturas, entendem-se as inferências que podem ser extraídas de determinados enunciados, ou seja, informações que são dadas pelo locutor de maneira implícita, sendo nesse sentido intencionais, assim como o significado literal do que é dito.

Grice estabeleceu uma distinção entre o que ele nomeou de *implicaturas convencionais*, cuja significação dada estaria dentro do próprio sistema linguístico, e *implicaturas conversacionais*, que estariam mais ligadas ao contexto extralinguístico. Exemplificando:

(5) José é carioca, *portanto* não é um homem sério.

(6) Que ótimo dia para um piquenique! (enunciado proferido em um dia de chuva)

Em (5) temos uma implicatura convencional, ou seja, uma inferência que se pode fazer do enunciado através de marcas linguísticas, se considerarmos que o falante quis dizer que todo indivíduo carioca não é sério. Isso, apesar de não estar explicitamente dito, pode ser implicado a partir do conectivo “portanto” que, convencionalmente, tem valor de conjunção conclusiva, isto é, introduz uma oração que é vista como a conclusão de um raciocínio ou exposição de motivos anterior. Assim, “ser carioca” seria interpretado como o motivo de “não ser sério”.

Já em (6), há um exemplo de uma implicatura conversacional, pois a implicatura gerada pelo enunciado está ligada ao contexto extralinguístico e não marcada linguisticamente no enunciado. Assim, vemos que o falante afirma algo em que não acredita para implicar o contrário do que se diz. Sua fala é claramente irônica, visto que – de acordo com nosso conhecimento de mundo – piqueniques não costumam ser feitos em dias chuvosos.

Se tomarmos como base o exemplo em (6), vê-se que a ironia pode ser entendida, considerando a caracterização apresentada por Grice, como uma forma de implicatura conversacional.

Tendo como premissa, então, o conceito de implicatura, segundo o qual nem sempre o que se diz na superfície dos enunciados é realmente condizente com a intencionalidade do falante, Grice postula que deve existir certo grau de cooperação entre os participantes do discurso, cooperação essa que deve respeitar quatro máximas conversacionais para que a comunicação seja bem-sucedida. Tais máximas são, de acordo com Grice: Quantidade, Relação, Modo e Qualidade. No que diz respeito à ironia, segundo o filósofo, uma violação da chamada Máxima da Qualidade seria responsável pelo sentido não literal gerado. Antes de aprofundar nesse ponto, apresentaremos brevemente as demais máximas estabelecidas por Grice.

Em “Logic And Conversation” (1975), o autor define e exemplifica o que ele denomina de “Máxima da Quantidade”, que diz respeito à quantidade de informação a ser fornecida pelo falante, que não deve ser mais nem menos informativo do que for exigido pela situação comunicativa. Como exemplo, Grice menciona uma situação em que um orientador deve escrever uma carta de recomendação sobre seu pupilo, que é candidato a um emprego na área da filosofia. O orientador, na carta, fala menos do que o necessário sobre o rapaz, para implicar, talvez, que o aluno não fosse bom o suficiente para o cargo desejado (Ex. “X é muito pontual e tem uma ótima caligrafia). Assim, teríamos, nessa situação, uma violação da Máxima da Quantidade.

A Máxima de Relação, por sua vez, segundo Grice (1975) diz respeito à relevância do que é dito, ou seja, na comunicação os falantes devem realizar intervenções pertinentes. Para ele, a quebra dessa máxima é mais rara de acontecer, mas pode ser exemplificada segundo o exemplo abaixo (tradução própria de GRICE 1975):

- (7) A está em uma festa refinada e faz o comentário de que a Sra. X é uma “velha coroca”. B, ao ouvir tal comentário, afirma que o tempo está lindo naquele dia. Assim, descaradamente, B se recusa a fazer um comentário que ele considera relevante para a observação de A. Ele, portanto, implica que a observação de A não deve ser discutida.

A quebra da Máxima do Modo, por sua vez, consistiria na quebra da supermáxima “Seja Claro”, que diz respeito à clareza das ideias – nesse sentido, o

falante deve evitar obscuridades de expressão, ambiguidades, prolixidade e desorganização:

(8) (A) – Do que você acha que a população precisa?

(B) – Precisa de um regime!

Em (8), a resposta de (B) explora a ambiguidade da expressão “regime”, que pode tanto se referir a uma dieta quanto a um tipo de governo. Logo, nesse exemplo haveria um desrespeito à máxima de modo.

A última máxima proposta por Grice (1975) é a Máxima da Qualidade, que diz respeito à veracidade das informações fornecidas – o falante não deve dizer nada que seja falso ou que não possa ser comprovado. É aqui que ele faz menção explícita ao termo “ironia” (1975, p.53), ao explicar essa quebra da “Máxima da Qualidade”. O exemplo fornecido encontra-se a seguir, em (9):

(9) X, de quem A tem sido próximo até agora, traiu um segredo de A para um rival de negócios. Em uma reunião de trabalho, X e A estão na mesma sala, onde se encontram também outras pessoas. A e seus interlocutores sabem do que X fez, e, em dado momento da reunião, A diz que "X é um bom amigo". É perfeitamente óbvio para A e seu público que o que A disse é algo em que ele não acredita, e o público sabe que A sabe que isso é óbvio para o público. Então, a menos que seu enunciado seja totalmente inútil, A deve estar tentando passar alguma outra proposição do que aquela que de fato apresentou. A proposição mais óbvia é que ele pretendia dizer algo contraditório àquilo que de fato apresentou.

A quebra da Máxima de Qualidade, além do exemplo acima, também já foi exemplificada em (6) e, muitas vezes, segundo Grice, sua quebra se dá pelo uso de figuras de linguagem, como ironias ou metáforas.

Tomando esses conceitos como base para se analisar a questão da ironia, Grice afirma que sua compreensão deriva do reconhecimento de uma violação da Máxima de Qualidade, como já foi dito anteriormente. Para ele, a implicatura gerada por um discurso irônico indica o oposto do conteúdo literal do que foi dito, ou seja, a princípio,

a pessoa que profere um discurso irônico diz algo que é falso, como é o caso dos exemplos em (6) e (9).

Em “Logic And Conversation” (1975), porém, Grice fornece poucos exemplos do que ele considera como violação das máximas e – como vimos – afirma que a ironia, por sua vez, estaria restrita à quebra da máxima de qualidade.

Outro estudioso que procurou investigar o fenômeno da ironia de maneira explícita foi Ackerman. Em seu artigo “Form and Function in Children’s Understanding of Ironic Utterances” (ACKERMAN 1983), o autor desenvolve um estudo experimental que visa a esclarecer algumas questões ainda obscuras sobre a compreensão da ironia. Nesse artigo, Ackerman estabelece que todo falante competente, independente da língua específica, sabe que muitas vezes aquilo que dizemos – considerando a “superfície” dos enunciados – não corresponde realmente à intenção comunicativa pretendida, sendo a ironia um exemplo desse tipo de ocorrência, isto é, uma situação em que ocorre uma aparente discrepância entre a forma e a função de um determinado enunciado.

Para Ackerman, crianças novas teriam dificuldade para reconhecer e compreender situações discrepantes como as apontadas anteriormente e, no intuito de investigar essa questão, o autor conduz um estudo experimental, ressaltando a importância das pistas contextuais e da entonação para a compreensão da ironia, não só por crianças, mas também por adultos. Nessa pesquisa, é caracterizado apenas um tipo de ironia, aquele abordado na nossa pesquisa como crítica irônica, e que, segundo Ackerman, seria aquela em que a forma do enunciado é o oposto do seu sentido, podendo ser utilizada de maneira sarcástica<sup>4</sup>. Vale destacar que essa descrição poderia ainda ser aplicada aos elogios irônicos, que também correspondem a enunciados nos quais a forma e o sentido pretendido são opostos ou, pelo menos, contraditórios entre si. Mais à frente veremos que o autor também discorre sobre os processos necessários para a compreensão de enunciados irônicos, que, segundo ele, seriam o de *detecção* (em que o ouvinte reconhece que o falante não quis dizer aquilo que ele disse

---

<sup>4</sup> Martin (2007) afirma que a ironia se dá quando um indivíduo profere um enunciado que diz o contrário daquilo que ele queria dizer, enquanto o sarcasmo seria uma forma de humor cujo alvo seria algum indivíduo ou uma instituição. Nesse sentido, a ironia também estaria intimamente relacionada ao sarcasmo, dependendo do seu efeito “amargo e cáustico dirigido contra um indivíduo”. Exemplificando, se alguém diz “você é um bom amigo” para alguém que não agiu de forma gentil, este seria um enunciado irônico e também sarcástico.

“superficialmente”) e o de *inferência* (em que o ouvinte busca compreender o sentido por trás do enunciado literal do falante<sup>5</sup>).

No âmbito da psicolinguística, Giora (1995) também se debruça sobre o fenômeno da ironia. Para Giora, a ironia é uma forma de negação indireta, ou seja, que não faz uso de um marcador de negação explícito. A ironia ocorreria quando uma expressão é usada para implicar um estado de coisas específico, que é diferente ou está longe do estado de coisas esperado ou explicitamente indicado pela mesma expressão. Essa perspectiva difere da visão tradicional de Grice (1975), explicada anteriormente, pois, segundo a abordagem tradicional, a ironia implicaria o oposto do conteúdo de sua forma, enquanto que, para Giora (1995), essa oposição não seria obrigatória, ou seja, o conteúdo da sentença não se oporia à forma – a ironia carregaria ambos os sentidos (o explícito e o implícito) para que as incongruências entre eles possam efetivamente ser computadas. Exemplificando, a autora cita uma situação de uma festa chata em que um convidado exclama “Que festa adorável!”. Nesse caso, a ironia serve à função de demonstrar que a festa não correspondeu às expectativas e está longe, de fato, de ser adorável. Quando as pessoas processam um enunciado como esse, o sentido literal (a forma, a superfície) também estaria envolvido na compreensão. O produto final da interpretação, logo, seria algo como “o quão longe essa festa está da expectativa de ser adorável”.

Por outro lado, as duas concepções de ironia apresentadas até o momento (a de Grice e a de Giora) se aproximam no que tange ao fato de que para Giora (1995), para haver ironia, também deve haver a quebra de uma norma ou expectativa. Esta visão é semelhante à de Grice (1975), que afirma que a ironia se daria pela quebra da Máxima da Qualidade.

Sobre o processamento da ironia, Giora (1995) considera que a compreensão de enunciados irônicos envolve o processamento da mensagem negada e da implicada, para que as diferenças entre ambas possam ser computadas. Por esse motivo, enunciados irônicos seriam mais difíceis de serem processados do que aqueles que não contêm ironia. Essa abordagem vai de encontro à visão de alguns pesquisadores (GIBBS 1994,

---

<sup>5</sup> Utilizamos aqui os termos falante/ouvinte para indicar aquele que profere algum enunciado e aquele que recebe este enunciado. Como, muitas vezes, tratamos da ironia verbal realizada por meio de enunciado orais, os termos falante/ouvinte mostram-se mais adequados, por exemplo, do que os termos escritor/leitor, que também poderiam ter sido utilizados.

2002; KINTSCH 1998; KINTSCH; BOWLES 2002; GLUCKSBERG; KEYSAR 1990; GLUCKSBERG 1998 *apud* SOUZA 2003) que assumem que a compreensão da ironia envolve apenas uma interpretação direta do enunciado e, por isso, apresentaria o mesmo custo de processamento da linguagem literal, questão que será aprofundada mais à frente.

A pesquisa de Dews e Winner (1995) é outra referência importante na investigação do fenômeno da ironia. As autoras propõem uma hipótese relativa ao porquê lançamos mão da ironia em nossa conversação, visto que, a princípio, deveríamos ser cooperativos uns com os outros em nossas trocas comunicativas. Para essas autoras, a ironia é uma forma comum de linguagem não literal por meio da qual o falante quer dizer muito mais do que aquilo que é dito superficialmente. Elas ainda caracterizam o fenômeno como a oposição entre dois níveis de significado: o significado literal do falante, que seria, logo, avaliativamente o oposto aproximado do significado pretendido por ele. Segundo elas, a ironia é universal, sendo, também, frequentemente ambígua e, portanto, geralmente mal compreendida. Por esse motivo, Dews e Winner (1995) questionam o fato de por que utilizamos a ironia, já que, segundo Grice (1975), deveríamos ser cooperativos uns com os outros em uma conversação, respeitando as máximas conversacionais.

A resposta das autoras frente a esse dilema é que enunciados não literais transmitem informações que enunciados literais não conseguem veicular, superando os “custos potenciais” de serem mal interpretados. Essas informações envolveriam, por exemplo, a possibilidade de “redução” ou “atenuação” de um comentário negativo e crítico, através de uma crítica irônica, que, segundo elas, seria percebida de maneira mais “suave” pelo receptor da mensagem do que uma crítica abertamente literal. Essa ideia é denominada *Tinge Hypothesis* e pode ser enunciada da seguinte maneira: a forma daquilo que é dito “tingiria” ou “matizaria” o significado real do que realmente se quer dizer, ou seja, a intencionalidade do falante. Essa teoria será melhor explicada mais à frente, ao discutirmos pontualmente questões vinculadas ao processamento da ironia e à compreensão de enunciados irônicos na aquisição da linguagem.

Colston (1997), por sua vez, questiona a visão defendida por Dews e Winner (1995) segundo a qual a ironia seria utilizada como um recurso para atenuar uma crítica negativa. Colston afirma que, apesar de os resultados apresentados por Dews e Winner (1995) sugerirem que a ironia serviria para amenizar uma crítica explícita (*Tinge*

*Hypothesis*), outros estudos vão de encontro a essa perspectiva ao indicarem que, por vezes, principalmente no que diz respeito à ironia sarcástica, a ironia parece ser usada para expressar sentimentos intensamente negativos, como críticas mordazes e cruéis, assim como zombaria. Dessa forma, o uso de uma crítica irônica, segundo Colston, faria uma situação ser percebida como mais negativa pela comparação, aumentando, e não diminuindo, a condenação ou crítica que é expressa pelo enunciado.

Colston caracteriza a ironia verbal como uma forma de criticar uma pessoa ou uma situação que não vai ao encontro daquilo que é esperado. Esse tipo de linguagem é considerado como não literal, segundo o autor, pois as palavras usadas não correspondem ao sentido pretendido pelo falante. Para além disso, pode-se dizer que as palavras geralmente querem dizer algo bem diferente – ou até mesmo o oposto – daquilo que, de fato, se analisarmos somente sua forma, elas dizem. Dessa forma, a ironia verbal pode, às vezes, ter vários significados e, por isso, acaba sendo mal-entendida, principalmente por crianças muito novas, que geralmente não compreendem enunciados irônicos.

Assim como Dews e Winner (1995), Colston se questiona sobre os motivos que levam as pessoas a utilizarem a ironia: visto que ela parece ser mais difícil de ser compreendida do que a linguagem literal, há alguma intenção específica por trás de seu uso que a linguagem literal não consegue transmitir. Essa intenção, segundo Colston, teria motivações pragmáticas, como ser engraçado, proteger-se ou mostrar uma emoção positiva. Em conjunto com a hipérbole, a ironia poderia ser utilizada também para demonstrar surpresa. O autor ainda cita Brown e Levinson (1987 *apud* COLSTON 1997), que argumentam que enunciados irônicos podem ser utilizados para enfatizar conhecimento compartilhado entre os falantes<sup>6</sup>.

As pesquisas de Gibbs também representam uma importante contribuição para os estudos sobre fenômeno da ironia – e também sobre outros usos não literais da linguagem – sob o ponto de vista da Linguística Cognitiva. Gibbs (2000) analisou em conversas reais entre amigos, estudantes universitários, o uso da ironia, tanto no que se

---

<sup>6</sup> O conhecimento compartilhado seria uma importante habilidade social associada à capacidade de levarmos em conta o que outras pessoas sabem ou não sabem e de diferirmos esse conhecimento entre indivíduos específicos. Zajaczkowska et al (2020) apontam que crianças de sete anos claramente levam em consideração o estado de conhecimento do ouvinte, a fim de determinar se uma expressão é intencionalmente irônica ou literal, e que elas são capazes de selecionar uma resposta conversacional apropriada com base em sua avaliação desse conhecimento compartilhado.

refere ao seu percentual de ocorrência na fala quanto aos seus subtipos de enunciados irônicos que aparecem nesses contextos. Sobre os subtipos de ironia, o autor afirma que, se olharmos tanto para a fala cotidiana das pessoas quanto para textos escritos variados, há a proeminência de diferentes formas de ironia nas maneiras como as pessoas falam sobre si mesmas, seus destinatários e o mundo ao seu redor. A ironia, então, segundo o autor, pode ser uma das armas mais poderosas no discurso cotidiano.

Para ilustrar alguns subtipos de ironia, o autor cita uma conversa ente duas colegas de quarto, em que são usadas estratégias como sarcasmo, jocosidade, perguntas retóricas e hipérbole para criticar as pessoas que ficam hospedadas em seu apartamento. Todas essas, na conversa exemplificada, são analisadas pelo autor como formas de ironia que transmitem indiretamente um descontentamento mútuo e uma crítica implícita. Além disso, nenhum dos sentidos pretendidos por essas colegas pode ser facilmente derivado simplesmente assumindo o oposto do que eles literalmente disseram. Dessa forma, segundo o autor, a visão que caracteriza a ironia como o oposto daquilo que se quer dizer não dá conta de explicar outros efeitos relacionados a enunciados irônicos. Para Gibbs, esses diferentes subtipos de ironia possuem também diferentes funções comunicativas, cada uma exigindo diferentes mecanismos psicológicos para sua compreensão. Como exemplo, temos que um enunciado irônico pode servir para aproximar ou distanciar falantes no discurso, dependendo do conhecimento partilhado por eles e do grau de intimidade que eles possuem.

Segundo o autor, o tipo mais utilizado de ironia é o sarcasmo<sup>7</sup>, como sugerido por diversas pesquisas (COSER 1959; DREW 1987; SLUGOSKI; TURNBULL 1988; RUVELSON 1988; POGREBIN; POOLE 1989; SECKMAN; COUCH 1989; MOONEY; CRESSER; BLATCHFORD 1991; BAXTER 1992; REDDY 1991; DUNN; BROWN 1994; KELTNER; YOUNG; HEEREY; OEMING; MONACH 1998, *apud* GIBBS 2000). A literatura psicolinguística, por exemplo, segundo ele, tem tradicionalmente estudado a ironia como casos em que os falantes proferem comentários sarcásticos com intenção negativa e crítica, porém, essa visão também é muito limitadora, já que há uma diversidade de maneiras que a ironia é usada na conversação.

Em suas análises, Gibbs sintetiza cinco subtipos de ironia verbal diferentes:

---

<sup>7</sup> De acordo com Gordon e Bergen (2019), a ironia verbal (ou discursiva) é geralmente considerada um superconjunto do sarcasmo, constituindo, estes, casos de ironia verbal que exibem uma atitude depreciativa.

(i) *jocosidade*, em que os falantes provocam uns aos outros de maneira humorística. Como exemplo, Gibbs relata uma conversa entre dois colegas, em que um deles afirma estar aprendendo latim e o outro debocha do estudo dessa língua. O primeiro colega, bravo, pergunta: “Você está desprezando o latim?”, e o segundo, então o imita, em tom provocante: “Uhhh você está desprezando o meu latim!”.

(ii) *sarcasmo*, em que os falantes falam algo positivo para transmitir uma intenção mais negativa (coincidindo pelo menos parcialmente com aquilo chamamos ao longo da presente pesquisa de críticas irônicas). Para exemplificar, Gibbs cita uma situação em que duas colegas de quarto recebem dois visitantes inconvenientes em seus aposentos. Uma delas fala, então, para a outra: “Eu adoraria recebê-los aqui de novo!”;

(iii) *perguntas retóricas*, em que os falantes fazem uma pergunta que implica outras informações ou afirmações humorísticas ou críticas. Gibbs utiliza a mesma situação em (ii) para exemplificar o que seriam perguntas retóricas, mas, neste caso, uma colega de quarto diria à outra: “Não é tão legal ter visitantes aqui?”;

(iv) *hipérbole*, em que os falantes expressam um significado não literal exagerando a realidade da situação. Exemplificando por meio da mesma situação mencionada em (ii) e (iii), uma colega afirma à outra: “Você trouxe os melhores visitantes do mundo para ficar aqui!”

(v) *subavaliação*, em que os falantes transmitem mensagens irônicas declarando muito menos do que era obviamente o caso. Aqui, Gibbs cita uma conversa entre dois colegas de quarto em que um fala para o outro sobre o atraso no pagamento do aluguel: “Você está apenas um pouco atrasado em seu aluguel”, sendo que, na verdade, o aluguel estava muito atrasado.

Gibbs afirma que, tendo em vista o observado em sua pesquisa, entre esses cinco tipos de ironia listados, o mais frequente foi a jocosidade, seguida de sarcasmo, hipóbole, questões retóricas e, por último, subavaliações. Ainda, a diferença mais notável na comparação desses usos por homens e mulheres foi que os homens utilizavam mais o sarcasmo do que as mulheres, enquanto as mulheres usavam mais hipóbole do que os homens. Outra descoberta interessante, segundo o autor, foi que o ouvinte geralmente respondia à ironia do falante dizendo algo irônico em retorno.

Como o foco do presente trabalho são as críticas e os elogios irônicos, alguns dos subtipos de ironia citados por Gibbs (2000) não serão aprofundados aqui. Pexman e Glenwright (2007), por outro lado, investigam mais a fundo esses dois tipos de ironia que se mostram relevantes para o que será abordado por nós.

Para essas autoras, a habilidade de entender ironia é um importante aspecto da competência social, visto que a utilizamos em boa parte do nosso dia a dia. Logo, se não compreendermos a intenção dos enunciados que contêm ironia, podemos perder informações sociais cruciais dentro de uma conversação.

Segundo essas autoras, existem vários tipos de ironia, como a hipérbole e o eufemismo, e, entre eles, existem também as ironias contrafactuais, que são as mais estudadas pelos pesquisadores desse fenômeno. As ironias contrafactuais seriam aquelas em que o que se diz é o contrário daquilo que se quer dizer, o que ocorre, por exemplo, em críticas e elogios irônicos.

As autoras também se questionam sobre as diferenças na compreensão das críticas e elogios irônicos e, para isso, retomam a teoria de Giora (1995), que já foi vista anteriormente neste capítulo, chamada de “negação indireta”.

Como visto anteriormente, segundo Giora (1995), a ironia seria uma forma de negação que não é explicitamente marcada. Para a autora, na compreensão dos enunciados irônicos, o ouvinte não cancelaria a mensagem literal, mas a compararia com o significado implícito (irônico). A visão de negação indireta oferece uma explicação diferente para a assimetria na interpretação de críticas irônicas e elogios irônicos. Ou seja, para inferir que o falante de um elogio irônico pretende oferecer um comentário positivo, o ouvinte deve negar uma afirmação negativa (ou dupla negação, como veremos mais adiante), e essa “dupla negação” pode ser mais difícil do que a única negação requerida para a compreensão de críticas irônicas.

Essa distinção na compreensão entre críticas e elogios irônicos será mais aprofundada no próximo capítulo, mas, antes disso, faz-se necessário fazer uma distinção mais clara entre o que seriam esses fenômenos.

### 2.3 AS CRÍTICAS IRÔNICAS

Na maior parte da literatura que aborda essa questão, tem-se a definição de críticas irônicas como sendo enunciados positivos em sua superfície com a intenção de transmitir algo negativo (DEWS; WINNER 1995; COLSTON 1997; GIBBS 2000; PEXMAN; GLENWRIGHT 2007; BANASIK; PODSIADŁO 2016 etc.).

Dews e Winner (1995) chamam esse mesmo tipo de ironia de “insultos irônicos”, porém, assumiremos neste trabalho o termo “críticas irônicas”, ressaltando-se que, eventualmente, elas podem ser chamadas de outros nomes a depender dos autores. As críticas irônicas são um dos focos de estudo do presente trabalho e, por isso, merecem maior atenção.

Abaixo segue mais um exemplo de crítica irônica, além daquele mostrado em (1), utilizado no experimento a ser reportado no Capítulo 4, adiante:

(10) Renato e Ícaro são assaltantes. Sábado, enquanto assaltavam uma casa, o alarme da casa disparou e Renato falou para Ícaro:

“Você só escolhe casas boas”.

Note que a crítica irônica está presente na frase proferida por Renato. Claramente, Renato quis criticar o amigo por ter escolhido uma casa difícil de ser assaltada, mas o que é apresentado na superfície do enunciado é o contrário: algo positivo. Para chegar à interpretação do que Renato quis realmente transmitir com sua fala, deve-se entender o contexto situacional por trás do enunciado proferido. Deve haver, primeiro, uma detecção de que aquilo que Renato fala não é aquilo que ele realmente quis dizer e, após, um processo de inferência, é que a intenção de Renato será compreendida. Essa divisão entre detecção e inferência como dois processos separados envolvidos na compreensão desse tipo de enunciados é sugerida por Ackerman (1983) e será abordada no capítulo de processamento de ironia.

É importante ressaltar, mais uma vez, que a pista contextual anterior (no caso, a situação de risco para os assaltantes em função do alarme tocando) é o que faz a crítica irônica pretendida por Renato assumir tal valor de intenção crítica. Isso acontece não apenas nesse caso, mas sempre que proferimos uma crítica irônica: um enunciado isolado de seu contexto não veicula o mesmo sentido de um enunciado inserido em um

contexto situacional. Logo, o contexto mostra-se fundamental para a compreensão da ironia.

Gibbs (2000) afirma que a literatura psicolinguística tem focado, tradicionalmente, nesse tipo de ironia em que os falantes proferem comentários com intenção negativa e crítica, sendo essa a forma mais “prototípica” desse fenômeno, como afirmado por Banasik e Podsiadło (2016, p. 317): “*A forma prototípica de ironia é um comentário crítico contrafactual, quando um enunciado positivo na superfície porta um sentido negativo*”.

Como evidenciado, muitos estudos focam no fenômeno da crítica irônica, e não apenas em como se dá o seu processamento, mas, também, sobre a motivação ou intencionalidade que subjaz ao seu uso. Mas afinal, os falantes não deveriam obedecer, segundo Grice (1975), as máximas conversacionais e serem o mais cooperativos possíveis durante a conversação? Então por que utilizar uma figura de linguagem que obscurece o significado daquilo que realmente queremos dizer? Sobre esse ponto, levando em conta aqui especificamente as críticas irônicas, Dews e Winner (1995) afirmam que uma das possíveis funções associadas a esse tipo de enunciado é a de reduzir ou, de alguma maneira, diluir/atenuar o grau de condenação de uma observação crítica. Ou seja, o falante buscaria atenuar aquilo que ele quis dizer, o que não poderia ser feito, segundo os autores, por meio da linguagem literal. Nesse sentido, quando queremos criticar alguém ou alguma atitude, podemos utilizar um enunciado irônico, que soaria menos ofensivo aos participantes da conversa.

Uma possível explicação nesse sentido envolve considerar que a ironia diminuiria o grau de condenação de determinado enunciado por carregar um traço de humor em sua composição. Martin (2007) afirma que, embora a ironia nem sempre seja engraçada, pode ser uma fonte de humor, gerado pelo contraste entre a forma literal do que é dito e o seu significado real (incongruência). Sobre a relação entre humor e ironia, Martin (2007) afirma que:

Grande parte dos trabalhos teóricos e empíricos sobre aspectos cognitivos do humor concentrou-se particularmente em piadas. (...) No entanto, (...) a maior parte do humor que encontramos na vida cotidiana não está na forma de piadas "enlatadas" (R. A. Martin e Kuiper, 1999; Provine, 2000). Muito do humor cotidiano surge de comportamentos verbais e não verbais espontâneos, intencionais e não intencionais, de pessoas que interagem umas com as outras, como: respostas espirituosas, jogo de palavras, brincadeiras, provocações,

ironia, sarcasmo, lapsos de língua e brincadeiras (LONG; GRAESSER, 1988; NORRICK, 1993, 2003, *apud* MARTIN, 2007, p. 97).

Em (11), abaixo, temos um exemplo de condenação crítica sendo atenuada pelo uso de um enunciado irônico. A pessoa que o proferiu provavelmente estava irritada por estar esperando o outro há muito tempo e, em vez de marcar sua irritação linguisticamente em seu discurso de forma literal (Ex. “Você demorou demais”), ela diz o contrário daquilo que sente, lançando mão de uma forma crítica de ironia.

(11) Obrigada por chegar a tempo!

Por outro lado, essa visão de que a crítica irônica serve para diluir o grau de condenação não é consenso entre os pesquisadores. Colston (1997) afirma que, ao contrário, as críticas irônicas podem servir para enfatizar a intenção crítica do falante. Tal discussão será abordada melhor no próximo capítulo, em que iremos apresentar de forma mais detalhada a chamada *Tinge Hypothesis*.

A crítica irônica é, então, como apresentado, ponto de debate entre vários pesquisadores, talvez por ela ser o tipo de enunciado irônico mais comum no nosso dia a dia (DEWS et al 1996) e, como mencionado anteriormente, a forma mais prototípica em que a ironia é veiculada. Pela sua frequente presença na fala das pessoas, Pexman e Glenwright (2007) afirmam que ela é compreendida mais cedo e mais facilmente processada por crianças, o que não acontece quando se trata de elogios irônicos, um processo mais complexo, segundo vários pesquisadores. Esse outro tipo de enunciado irônico será o foco do próximo tópico.

## 2.4 OS ELOGIOS IRÔNICOS

Tendo visto anteriormente o que estamos considerando nesta pesquisa como críticas irônicas, torna-se mais fácil compreender o conceito de elogios irônicos. Comparativamente, esse tipo de enunciado irônico não seria tão presente no nosso dia a dia e, aparentemente, o mesmo envolve uma maior dificuldade para sua compreensão (PEXMAN; GLENWRIGHT 2007; GLENWRIGHT; PEXMAN 2010).

À medida em que as críticas irônicas seriam um enunciado positivo em sua superfície com a intenção de transmitir algo negativo, os elogios irônicos, por sua vez, seriam enunciados negativos em sua superfície com a intenção de transmitir algo positivo. Messa (2011) também conceitua esse fenômeno como sendo “uma censura com a intenção de enaltecer”.

Já Giora (1995), em relação aos elogios irônicos, afirma que eles envolvem uma dupla negação e por isso seriam mais difíceis de compreender. Segundo a autora, a compreensão da ironia, seja elogiosa ou crítica, de modo geral envolveria a negação do sentido literal. Essa negação é gerada pela discrepância entre o contexto prévio e o sentido superficial (ou a forma) do enunciado. Nos elogios irônicos, o sentido superficial dos enunciados também é negativo, podendo-se afirmar que é mais difícil negar enunciados negativos e compreender a ironia envolvida.

O exemplo abaixo foi utilizado no experimento a ser reportado à frente e apresenta uma situação em que se observa um elogio irônico sendo proferido:

(12) Renato e Ícaro são assaltantes. Sábado, enquanto assaltavam uma casa, acharam várias barras de ouro e Renato falou para Ícaro:

“Você só escolhe casas ruins”.

Apesar de, na superfície, o enunciado apresentar uma forma negativa, essa não é a sua intenção se formos levar em conta as pistas contextuais fornecidas, o que já mostramos que acontece também no exemplo em (2). Para compreender, em (12), que a intenção de Renato é elogiar Ícaro, deve-se compreender o papel exercido pelos assaltantes, os riscos que eles correm ao assaltar uma casa, o que eles podem encontrar de valor dentro de uma casa e, por fim, o que significa encontrar várias barras de ouro durante um assalto. Logo, como mencionado anteriormente quando abordadas as críticas irônicas, as pistas contextuais mostram-se relevantes para a compreensão de um elogio irônico também.

Em relação à intenção comunicativa dos elogios irônicos, ainda não há muita clareza sobre esse ponto na literatura, e algumas lacunas ficam abertas para serem preenchidas. Quando falamos de críticas irônicas, é observado que as utilizamos quando queremos criticar alguém seja, como vimos, para diluir a crítica (DEWS; WINNER 1995) ou para reforçá-la (COLSTON 1997). Porém, se a nossa intenção é elogiar, o que

a literatura tem mostrado é que a preferência dos falantes é fazer isso de maneira explícita, ou seja, literal, como sugerido por Harris e Pexman (2003).

Harris e Pexman (2003), investigando as diferenças no processamento de críticas irônicas e elogios irônicos, afirmam que os adultos percebem os elogios irônicos como menos polidos e menos positivos do que elogios literais, logo, não os utilizam tanto quando sua intenção é de fato elogiar.

Então por que os elogios irônicos existem? Qual seria a intencionalidade do falante ao utilizar um enunciado desse tipo? Retomaremos esses pontos mais adiante no nosso trabalho, em particular ao mencionar os possíveis desdobramentos para pesquisas futuras. As diferenças no processamento entre esses dois tipos de ironia serão aprofundadas no próximo capítulo, que trata de processamento da ironia.

### 3 PROCESSAMENTO DA IRONIA

No capítulo anterior, buscamos caracterizar o fenômeno da ironia de forma mais ampla. Para isso, precisamos recuperar de forma rápida diferentes pontos de vista relativos a como se daria a compreensão de enunciados irônicos na aquisição da linguagem, pelas crianças para, então, poder refletir sobre o processamento pelos falantes adultos. Neste capítulo, nos debruçaremos com maior atenção sobre esses dois aspectos, a fim de fundamentar melhor o estudo experimental conduzido na pesquisa empírica que compõe essa dissertação. Em primeiro lugar, consideramos importante tecer uma breve discussão sobre a teoria da mente, cujo desenvolvimento é apontado na literatura como um fator fundamental para a compreensão da ironia, a fim de, logo em seguida, apresentar como alguns autores consideram que a ironia seja compreendida durante a aquisição da linguagem por crianças e processada por falantes adultos. Apesar de o foco do presente trabalho não ser a aquisição da linguagem propriamente dita, mas o processamento por falantes adultos, vários estudos conduzidos com crianças trazem resultados importantes para a discussão da questão. Por esse motivo, consideramos válido apresentar aqui algumas pesquisas cujo objetivo principal era avaliar a compreensão da ironia por parte de crianças. Também iremos apresentar, ao final deste capítulo, uma discussão sobre o possível papel da prosódia na compreensão da ironia, visto que alguns autores ainda defendem posicionamentos contraditórios em relação a esse ponto.

#### 3.1 COMPREENSÃO DE ENUNCIADOS IRÔNICOS E DESENVOLVIMENTO DA TEORIA DA MENTE

De acordo com o dicionário da American Psychological Association (APA), a teoria da mente pode ser definida como a habilidade de um indivíduo compreender que outros indivíduos possuem intenções, desejos, crenças, percepções e emoções diferentes das próprias e que tais intenções, desejos, etc. influenciam as ações e os comportamentos dos demais indivíduos. Nesse sentido, podemos dizer que a teoria da

mente envolveria atribuir, explicar e prever o comportamento humano<sup>8</sup> com base na atribuição de estados mentais tais como intenções, crenças e emoções.

Essa habilidade seria a responsável por nos fazer compreender que alguém pode ter pensamentos e ideias diferentes dos nossos, assim como pensamentos e ideias que, eventualmente, pode entrar em conflito com a realidade.

Os estudos sobre a teoria da mente começaram a surgir nos anos 70, no contexto de pesquisas sobre a cognição animal, principalmente primatas, buscando investigar se eles possuíam a capacidade de se colocar no lugar de outros, sendo capazes de interpretar a intenção ou o propósito de humanos e de outros membros da própria espécie, por exemplo. Porém, foi apenas nos anos 80 e início dos 90 que essas pesquisas ganharam corpo, com o experimento de crença falsa criado por Wimmer e Perner (1983) a partir do teste que ficou conhecido como tarefa de “Maxi e o chocolate”. Tal experimento buscou averiguar em que medida crianças seriam capazes de atribuir crenças falsas a um indivíduo. Durante essa atividade experimental, a criança é apresentada a um boneco chamado “Maxi” e o pesquisador informa que o Maxi colocou seu chocolate no armário. Então, Maxi sai da cena, uma nova personagem é introduzida – no caso, a mãe do Maxi –, ela pega o chocolate do armário e coloca em outro lugar, como uma caixa. Após essa mudança de local, o Maxi retorna à cena e o experimentador formula uma pergunta de crença falsa para a criança: *Onde o Maxi irá procurar seu chocolate?* Por volta de 40% das crianças de 4 anos de idade avaliadas nesse estudo responderam corretamente à pergunta da crença falsa (= no armário), já os participantes restantes aparentemente não teriam compreendido que Maxi não teria como saber que o chocolate não estava em sua localização original e responderam que Maxi procuraria no novo local (= a caixa).

Um outro tipo de experimento bastante utilizado para a aferição de habilidade de compreensão de crenças falsas consiste em mostrar para as crianças uma caixa de bombons, por exemplo, cujo conteúdo não são bombons, mas outros objetos (tarefa de conteúdos inesperados – *unexpected contents task* também conhecida como *Smarties task*). Após as crianças descobrirem esse fato (a caixa contém bolinhas de gude no lugar de bombons, por exemplo), elas são solicitadas para determinar se outras pessoas

---

<sup>8</sup> Na presente pesquisa não nos aprofundaremos nos estudos relativos à teoria da mente na cognição não humana, que tem recebido considerável atenção principalmente a partir da pesquisa pioneira de Premack e Woodruff (1978) sobre a teoria da mente em chimpanzés.

também seriam capazes de prever – sem olhar dentro da caixa – que a mesma não contém bombons (Ex. *Se a gente mostrasse a caixa para teu amigo X e perguntasse o que ele acha que tem lá dentro, o que ele diria?*). Uma resposta baseada no conhecimento factual da criança nessa tarefa (Ex. *X diria que tem bolinhas*) sugere que a mesma não consegue atribuir uma crença falsa a outra pessoa, mas que baseia seu julgamento na informação que ela própria possui (no caso, que a caixa não contém efetivamente bombons). Note-se que nessa tarefa a própria criança passa por um momento no qual ela acredita que o conteúdo da caixa é diferente (= bombons), isto é, ela experiencia uma crença falsa. Alguns estudos (WIMMER; PERNER 1983, dentre muitos outros) trazem resultados que costumam ser interpretados como indicativos de que crianças de até por volta de quatro a cinco anos de idade não se mostram capazes de reconhecer que outras pessoas inicialmente teriam a mesma crença que elas próprias tiveram no início da tarefa (ou que a personagem tem no caso da tarefa de Maxi e o chocolate), em outras palavras, que outras pessoas teriam inicialmente a crença falsa de que a caixa contém bombons. Esse tipo de comportamento sugere que a criança não conseguiria ainda separar seu próprio conhecimento sobre a realidade (= a caixa não contém bombons) do conhecimento inicial que qualquer indivíduo teria quando apresentado à tarefa (= a caixa é de bombons e, portanto, provavelmente, deve conter bombons).

Apesar de, nas últimas décadas, numerosas pesquisas se debruçarem sobre o fenômeno da teoria da mente, em particular quanto à investigação da compreensão de crenças falsas, um consenso sobre quais fatores contribuem definitivamente para seu desenvolvimento pleno ainda não foi alcançado. Muitos pesquisadores associam o desenvolvimento dessa habilidade cognitiva com o desenvolvimento de habilidades linguísticas, tal como o conhecimento de alguns tipos de verbos e de estruturas sintáticas específicas. Souza (2006, p. 390) cita alguns trabalhos que fazem essa associação, dentre eles a pesquisa de Moore, Pure e Furrow (1990, *apud* SOUZA 2006):

Moore, Pure e Furrow (1990) contribuíram com dados interessantes demonstrando que a competência das crianças com verbos que expressam diferentes níveis de certeza como ‘achar’ e ‘saber’ está correlacionada com o desempenho em tarefas que testam a teoria da mente. (SOUZA, 2006, p. 390)

Além desses, alguns trabalhos também associam o desenvolvimento da teoria da mente à compreensão da linguagem figurada. Como vimos, a definição mais difundida

de linguagem não literal assume que ela ocorre quando palavras ou expressões são usadas em outro sentido – que difere do literal ou denotativo – em situações particulares de uso. Dessa forma, para se compreender um uso figurado da linguagem, deve-se também compreender a intenção por trás desse uso, levando em conta toda a situação comunicativa, que inclui, dentre outras informações, levar em consideração os estados mentais do interlocutor (incluindo crenças, desejos, sentimentos, intenções, etc.).

Giannini (2013) estabelece essa associação entre a compreensão de enunciados irônicos e o desenvolvimento da teoria da mente e, para isso, o autor estabelece uma distinção entre o que seria a falsa crença de primeira ordem e de segunda ordem. A falsa crença de primeira ordem seria aquela sobre um estado mental, em que X atribuiria a Y uma crença sobre alguma coisa, ou seja, seria a capacidade de atribuir uma crença a um indivíduo. Já a crença de segunda ordem seria mais sofisticada, em que ocorreria a “leitura” do pensamento de alguém: X pensa que Y pensa alguma coisa, isto é, a capacidade de compreender que as pessoas podem ter crenças, verdadeiras ou falsas, acerca de outras crenças. Uma criança mais nova, nesse sentido, só compreenderia uma crença de segunda ordem se já for capaz de compreender uma crença de primeira ordem.

A compreensão da ironia, de acordo com Giannini (2013), estaria relacionada à emergência da teoria da mente de segunda ordem. Vale destacar que estudos experimentais que buscaram aferir o desenvolvimento desse tipo de raciocínio de segunda ordem em crianças, geralmente, utilizaram o mesmo método, qual seja, a apresentação de histórias para essas crianças, que deveriam responder a algumas questões sobre os fatos e personagens envolvidos. Como explicado por Martins et al (2014):

Estas histórias apresentam situações em que uma personagem modifica o seu comportamento, como o local onde vai procurar um objeto que deseja, e uma segunda personagem que não tem conhecimento da mudança de planos da primeira (*História do Gelado*); ou situações em que uma personagem decide deliberadamente enganar outra com o objetivo de lhe fazer uma surpresa, mas entretanto esta segunda personagem descobre a surpresa sem que a primeira saiba (*História do Aniversário*). Na sequência da apresentação destas histórias são colocadas à criança várias questões que requerem a atribuição de estados mentais às personagens principais relativas a outras personagens (por ex., antecipar a crença de uma personagem, em relação ao comportamento ou crença da outra). (MARTINS et al, 2014, p. 379)

Na compreensão da ironia, segundo Giannini (2013, p. 21), é necessária uma meta-representação de segunda ordem, visão também defendida por Winner e Leekam (1991). Isso acontece, pois esse tipo de enunciado é a expressão de uma atitude em relação ao pensamento atribuído ao falante:

Para entender um orador que diz "Belo dia hoje!" (Em um dia chuvoso) é necessário que o ouvinte entenda que o falante está ecoando um pensamento e expressando uma atitude dissociativa / pejorativa em relação a ele (GIANNINI, 2013, p. 21).

Em outras palavras, é necessária a compreensão de que o falante tem conhecimento da realidade (i.e. o dia está chuvoso) e de que seu enunciado não é derivado de uma crença falsa.

Pesquisas apontam que crianças por volta dos quatro anos de idade seriam capazes de compreender crenças falsas de primeira ordem, mas ainda não compreenderiam as de segunda ordem, ou seja, elas ainda não seriam capazes de prever os estados mentais de outra pessoa relacionados aos de um terceiro (WINNER; PERNER 1983; PERNER et al 1987). A principal dificuldade envolvida seria a criança estabelecer uma distinção entre o falso destinado a enganar (= mentira) daquele falso destinado a ser reconhecido como tal (= ironia). Em outras palavras, a dificuldade estaria em fazer julgamentos sobre o que o falante quer que o ouvinte acredite.

Porém, não seria apenas o desenvolvimento da compreensão de crenças de segunda ordem que permitiria o sucesso na compreensão da ironia, visto que o desenvolvimento da teoria da mente não se concluiria de fato nessa fase, pelo contrário, ela continua a se desenvolver com o aumento progressivo nas funções metacognitivas. Citando Flavell (1976), Giannini (2013) aponta:

(...) em qualquer tipo de interação cognitiva com o ambiente humano ou não-humano, uma variedade de atividades de processamento de informação está envolvida. Metacognição refere-se, entre outras coisas, ao monitoramento ativo e à conseqüente regulação e orquestração desses processos em relação aos objetos cognitivos e aos dados sobre os quais eles confiam e isso geralmente serve a algum objetivo concreto (FLAVELL, 1976, p. 232 *apud* GIANNINI 2013).

Isso explicaria – pelo menos em parte – a dificuldade que, inclusive, alguns adultos teriam em compreender enunciados irônicos. Ou seja, trata-se de uma habilidade que vai sendo refinada ao longo do tempo, na interação entre os indivíduos, como

poderemos ver mais à frente na seção sobre a compreensão da ironia por falantes adultos.

Na próxima seção, aprofundaremos a questão da compreensão da ironia na aquisição da linguagem.

### 3.2 A COMPREENSÃO DA IRONIA E A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Apesar de o foco dessa pesquisa não ser propriamente a aquisição da linguagem, um conjunto de estudos prévios conduzidos com crianças em fase de aquisição fornece contribuições relevantes para a discussão que se pretende fazer na presente dissertação. Por esse motivo, esses trabalhos foram incluídos na revisão da literatura apresentada a seguir.

Compreender como se dá, de maneira geral, o processo de aquisição de uma língua natural pelas crianças é importante para se compreender também processos mais específicos tais como os envolvidos na aquisição da linguagem figurada, e em particular, a interpretação da ironia, foco desta pesquisa. Crianças com desenvolvimento típico adquirem conhecimento da língua ou das línguas que as cercam em um tempo relativamente breve. De acordo com uma perspectiva inatista, essa aquisição não seria possível sem – pelo menos – dois “ingredientes” cruciais: uma disposição biológica para adquirir uma língua e a experiência com dados linguísticos disponíveis em determinado ambiente.

Quando se fala de uma pré-disposição biológica para linguagem, assume-se que a criança possui sistemas biologicamente delimitados para a aquisição de uma língua, através dos quais ela processa o *input* linguístico recebido do meio externo, transformando-o, então, em uma gramática e um léxico.

Vale ressaltar, também, que todas línguas humanas têm similaridades, pois todas as crianças desenvolvem suas línguas em um cronograma de tempo similar e por meio de processos cerebrais similares (FERNÁNDEZ; CAIRNS 2011). Nesse sentido, podemos dizer que o período em que uma criança chinesa, por exemplo, adquire a habilidade de lidar com processos metalinguísticos, como aqueles envolvidos na compreensão da ironia, seria semelhante ao de uma criança brasileira adquirindo essa mesma habilidade.

Sobre essa questão, Fernández e Cairns (2011) citam a consciência metalinguística como uma das habilidades mais importantes que as crianças desenvolvem na infância:

As habilidades metalinguísticas são a consciência da linguagem como um objeto, e não simplesmente como um veículo para a comunicação. Incluem a capacidade de apreciar e explicar metáforas, trocadilhos e linguagem figurada. (FERNÁNDEZ; CAIRNS, 2011, p. 128)

Isso posto, pode-se afirmar que as habilidades metalinguísticas vão se desenvolvendo à medida que a criança aprende a lidar com a língua e a consolidar a ciência da língua como objeto, a partir, por exemplo, dos processos de leitura. Isso aconteceria também porque, ao longo de seu desenvolvimento, as crianças passam a aprimorar suas habilidades de memória e seu gerenciamento de recursos atencionais. Segundo Helene e Xavier (2003 p. 12):

Memória corresponde ao processo pelo qual experiências anteriores levam à alteração do comportamento. Atenção corresponde a um conjunto de processos que leva à seleção ou priorização no processamento de certas categorias de informação; isto é, "atenção" é o termo que refere-se aos mecanismos pelos quais se dá tal seleção. (HELENE; XAVIER, 2003, p. 12)

A relação entre desenvolvimento da atenção/memória e a compreensão de ironia pode ser ilustrada pelo estudo experimental realizado por Szücs e Babarczy (2017) cujo foco é a consciência metapragmática (i.e. uma dimensão específica da consciência metalinguística). Ao analisar os fatores que influenciam a compreensão de ironia por crianças, as autoras concluem que o desenvolvimento da teoria da mente não seria tão importante quanto se pensa quando se fala de ironia. De acordo com esse estudo, o aprimoramento da compreensão de crenças de primeira e segunda ordem não seria suficiente para que a criança identifique a ironia por trás de um enunciado. As autoras defendem que o desenvolvimento de competências linguísticas como o domínio da gramática e do vocabulário também não seria suficiente para que se entenda a ironia. O que auxiliaria na compreensão desse fenômeno seria, sim, a consciência metapragmática, que elas definem como:

(...) a capacidade de refletir sobre o uso da linguagem de maneira consciente (cf. Verschueren 2000; Wilkinson e Milosky 1987), que pode ser vista como uma espécie de interface entre o nível linguístico

e o extralinguístico de uso da linguagem (cf. Caffi 1994), pressupondo não apenas o conhecimento linguístico, mas também informação contextual e conhecimento de mundo (cf. Collins 2013) (SZÜCS; BABARCZY, 2017, p. 131).

Szücs e Babarczy (2017) investigam experimentalmente a relação entre consciência metapragmática, habilidades de memória, desenvolvimento de recursos atencionais e compreensão de ironia. As autoras selecionaram dois grupos de crianças, todas entre 5 e 8 anos: um desses grupos receberia informações metapragmáticas na realização da tarefa experimental e outro não. As crianças deveriam ouvir, com o auxílio do pesquisador, algumas histórias com dois personagens, em que um deles proferiria, ao final, um enunciado irônico. Depois, as crianças deveriam escolher entre três interpretações possíveis do enunciado. Um exemplo dos estímulos utilizados está apresentado em (13) abaixo:

(13) Katie estava ajudando sua mãe a fazer biscoitos. Depois de fazer a massa, elas colocaram-na no forno e foram para o jardim brincar. Infelizmente, os biscoitos ficaram no forno por tempo demais e queimaram. Logo depois, o pai de Katie chegou em casa, viu os biscoitos e disse:

— Que biscoitos macios!

Logo depois de ser apresentada à historinha, a criança era questionada sobre o porquê de o pai dizer isso. A criança poderia responder que: 1) o pai pensou que os biscoitos eram macios (interpretação literal); 2) o pai queria enganar a mãe (interpretação “mentirosa”); 3) o pai queria expressar de uma maneira engraçada que os biscoitos estavam duros (interpretação irônica). Todas essas opções eram apresentadas pelos pesquisadores às crianças depois das histórias.

Para um grupo de participantes, os pesquisadores explicaram porque a resposta correta seria a 3), levando a criança a refletir sobre o enunciado proferido pelo pai (consciência metapragmática). Para o outro grupo, nenhuma instrução foi passada.

Após essa história, os participantes deveriam ouvir outras histórias e escolher novamente entre as três interpretações possíveis para elas. Os resultados mostraram que os participantes que foram auxiliados no primeiro estímulo conseguiram ativar na memória a interpretação correta, revelando também que eles fizeram uso de recursos

atencionais para selecionar essa interpretação na memória. Logo, esses participantes que receberam informações metapragmáticas no desenvolvimento da primeira tarefa revelaram-se mais aptos na compreensão de enunciados irônicos de maneira geral.

Voltando a Fernández e Cairns (2011), as autoras afirmam que crianças com habilidades de leitura consolidadas compreenderiam muito melhor uma piada ou uma comparação implícita, algo mais difícil de ser feito por crianças menores de quatro anos. Tal afirmação poderia também estar relacionada ao desenvolvimento da consciência metapragmática e ao aprimoramento das habilidades de memória, visto que a leitura auxiliaria nesses processos. Além disso, segundo as autoras, as habilidades de leitura e as habilidades de se apreciar piadas e trocadilhos parecem facilitar a detecção de ambiguidades, principalmente semântica.

Sobre a ambiguidade, Oliveira e Oliveira (2017) afirmam que:

(...) a ambiguidade está presente em diversos enunciados, que se caracterizam pelo fato de apresentarem mais de um sentido, nem sempre devido à intencionalidade do autor. Esse fenômeno pode se manifestar sob quatro formas, numa tipologia que não se verifica somente na escrita. A ambiguidade fonológica é caracterizada por sua semelhança sonora na oralidade, que permite mais de um sentido. Já a ambiguidade semântica está diretamente ligada aos sentidos do texto, inserido este em algum determinado contexto; já a ambiguidade lexical se verifica devido a múltiplos sentidos a partir da mesma palavra em sua forma escrita. A ambiguidade sintática [...] caracteriza-se pelo duplo sentido causado pela organização estrutural de uma sentença, que pode ser consciente ou inconscientemente produzida. (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2017, p. 128)

A relação entre compreensão de ironia e compreensão de ambiguidade semântica fica clara, então, tendo em vista que ambas lidam com os sentidos do texto inseridos em algum determinado contexto.

Além disso, habilidades que emergem a partir dos quatro anos de idade parecem se consolidar e aprimorar ao longo do tempo, à medida que a teoria da mente da criança vai se desenvolvendo. Autores, como Banasik e Podsiadlo (2016), afirmam que crianças bilíngues teriam mais facilidade em tarefas metalinguísticas devido ao fato de serem mais bem “informadas” em termos de compreensão linguística, tendo que lidar com *inputs* vocabulares e gramaticais diferentes, por exemplo, geralmente apresentando escores mais altos em atividades que analisam o desenvolvimento da teoria da mente. Além disso, essas crianças têm que lidar comparativamente com mais representações

conflituosas e *input* ambíguo em seu dia a dia do que crianças monolíngues. Exemplificando, conforme Kovacs (2009), em uma conversação entre uma criança bilíngue e uma monolíngue, em que a primeira se dirige à segunda através de uma língua que essa última não conhece, a falha na comunicação não é processada da mesma maneira pelas duas crianças, porque apenas a criança bilíngue pode resolver o conflito, ativando ambas as línguas. Tal situação pode tornar os bilíngues mais conscientes da diferença entre os seus conteúdos mentais e os dos outros, o que possivelmente facilitaria essa aquisição. De toda maneira, essas habilidades vão sendo adquiridas progressivamente, seja por crianças monolíngues ou bilíngues, e, apesar de existirem pequenas diferenças entre elas, todas passariam pelos mesmos processos de aquisição.

Vosniadou (1987), sobre a compreensão da linguagem não literal por crianças, defende que a dificuldade que elas encontram em tal tarefa está relacionada a três aspectos, ou limitações, em palavras do próprio autor. A primeira seria a limitação epistêmica, que estaria relacionada ao conhecimento que a criança tem das coisas: se a criança não sabe nada sobre determinada coisa, como ela poderia acessar uma metáfora sobre ela? O conhecimento de mundo é visto, então, como importante para a compreensão da linguagem figurada e é algo que vai sendo moldado ao longo do tempo e das vivências da criança.

A segunda limitação, para o autor, seria linguística. Mesmo que a criança tenha o conhecimento conceitual subjacente a um determinado signo linguístico, esse conhecimento conceitual deve ser acessível por meio da linguagem, e as crianças pequenas podem não saber usar a linguagem adequadamente: elas podem achar difícil interpretar um *input* linguístico na ausência de um contexto situacional, ou podem falhar em fornecer paráfrases adequadas ou explicações de metáforas.

A terceira limitação citada por Vosniadou (1987) seria aquela relacionada ao processamento de informações. Segundo o autor, as crianças são limitadas em sua capacidade de processar informações, e sua capacidade de lidar com tarefas mais complexas aumenta com a idade, junto às mudanças no desenvolvimento da capacidade de memória (CASE 1978; PASCUAL-LEONE 1970 *apud* VOSNIADOU 1987) ou de maior conhecimento e uso de melhores estratégias (BROWN 1980; CHI 1978 *apud* VOSNIADOU 1987).

As pesquisas que se debruçam especificamente sobre a compreensão da ironia na aquisição da linguagem por crianças são quase unânimes em afirmar que essa parece ser uma habilidade que é consolidada apenas após os seis anos de idade, ou após a criança, como vimos antes, dominar uma teoria da mente de segunda ordem: enquanto crianças de 5 e 6 anos normalmente seriam capazes de conduzir raciocínios envolvendo estados mentais de primeira ordem, elas desenvolveriam habilidades de raciocínios de estados mentais de segunda ordem apenas entre os 6 e 8 anos de idade. Ackerman (1983) e Pexman e Glenwright (2007) defendem que essa visão é corroborada por diversas evidências empíricas (cf. ACKERMAN 1981; 1983 e referências citadas nesses dois estudos).

Apesar disso, algumas pesquisas mais recentes (BANASIK 2013; BANASIK; BOKUS 2012; RECCHIA et al 2010) apontam que crianças já a partir dos 4 anos podem ser capazes de compreender declarações irônicas, o que parece sugerir que haveria uma “janela” para o desenvolvimento dessa habilidade e que a mesma progride aos poucos.

Pexman e Glenwright (2007) questionam o porquê de essa “janela” de desenvolvimento ser tão ampla e explicam o fenômeno a partir da ideia de que a compreensão da ironia envolveria diferentes recursos específicos e “habilidades”, tais como, maturação neural geral, habilidades de mentalização (capacidade de compreender o comportamento próprio e de outros através da atribuição de estados mentais) e aprendizado social, cada uma delas adquirida em um ponto diferente do desenvolvimento infantil. Segundo as autoras, o primeiro elemento relevante estaria relacionado ao desenvolvimento cerebral: para compreender a ironia, é necessário que não só o hemisfério esquerdo do cérebro, envolvido na interpretação inicial do significado literal de um enunciado, seja ativado, mas também o direito e os lobos frontais, visto que são eles os envolvidos em processamento de informações intencionais, sociais e emocionais associadas ao enunciado. Logo, vemos algo a mais que deve ser desenvolvido: o aprendizado social (ponto diretamente relacionado à teoria da mente, mas também relacionado ao desenvolvimento da cognição social de um modo mais amplo). As autoras afirmam que:

Cada uma das habilidades componentes propostas na compreensão de ironia parece exigir aprendizado social em conjunto com as habilidades de raciocínio do estado mental. A menos que uma criança tenha uma categoria mental para a linguagem irônica (Utsumi, 2000),

como eles poderiam julgar que um orador está dizendo algo literalmente positivo com a intenção de criticar ou literalmente negativo com a intenção de elogiar? (traduzido de PEXMAN; GLENWRIGHT, 2007, p. 182-183)

Com isso, as autoras querem dizer que, embora o desenvolvimento da teoria da mente de segunda ordem seja uma habilidade cognitiva necessária para a compreensão da ironia, essa habilidade por si só não daria conta de todo o processo envolvido. Em resumo, a plena compreensão da ironia verbal se desenrolaria por um longo período entre a infância média e tardia e envolveria várias conquistas incrementais, como já citado anteriormente: a maturação neural, as habilidades de mentalização e o aprendizado social. Se algum desses fatores for deficiente, a capacidade de compreender a ironia, aspecto importante do desenvolvimento sociocognitivo infantil, não será plenamente concretizada. Glenwright e Pexman (2010) afirmam ainda que essa capacidade continua a se desenvolver através da meia-infância e que existe evidência de que esta habilidade ainda está sendo consolidada por volta dos doze ou treze anos (DEMOREST; MEYER; PHELPS; GARDNER; WINNER 1984 *apud* GLENWRIGHT; PEXMAN 2010).

Sendo um processo tão complexo e demorado, alguns autores tentam entender, mais especificamente, os mecanismos linguísticos que estão envolvidos para se obter sucesso na interpretação de um enunciado irônico. Ao afirmar que crianças menores de 6-7 anos de idade parecem ter problemas em entender o uso de um enunciado em que forma e função diferem entre si, Ackerman (1983) define dois processos mais específicos pelos quais as crianças passam para compreender um enunciado irônico: o processo de detecção e o processo de inferência. Nesse sentido, detectar que há uma violação dos princípios comunicativos é um processo menos complexo que pode ser realizado com certa facilidade. Porém, entender a intenção por trás daquilo que é dito é um componente dificultador que envolve outros tipos de habilidade.

Ackerman (1983) afirma que, enquanto crianças de 6 e 7 anos de idade podem ser capazes de detectar o uso de uma metáfora, pelo menos em algumas circunstâncias, elas são incapazes de gerar a interpretação figurativa apropriada para elas, e o mesmo se daria em relação ao uso da ironia. Ainda em relação a esse processo de inferência, ele não é realizado da mesma maneira para todos os tipos de ironia. Nesse sentido, são observadas diferenças no que diz respeito à compreensão dos diferentes tipos de ironia que são foco deste trabalho (críticas e os elogios irônicos) ao longo da aquisição.

Banasik e Podsiadlo (2016) afirmam que, quando se trata da compreensão dos diferentes tipos de ironia, alguns estudos concluem que a capacidade de compreender a crítica irônica é adquirida muito antes da compreensão de elogios irônicos (HARRIS; PEXMAN 2003; PEXMAN; GLENWRIGHT 2007), e que isso seria resultado da maior frequência em que críticas irônicas aparecem no discurso cotidiano (GIBBS 2000). Tal justificativa pode ser, no entanto, questionada em virtude de sua natureza circular: elogios irônicos são mais complexos porque ocorrem com menos recorrência no discurso ou ocorrem com menos recorrência porque são mais complexos? Em que consiste exatamente essa “maior complexidade”?

De fato, através da análise dos resultados dos experimentos realizados por Pexman e Glenwright (2007), foi observado que as crianças tendiam a achar as críticas irônicas mais fáceis de serem compreendidas do que os elogios irônicos: as crianças foram mais acuradas em seus julgamentos de crenças do falante quando eles proferiam críticas irônicas do que quando proferiam elogios irônicos. Giora (1995), por sua vez, explica essa diferença por meio de sua teoria de “dupla negação”, já mencionada anteriormente, porém a maioria dos trabalhos não deixa claro se é realmente este ponto que torna a compreensão de elogios irônicos mais demorada. Nesse sentido, qual seria o motivo dessa diferença na compreensão de ambos os tipos de enunciados irônicos ainda é uma questão em aberto.

Hancock (2000) também explorou tal diferenciação em seus estudos experimentais: segundo o autor, os dados do primeiro experimento realizado com crianças entre cinco e seis anos indicam que rejeitar interpretações literais é de fato mais fácil no contexto em que o falante pronuncia críticas irônicas do que elogios irônicos. O autor também notou que a detecção da natureza não literal de um comentário irônico pelas crianças não garante que a inferência correta seja feita sobre a intenção pragmática do falante. Esses dados são compatíveis com as observações de Ackerman (1983) citadas acima, indicando que a detecção e a inferência seriam componentes separáveis da compreensão da ironia e que as crianças teriam mais dificuldades com a última do que com a primeira.

A seguir, revisaremos a bibliografia relativa à compreensão da ironia no caso de falantes adultos.

### 3.3 A COMPREENSÃO DA IRONIA POR FALANTES ADULTOS

Quando falamos de processamento da linguagem, estamos assumindo uma perspectiva no âmbito da psicolinguística experimental, que procura analisar a relação entre os processos mentais e o comportamento linguístico das pessoas. Como vimos anteriormente ao tratar da aquisição da linguagem, a relação entre língua, mente e cérebro é foco de diversos estudos que procuram entender como uma criança adquire uma língua e como as etapas desse desenvolvimento linguístico vão sendo constituídas ao longo do tempo. Alguns processos mentais, como os citados anteriormente (tais como a consciência metalinguística e habilidades de mentalização, por exemplo), não se consolidam na infância, sendo necessário também estudar a mente adulta para que se consiga uma compreensão mais clara de todos os fenômenos envolvidos no desenvolvimento linguístico e cognitivo.

Leitão (2015) afirma que vários dos conceitos com os quais a psicolinguística trabalha e que serão importantes para o desenvolvimento do presente trabalho têm sua origem nas ideias de Wilhelm von Humboldt (1767-1835), retomadas por Wundt, psicólogo alemão que, na virada do século XIX para o XX, já se mostrava preocupado com a relação entre os processos mentais e a língua. Mas somente a partir dos anos 50 é que passa a haver uma cooperação mais estreita entre linguistas e psicólogos a fim de melhor dimensionar essa relação, e é aí que surge a psicolinguística experimental. As principais questões que norteiam o trabalho daqueles que seguem essa abordagem são como se dá a produção e a compreensão da linguagem verbal, algo mais complexo do que parece:

O processo de compreender e produzir linguagem verbal em nosso cotidiano, que parece extremamente simples, é na verdade algo complexo e que requer um conjunto de procedimentos mentais denominado de processamento linguístico. (LEITÃO, 2015, p. 221)

Apesar de esses conceitos serem bastante amplos, a psicolinguística experimental engloba alguns campos de investigação mais específicos, de acordo com o objeto de estudo que cada um tem como foco. Por exemplo, existem estudos que focam na percepção da fala, no reconhecimento de palavras, no processamento sintático ou na interpretação semântica de enunciados.

Para se analisar a questão do processamento da linguagem não literal e, claro, mais especificamente da ironia, é necessário se localizar no estudo da interpretação semântica (e pragmática) dos enunciados linguísticos, que, segundo Leitão (2015):

investiga como os níveis linguísticos são integrados ao conjunto de conhecimentos de mundo que os indivíduos têm, viabilizando uma interpretação mais consciente e abrangente, seja no escopo sentencial, seja no escopo discursivo (LEITÃO, 2015, p. 223)

Sobre o processamento da linguagem não literal, alguns autores assumem que ele seria mais custoso do que o processamento da linguagem literal, justamente por conta dessa integração entre nível linguístico e conhecimento de mundo (DEWS; WINNER 1995; COLSTON 1997; PEXMAN; GLENWRIGHT 2007). Tal processo envolveria uma reanálise do sentido do enunciado, que deve ser feita para se compreender que aquilo que se diz não é realmente aquilo que se quer dizer. Já outros autores vão de encontro a essa perspectiva, defendendo que o processamento da linguagem não literal se daria por meio do acesso direto (GIBBS 1994, 2002; KINTSCH 1998; KINTSCH; BOWLES 2002; GLUCKSBERG; KEYSAR 1990; GLUCKSBERG 1998).

A abordagem tradicional, associada à visão pragmática discutida anteriormente no Capítulo 2 (GRICE 1975; SEARLE 1993), assume o primeiro ponto de vista. Nessa perspectiva, o sentido literal não geraria esforço especial de interpretação, enquanto o sentido não literal geraria maior esforço, como explicado por Barreto (2017):

os falantes/ ouvintes computariam, primeiramente, o sentido literal e, na sequência, apenas se houvesse alguma incompatibilidade entre o sentido literal e o contexto, seria computado o sentido não literal, sendo este, dentro desta perspectiva, opcional, cuja ocorrência sempre sucederia a do sentido literal, ocorrendo em apenas alguns casos, como apontado acima. (BARRETO, 2017, p. 48)

Pelo contrário, para aqueles que assumem uma perspectiva de acesso direto à linguagem não figurada, a compreensão desse tipo de linguagem não seria opcional, mas ocorreria de maneira automática. Muitos dos autores que assumem essa perspectiva trazem como foco principalmente o estudo da metáfora. O argumento desses autores, entre eles Gildea e Glucksberg (1983), é de que o acesso ao sentido metafórico aconteceria em virtude de uma “rota” direta para interpretação figurada. Embora esse

tipo de abordagem possa ser interessante no caso de metáforas já conhecidas pelos falantes e até mesmo para outras formas de linguagem figurada como metonímias e expressões idiomáticas, o mesmo não se verifica no caso do processamento da ironia, visto que existem outros fatores envolvidos nesse tipo de enunciados em específico.

Levando em conta tais aspectos, Giora (1995, 1999) assume uma perspectiva que busca conciliar os dois tipos de visão. Para a autora, o processamento da linguagem não literal varia de acordo com o tipo de figura de linguagem utilizada, sua familiaridade ou convencionalidade na língua, bem como seu grau de saliência. Esse postulado é denominado pela autora de Hipótese do Grau de Saliência, e defende que não deve ser estabelecida uma distinção entre processamento de significado literal e não literal, mas, sim, entre o processamento de sentidos mais e menos salientes. Segundo essa perspectiva, os significados salientes (ou convencionalizados) – que são aqueles mais frequentes e familiares – seriam processados de forma direta, ao passo que os significados menos salientes o seriam de forma indireta. Dessa forma, uma expressão metafórica, por exemplo, não seria processada de uma única forma, mas haveria diferenças em função do grau de convencionalidade/cristalização da mesma. A compreensão de metáforas novas e familiares poderia envolver, portanto, processos distintos.

Vê-se, logo, que o processamento da linguagem não literal é algo que suscita discussões devido à sua complexidade e à variedade de figuras de linguagem que existem no nosso uso cotidiano. Sobre a ironia, assume-se a perspectiva neste trabalho de que sua compreensão demanda um processo cognitivo ainda mais complexo, quando comparada a outros tipos de uso da linguagem não literal, como por exemplo, a metáfora.

Ackerman (1983) é um dos autores que defende que a compreensão de ironia verbal é um processo cognitivo complexo. Em sua pesquisa experimental, o autor concebeu dois experimentos em que crianças de 6 a 8 anos e estudantes universitários deveriam ouvir histórias que consistiam em uma declaração de um orador e em informações contextuais que eram neutras ou que tendiam a uma interpretação irônica ou literal da declaração. O segundo experimento era, na verdade, uma versão do primeiro em que algumas expressões que tendem a exagerar ou intensificar contrastes irônicos foram adicionados aos enunciados (por exemplo “realmente”, “com certeza”). Nesse estudo também foi avaliada a relevância da prosódia, testando estímulos em que a

entonação do enunciado era realçada ou não realçada. Ao final da tarefa, eram feitas perguntas aos participantes sobre a forma literal do enunciado e a atitude do orador ao usá-lo. Os resultados encontrados no primeiro experimento sugerem que as crianças parecem ter dificuldade em entender um enunciado em que a forma e a função diferem e que crianças e adultos diferem tanto na realização desses processos quanto no uso das dicas contextuais e prosódicas. Além disso, com base no segundo experimento, a inserção de expressões intensificadoras pouco ajudou na compreensão de ironia por crianças pequenas e adultos, auxiliando apenas na compreensão por crianças mais velhas.

Para Ackerman (1983), a compreensão da ironia se daria por meio de dois processos previamente mencionados, detecção e inferência. A primeira seria a rejeição, pelo ouvinte, da forma literal do enunciado proferido. Nessa etapa, o ouvinte entenderia que o falante não quer dizer aquilo que ele diz na superfície do enunciado, mas ainda não entende o sentido pretendido por ele. Já a inferência seria a etapa em que o ouvinte compreenderia a intenção por trás da atitude do falante, processo mais complexo. Por esse motivo, segundo Ackerman (1983), as crianças são melhores em detectar que a função do enunciado não é correspondente à sua forma linguística do que interpretar sua implicações.

Ackerman, em seus experimentos sobre processamento de ironia, leva em conta também a importância do contexto discursivo e da prosódia como possíveis facilitadores dessa compreensão.

Como citado anteriormente, as atividades experimentais realizadas conduzidas no estudo de Ackerman com crianças e estudantes universitários sugerem que o conhecimento do contexto prévio<sup>9</sup> é essencial para a compreensão da ironia, seja tanto no processo de detecção quanto no de inferência. As crianças, tanto quanto os jovens adultos, apoiam-se nas pistas contextuais para detectar se o enunciador está sendo sincero ou não; para além, as pistas contextuais também são importantes para que crianças e jovens identifiquem a intenção por trás de um enunciado irônico. No que diz respeito à intenção, como defendido por Ackerman, os jovens têm mais facilidade de

---

<sup>9</sup> Nesse trabalho, não há uma definição clara do que é considerado como contexto. Pelo tipo de estudo experimental realizado, assumimos que o que o autor denomina “contexto” seria, na verdade, o contexto verbal prévio, ou seja, aquilo que foi dito anteriormente ao enunciado irônico alvo.

compreensão, visto que, para isso, além das pistas contextuais, a prosódia seria também um auxiliador. Para crianças, a prosódia não seria tão relevante, visto que elas parecem ainda não entender as nuances entoacionais de enunciados irônicos. Logo, para o autor, tomando como base seus resultados com crianças, a discrepância contextual seria um importante fator para os processos de detecção e inferência, enquanto que a entonação só seria importante na etapa inferencial. A questão da entonação será retomada mais à frente, em uma seção destinada apenas a essa discussão.

Dews e Winner (1995) também investigaram o processamento de ironia por falantes adultos. Nesse caso, foram considerados os dois tipos de ironia já mencionados no capítulo anterior: as críticas irônicas e os elogios irônicos. Para investigar essa questão, elas realizaram três experimentos: no primeiro, os participantes (todos estudantes universitários) deveriam classificar observações irônicas gravadas em vídeo (críticas e elogios) como sendo mais ou menos engraçadas, de acordo com uma escala de 5 pontos; no segundo, os participantes realizaram um experimento de escuta em que, ao final, deveriam responder a um outro tipo de comando: por meio de uma escala, deveriam julgar se os enunciados ditos eram mais ou menos insultuosos; já no terceiro experimento, foi realizada a leitura de uma conversa entre duas pessoas, em que, ao final, mais uma vez, os participantes deveriam responder a escalas como as duas primeiras.

Os resultados experimentais reportados Dews e Winner (1995) sugerem que elogios irônicos são considerados mais ofensivos pelos falantes do que os elogios literais, enquanto as críticas irônicas seriam vistas como menos ofensivas do que as críticas literais.

Dews e Winner (1995) propõem o que chamam de “*Tinge hypothesis*” para explicar tal situação, mais especificamente, para explicar como a ironia é compreendida e por que ela é usada. De acordo com essa hipótese, o tom avaliativo do significado literal dos enunciados irônicos automaticamente colore/matiza (ou tinge) a percepção do ouvinte sobre o significado pretendido. No caso das críticas irônicas, o significado literal positivo tingiria o significado pretendido negativo, resultando em uma avaliação menos crítica; já no caso dos elogios irônicos, o significado literal negativo tingiria o significado pretendido, resultando em uma avaliação mais ofensiva. Quando considerada essa hipótese, uma possível interpretação para a questão de os elogios irônicos serem mais complexos pode estar relacionada com o fato de que eles

difícilmente são vistos como positivos, em função de o sentido literal colocar em destaque seu viés negativo/crítico.

Colston (1997) retoma a proposta de Dews e Winner e discute a ideia de que a crítica irônica possa servir à função geral pragmática de diluir o grau de condenação de uma observação negativa e por isso, ser considerada menos ofensiva pelos falantes. Porém, segundo o pesquisador, não seria isso o que acontece, já que a crítica irônica, por muitas vezes, seria utilizada a fim de reforçar o significado negativo pretendido.

No seu estudo composto por quatro experimentos (todos seguindo o mesmo método), Colston apresentou aos participantes (todos estudantes universitários) um livreto de histórias composto por doze cenários que descreviam situações em que algo negativo acontecia e uma pessoa fazia um comentário para um interlocutor que também estava na situação. No primeiro experimento, os participantes deveriam ler as histórias e julgar o quão sarcásticos eles pensavam que os comentários eram de acordo com uma escala de classificação de 7 pontos; já no segundo, eles deveriam julgar, ainda com base em uma escala, o quão ofensiva a pessoa tinha sido; no terceiro experimento, o quão simpático era o comentário do enunciador; e, no quarto, foi aplicada uma versão do segundo experimento em que os participantes foram informados, previamente, que poderiam imaginar o tom de voz dos oradores, se isso os ajudasse a avaliar o grau de ofensividade das observações, ou seja, os participantes foram orientados que, dessa vez, deveriam levar em conta a possível prosódia do enunciador.

Os resultados encontrados nos três primeiros experimentos sugerem que as críticas irônicas são entendidas como mais sarcásticas do que as literais e que uma observação irônica seria menos simpática de se fazer do que uma observação literal. Em relação ao Experimento 4, instruir os participantes a imaginar o tom de voz que os falantes poderiam usar ao proferir os enunciados não pareceu influenciar os resultados. Isso acontece, pois, segundo Colston (1997), é bem possível que as pessoas naturalmente já infiram ou imaginem as pistas entoacionais que seriam utilizadas pelo falante e, portanto, não precisam de instruções para fazê-lo. Com base nos resultados obtidos, Colston afirma que a crítica irônica não parece diluir o grau de condenação expresso por um falante sob quaisquer circunstâncias. Seus resultados sugerem que a “*Tinge hypothesis*” falha em explicar a quantidade de condenação expressa pela crítica irônica.

Ainda sobre a compreensão de ironia por falantes adultos, Gaudreau et al (2015) investigaram a relação entre este fenômeno e a Teoria da Mente em pessoas com leve prejuízo cognitivo (MCI, do inglês *mild cognitive impairment*) em fase inicial da doença de Alzheimer, isto é, pessoas em que foram observados prejuízos relacionados à memória episódica<sup>10</sup>. A partir de uma tarefa experimental composta por duas fases, os pesquisadores compararam as capacidades de mentalização de pessoas com MCI e pessoas da mesma faixa etária, mas sem prejuízos cognitivos.

Na primeira fase do experimento, que tinha como objetivo avaliar a capacidade de mentalização em pessoas com MCI, um total de 30 histórias foram apresentadas aos participantes em uma tela de computador. Após os participantes lerem cada história, os pesquisadores faziam oralmente perguntas com o objetivo de avaliar se os participantes eram capazes de compreender crenças de segunda ordem (i.e. a capacidade de compreender que as pessoas podem ter crenças, verdadeiras ou falsas, acerca de outras crenças). Os autores não reportam que tipos de perguntas ou estímulos foram usados nessa fase.

Na segunda fase do experimento, o objetivo era avaliar a capacidade de compreensão de enunciados irônicos por pessoas com MCI. Histórias descrevendo situações cotidianas foram apresentadas para os participantes em uma tela de computador, cada uma terminando com uma asserção que poderia ser irônica, sincera ou descritiva. Ao final de cada leitura, os pesquisadores perguntavam aos participantes qual era, dentre as três opções possíveis, o julgamento deles da asserção final.

Os resultados encontrados sugerem que, em relação às habilidades de mentalização de segunda ordem, avaliadas pela primeira fase do experimento, os participantes com MCI tiveram dificuldade em avaliar o estado mental de outras pessoas se comparados aos participantes sem déficit cognitivo.

Em relação à segunda fase do experimento, que buscava avaliar a compreensão da ironia, os resultados encontrados são compatíveis com a ideia de que pessoas com MCI têm realmente dificuldade em interpretar enunciados irônicos, porém, essa dificuldade não se restringiu apenas aos enunciados irônicos, mas também aos sinceros. Quando comparados ao grupo de controle, os participantes com prejuízos cognitivos

---

<sup>10</sup> A memória episódica é a memória de eventos autobiográficos (tempo, lugar, emoções associadas, como, quem, o que, quando, onde e as fontes de conhecimento). É a coleção de experiências pessoais passadas que ocorreram em um determinado momento e local.

foram piores em julgar se o personagem da história estava sendo sincero ou não de maneira geral. Tal resultado, segundo os autores, pode estar relacionado ao fato de que ambas as interpretações demandam habilidades de inferência do estado mental do personagem, ou seja, para que o participante interpretasse corretamente os enunciados, fossem eles sinceros ou irônicos, ele devia lançar mão de suas capacidades de mentalização, que apareceram como prejudicadas na primeira fase do teste.

A relação entre mentalização de segunda ordem e compreensão de ironia, no entanto, também pode ser explicada por outros fatores, segundo Gaudreau et al (2015). De acordo com os autores, pode ser que esses processos cognitivos sejam afetados essencialmente no mesmo grau pela neuropatologia subjacente à MCI. Alternativamente, as duas medidas poderiam refletir, em certo ponto, um mecanismo ou um processo cognitivo semelhante e, portanto, o desempenho prejudicado em uma medida seria acompanhado pelo desempenho prejudicado na outra. De fato, é possível que a associação entre os desempenhos de ambas as tarefas experimentais derive das habilidades subjacentes nos domínios da linguagem e das funções executivas<sup>11</sup> envolvidas nas habilidades de inferências mentais e na compreensão da ironia verbal.

Em relação às funções executivas, os autores afirmam que os resultados demonstram uma relação entre as mesmas e a compreensão da ironia. Mais precisamente, eles sugerem que flexibilidade mental, controle inibitório e memória de trabalho estão entre as habilidades cognitivas implicadas na interpretação correta de uma afirmação irônica e também de uma afirmação sincera. Essa interpretação é coerente com a suposição de que a compreensão correta de um comentário irônico requereria vários "passos cognitivos". Quanto à relação encontrada entre as funções executivas e a mentalização de segunda ordem, os autores afirmam que o resultado do estudo experimental é compatível com uma inter-relação entre esses aspectos, tanto em populações saudáveis quanto com danos cerebrais.

---

<sup>11</sup> De acordo com o dicionário da APA, funções executivas consistem em processos cognitivos superiores relativos a planejamento, tomada de decisões, resolução de problemas, sequenciamento de ações, designação e organização de tarefas, busca consistente de objetivos, inibição de impulsos competidores, flexibilidade na seleção de objetivos e resolução de conflitos para atingir metas. Essas funções podem envolver o uso de linguagem, julgamento, abstração e formação de conceitos, raciocínio e lógica. As funções executivas têm sido associadas a redes neurais alocadas no lobo frontal e principalmente no córtex pré-frontal. Distúrbios como a doença de Alzheimer e a esquizofrenia parecem estar associados a algum tipo de comprometimento nas funções executivas.

Gaudreau et al (2015), apesar dos resultados encontrados, esclarecem que o tipo de procedimento experimental utilizado impediu uma investigação do uso da prosódia para diferenciar afirmações sinceras das irônicas. Apesar disso, os autores reforçaram que a prosódia seria de grande ajuda para estabelecer uma distinção entre esses dois tipos de declarações. Nesse sentido, a próxima seção terá como objetivo discutir melhor o possível papel da prosódia na compreensão da ironia.

### 3.4 O PAPEL DA PROSÓDIA NA COMPREENSÃO DA IRONIA

Pode-se afirmar que a prosódia é a parte da linguística que estuda a entonação, o ritmo e o acento da linguagem falada. O termo, originado na Grécia por meio dos discursos de Platão, teve, ao longo dos anos, diversos significados, assumindo um sentido especializado dentro da Linguística apenas no ano de 1972 com os trabalhos de Ducrot e Todorov.

Atualmente, segundo Barbosa (2012), a prosódia está associada a

“(...) fatores linguísticos como acento, fronteira de constituinte, ênfase, entoação e ritmo, a fatores paralinguísticos como marcadores discursivos (e.g., “né”, “entendo”, “an-han”) e atitudes proposicionais (e.g., “confiante” e “duvidoso”) e sociais (e.g., “hostil” e “solidário”), além de tratar de fatores extralinguísticos como as emoções. Todos esses fatores se combinam com aspectos sociais e biológicos indiciais como gênero, faixa etária, classe social, nível de escolaridade, entre outros” (BARBOSA, 2012, p. 13).

Pode-se afirmar, logo, que o falante, utilizando-se de fatores linguísticos inerentes à prosódia, como entoação e tom voz, por exemplo, adiciona à sua expressão características de suas emoções e de suas intencionalidades, ou atitudes de fala, fazendo com que seu enunciado transmita não só a mensagem veiculada pelos itens lexicais sintática e semanticamente estruturados, mas também uma intencionalidade expressiva/comunicativa.

No que diz respeito à ironia, a importância da prosódia reside no fato de que a mensagem em si – quando considerada na sua superfície ou no seu sentido literal – não explicita a intencionalidade do falante, logo, outras pistas linguísticas – e até mesmo extralinguísticas – são necessárias para ajudar o receptor da mensagem a entender o que o falante quis de fato dizer.

O papel da prosódia na compreensão da ironia tem sido mencionado em algumas das pesquisas que abordam esse fenômeno, mesmo que muitos trabalhos experimentais não levem de fato em conta pistas prosódicas explícitas, principalmente por serem baseados em tarefas de leitura. Apesar disso, existem alguns trabalhos que exploram a influência da prosódia com base em experimentos de escuta, e o que se pode notar é que ainda há debates no que se refere a essa questão. Ao mesmo tempo em que há estudos que indicam que a prosódia seria relevante para a compreensão de um enunciado irônico (CUTLER 1974; ACKERMAN 1983; GRICE 1989; CHEVALLIER ET AL 2011; KOWATCH ET AL 2013; MORAES 2010; FERREIRA 2015; MOURA 2017), outros sugerem que a prosódia não é tão importante quanto se acredita (KREUZ 1996; GIBBS 2000; BRYANT 2010; DELIENS 2018).

Como vimos anteriormente, a pesquisa de Ackerman (1983) foi uma das primeiras que incluiu experimentos cujo objetivo foi entender melhor como se dá a compreensão da ironia por crianças e que apontou a prosódia como um elemento importante no que diz respeito ao processo de inferência. Isto é, para esse autor, as pistas prosódicas seriam facilitadoras para que as crianças entendam a real intenção por trás de um enunciado irônico, por mais que essa habilidade vá se desenvolvendo ao longo do tempo. Em seus experimentos, histórias curtas foram lidas para os participantes, sendo a metade lida com uma prosódia apropriada (ou “irônica”) e a outra metade com uma prosódia “neutra” (ou não marcadamente irônica). Os resultados sugerem que tanto adultos quanto crianças utilizam informações prosódicas como facilitadoras do processo de compreensão da ironia, sendo que elas forneceriam pistas sobre a atitude do falante. Ainda, crianças da terceira série teriam mais facilidade de fazer uso da prosódia realçada do que as de primeira série, que parecem fazer relativamente pouco uso dela.

Como Ackerman (1983), outros estudiosos defendem a importância da prosódia para a compreensão da ironia, entre eles Cutler (1974) e Grice (1989), que consideram que pistas prosódicas são essenciais para inferir aquilo que o falante quer dizer em uma situação em que há o uso de um enunciado irônico.

Mais recentemente, Chevallier et al (2011) afirmam que as informações prosódicas fornecem vários tipos diferentes de evidências, como estados físicos do falante (por exemplo, embriaguez) ou mentais (como deboche, raiva, felicidade...) subjacentes. Em relação a esse último ponto, os autores defendem que é necessário o

desenvolvimento da Teoria da Mente para que essas pistas prosódicas que indicam estados mentais sejam processadas. Por isso, de acordo com Chevallier et al pessoas que tenham algum atraso cognitivo que prejudique o desenvolvimento da Teoria da Mente teriam mais dificuldades em lançar mão das pistas prosódicas para compreender determinado estado mental de alguém.

Para investigar essa hipótese foi conduzido um estudo experimental em que adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que têm dificuldades em realizar tarefas que dependem do desenvolvimento da Teoria da Mente, deveriam ouvir algumas histórias e decidir, a partir do contorno prosódico com que a fala de um personagem era proferida, qual era a melhor interpretação do estado mental do mesmo. Exemplificando, abaixo:

(14) Ben ouve um barulho na casa dos vizinhos. Ele diz: “Que barulho é esse?”

Ben está assustado (pode haver um ladrão na casa dos vizinhos!) ou Ben está bravo (ele não gosta quando seus vizinhos fazem muito barulho)?

Os resultados obtidos sugerem que há diferenças significativas entre a utilização das pistas prosódias pelas participantes com TEA e pelo grupo de controle (sem comprometimento cognitivo), sendo que as primeiras têm dificuldade em atribuir determinado estado mental ao enunciador mesmo ouvindo seu tom de voz. Já em relação ao grupo de controle, as pistas prosódicas foram suficientes para eles determinarem o estado mental do falante.

Embora o estudo não tenha como foco a compreensão de enunciados irônicos em si, os resultados reportados por Chevallier et al (2011) podem contribuir para a discussão relativa ao papel da prosódia no processamento da ironia, tendo em vista que a mesma seria reflexo de determinado estado mental do falante.

Kowatch et al (2013) também citam brevemente o papel da prosódia na compreensão da ironia. Apesar de não desenvolverem muito esse ponto, eles afirmam serem uns dos primeiros a utilizar, no seu estudo experimental, estímulos orais em lugar de escritos, criticando experimentos que têm como base apenas a leitura. Com o fito de examinar a questão de como os significados irônicos são processados, os autores afirmam, em relação à prosódia, que há evidências de que declarações faladas com intenção irônica tendem a ter uma duração mais longa que as mesmas declarações

faladas literalmente. Os autores não fornecem informações mais detalhadas sobre as características prosódicas de enunciados irônicos, mas afirmam que:

Embora os resultados desses estudos [estudos com base em tarefas de leitura] sejam importantes para o debate sobre o processamento da ironia, existem limitações quanto a essa abordagem. Primeiro, a ironia verbal é geralmente associada à fala, em que pistas auditivas estão disponíveis, mas nenhuma delas é fornecida nos estudos de leitura do processamento da ironia. De fato, até onde sabemos, apenas um estudo anterior comparando o processamento de significados literais e irônicos apresentou estímulos auditivos (REGEL et al, 2010) (...) Além disso, há evidências de que as declarações faladas com intenção irônica tendem a ter uma duração mais longa do que as mesmas declarações literalmente (ANOLLI, CICERI; INFANTINO, 2000; BRYANT, 2011; REGEL ET AL., 2010; ROCKWELL, 2000). Ou seja, tendemos a demorar mais para dizermos uma afirmação com significado irônico. (KOWATCH et al, 2013, p. 303)

Seguindo essa linha de pensamento, em pesquisa desenvolvida a partir do português brasileiro, Moura (2017) realizou um experimento em que um participante deveria ler determinada frase com um tom sarcástico ou um tom neutro. Seus resultados sugerem que o falante, ao expressar a atitude de sarcasmo, tende a ajustar alguns parâmetros prosódicos, como a frequência fundamental e a duração, fornecendo indícios para que o ouvinte reconheça tal atitude. Por isso, Moura (2017) afirma que o *input* prosódico é importante também para o ouvinte, guiando-o na busca pela relevância do enunciado a ser processado. O autor considera que as modulações prosódicas funcionam como nuances que caracterizarão o sarcasmo, auxiliando o ouvinte a reconhecer tal atitude e, conseqüentemente, o sentido do que está sendo dito.

As pesquisas de Moraes (2010) e Ferreira (2015) também foram conduzidas com base no PB. Moraes (2010) investiga a prosódia na produção de enunciados irônicos, apontando alguns parâmetros prosódicos que diferenciam a ironia de outros tipos de enunciados, sendo eles, valores de frequência fundamental ( $F_0$ )<sup>12</sup> em alguns pontos da

---

<sup>12</sup> Por valores de  $F_0$  (ou *pitch*) entende-se a frequência fundamental de um enunciado e esses valores estão relacionados ao número de ciclos que as pregas vocais fazem em um segundo. De acordo com Barbosa e Madureira (2015:4-5): “A frequência é o principal parâmetro que nos dá a sensação de altura de um som (*pitch*), ou seja, nos faz perceber o quão baixo ou alto um som soa a um ouvinte. A altura é determinada pela frequência fundamental. Quanto maior a frequência, maior a altura do som e vice-versa. A altura do som é que diferencia um som grave de um som agudo. Assim, os sons de menor altura, ou de menores valores de  $F_0$ , são mais graves como as vozes masculinas que apresentam um *pitch* médio de 120Hz. Já, os sons com

sentença, tessitura do enunciado ou de certas sílabas e duração do enunciado. As medidas de  $F_0$  também foram consideradas relevantes no trabalho de Ferreira (2015), que buscou realizar um estudo da ironia do ponto de vista prosódico e discursivo. A autora constatou que as medidas de  $F_0$  são maiores em enunciados irônicos do que em enunciados literais, sendo também maiores na ironia espontânea do que na fala atuada. Com isso em mente, tanto Moraes (2010) quanto Ferreira (2015) consideram – tomando o PB como língua em análise – que os enunciados irônicos, quando pronunciados, soariam mais agudos do que os literais, contribuindo para a discussão – não unânime na literatura – de que haveria algum ou alguns elemento/s que poderiam funcionar como marcadores de uma “prosódia irônica”

Tendo como foco principal experimentos que se dedicam a buscar respostas sobre como se dá a compreensão da ironia, diversos são aqueles estudiosos que estão mais inclinados a afirmar que a prosódia não é tão relevante como se pensa, entre eles destacamos os trabalhos de Kreuz (1996), Gibbs (2000), Bryant (2010) e Deliens (2018). Segundo Gibbs (2000):

Embora os falantes não precisem transmitir suas mensagens irônicas em um tom de voz especial, a entonação do falante é frequentemente vista como uma pista importante para o sentido de um enunciado irônico. Uma dificuldade com essa conclusão é que parece não haver um padrão único de pistas prosódicas quando as pessoas falam ironicamente. Algumas palavras são às vezes enfatizadas, e muitas vezes há uma ênfase exagerada, ocasionalmente acompanhada de uma diminuição na velocidade da fala, para certas frases, especialmente para o sarcasmo. Mas a grande variedade de pistas prosódicas observadas em diversos estudos sugere que não existe um padrão único responsável por todos os usos em que há uma expressão irônica. (GIBBS, 2000, p. 25)

Com essa afirmação, o autor defende que, apesar de alguns trabalhos apontarem parâmetros prosódicos comuns a enunciados irônicos, dependendo da intencionalidade do falante e da situação de uso em que a ironia está inserida, esses parâmetros podem variar. Em outras palavras, não haveria algo que definisse, de fato, uma prosódia comum a todos os enunciados irônicos, o que traz dificuldades para afirmar de forma mais generalizada que a prosódia auxiliaria a compreensão da ironia.

---

*maiores alturas, ou com maiores valores de  $F_0$ , são mais agudos como as vozes de mulheres e crianças que possuem pitch médio 220Hz e 300Hz, respectivamente.*

O pesquisador também afirma que os ouvintes geralmente percebem que a mensagem irônica de um falante foi declarada com dicas prosódicas especiais, mas que esse julgamento pode ser determinado depois que o ouvinte entender aquilo que foi dito como tendo significado irônico. Ele indica, ainda, que expressões não-irônicas podem compartilhar qualidades entonacionais semelhantes com algumas observações irônicas, mas que os falantes tendem a não vê-las como particularmente especiais.

Bryant (2010) segue a mesma linha de pensamento defendida por Gibbs (2000), ao dizer que os falantes, em situações espontâneas de uso, empregam contrastes prosódicos ao usar a ironia verbal (valores mais altos de *F0* e diminuição de velocidade de fala, por exemplo), mas que esses contrastes não são especiais ou “especificamente irônicos”, isto é, não existe um padrão prosódico que dê conta de abarcar todos os enunciados irônicos de maneira geral. Em vez disso, segundo ele, os contrastes prosódicos representam um aspecto de um sistema de produção prosódica multifuncional incorporado em todo o uso da linguagem falada. Logo, para esse autor, não haveria de fato diferença entre pistas prosódicas de um enunciado irônico e um não-irônico.

Mais recentemente, Deliens et al (2018) reportaram um experimento em que investigaram a função da prosódia, da expressão facial e das pistas contextuais<sup>13</sup> na compreensão da ironia. Os resultados sugerem que tanto a prosódia quanto a expressão facial não facilitam a compreensão da ironia e que as pistas contextuais é que seriam realmente importantes para que um enunciado irônico seja entendido como tal:

a prosódia irônica não facilita a interpretação, e a expressão facial irônica realmente a impede, confirmando que pistas não contextuais não são muito confiáveis em uma tarefa de compreensão de ironia (DELIENS et al, 2018, p. 43).

Todas essas observações e pontos de vistas distintos sugerem que trabalhos futuros precisam examinar de forma mais precisa o papel que as pistas prosódicas desempenham no processamento de enunciados irônicos. Dessa forma, buscamos investigar – mesmo que de forma bastante exploratória – tal questão em um experimento no qual informações prosódicas foram fornecidas para os participantes, em comparação a um experimento semelhante, mas de leitura, em que as pistas prosódicas

---

<sup>13</sup> Deliens et al (2018) também consideram como pista contextual, em seu estudo experimental, aquilo que foi dito previamente ao enunciado-alvo irônico, ou seja, basicamente o preâmbulo da história, e não um contexto comunicativo definido de maneira mais ampla.

não foram empregadas. No próximo capítulo, reportamos o estudo experimental conduzido no âmbito desta dissertação.

## 4 PROCESSAMENTO DE CRÍTICAS E ELOGIOS IRÔNICOS NO PB: UM ESTUDO EXPERIMENTAL

Nesta pesquisa, buscamos investigar como se dá a compreensão de críticas e elogios irônicos no PB. Para isso, além de uma resenha da bibliografia sobre o assunto, foi conduzido um estudo experimental composto por um experimento de leitura e um de escuta de enunciados irônicos e literais.

Os experimentos a serem reportados neste capítulo tiveram o intuito de obter evidências que possam vir a colaborar com a discussão sobre como falantes adultos do PB compreendem o fenômeno da ironia.

O primeiro experimento consiste em um teste de leitura automonitorada e julgamento de enunciados através de duas escalas nominais. Já o segundo, é uma versão do primeiro experimento adaptada em uma atividade de escuta e julgamento de enunciados.

A seguir, apresentamos, resumidamente, o método adotado pela psicolinguística experimental e, em seguida, reportamos os experimentos conduzidos e os resultados obtidos.

### 4.1 O MÉTODO EXPERIMENTAL

Para a realização deste trabalho, adotamos a abordagem da psicolinguística experimental, que, conforme Leitão (2015):

tem como objetivo básico descrever e analisar a maneira como o ser humano compreende e produz linguagem... do ponto de vista de execução pelos falantes/ouvintes a partir de seu aparato perceptual/articulatório e de seus sistemas de memória (LEITÃO, 2015, p. 221)

Nossa pesquisa se enquadra nessa perspectiva, pois, nela, buscamos analisar a maneira como falantes adultos compreendem enunciados irônicos. Para isso, partimos de hipóteses que, neste caso, visam a buscar respostas sobre como o processamento da ironia se dá por falantes adultos por PB e, com esse intuito, utilizamos metodologia específica que será apresentada mais à frente neste capítulo.

O método acima mencionado, em que se parte de hipóteses e previsões para, só então, desenvolver atividades experimentais que visam a responder as perguntas de pesquisa lançadas, é chamado de método dedutivo (FERNÁNDEZ; CAIRNS 2011). Por meio dele, o pesquisador busca controlar de forma sistemática o que deseja investigar, estabelecendo variáveis que podem ser isoladas umas das outras, com a intenção de testar o efeito de cada uma de forma independente das demais. Seguindo esse método dedutivo, o pesquisador contrasta os dados obtidos com as previsões e hipóteses previamente estabelecidas a fim de chegar a conclusões sobre seu estudo.

Quando se fala de variáveis, estamos indicando os fatores a serem controlados em determinado experimento. Tais variáveis podem ser subdivididas no que se nomeia variáveis dependentes e variáveis independentes. As variáveis dependentes são, basicamente, as medidas estabelecidas para o experimento, seu valor depende das variáveis independentes e consistem em comportamentos específicos e mensuráveis (Ex. tempo de reação, número de respostas de certo tipo, etc.). As variáveis independentes, por sua vez, seriam aquelas relacionadas ao fenômeno que se está investigando naquele experimento em si, resultando, assim, em condições experimentais que nortearão o experimento.

Como um dos pontos do método experimental é que os participantes não descubram a intenção específica da tarefa experimental da qual estão participando – como forma de garantir respostas mais espontâneas e naturais possíveis – junto com os estímulos experimentais propriamente ditos são também apresentados estímulos distratores. Os distratores, dessa forma, são sempre apresentados de forma (mais ou menos) aleatória junto aos materiais experimentais e, geralmente, compõem a maior parte do experimento.

Ressalta-se também a importância de se conseguir, para um resultado experimental confiável, um razoável número de participantes para realizarem a tarefa. Isso quer dizer que, em geral, na psicolinguística experimental, os resultados de cada participante não são analisados individualmente, mas em conjunto. É necessário também que os resultados obtidos sejam submetidos a testes estatísticos. Na área da psicolinguística experimental, o nível de significância estabelecido é de  $p \leq .05$ .

É importante destacar, por último, a diferença entre procedimentos experimentais *off-line* e *online*. Segundo Fernández e Cairns (2011), nos procedimentos

*off-line*, as respostas se dão posteriormente ao momento em que o estímulo foi de fato processado, enquanto a partir dos procedimentos *online* pode-se investigar como de dá o processamento em tempo real.

Frisamos que as técnicas utilizadas nos experimentos realizados neste trabalho consideram uma medida de natureza *online*, visto que buscamos medir o comportamento dos participantes através de uma atividade de leitura e de escuta automonitoradas considerando o tempo de reação, que serão explicadas no próximo tópico. No entanto, uma das variáveis dependentes analisadas – qual seja, o julgamento de enunciados a partir de escalas – representa uma medida de natureza *off-line*, isto é, recruta processos de reflexão mais conscientes e deliberativos, que correspondem a um momento posterior à efetiva compreensão dos enunciados.

A seguir, apresentaremos de forma mais detalhada as técnicas utilizadas em nosso trabalho.

## 4.2 TÉCNICAS UTILIZADAS

Como mencionado anteriormente, foi utilizada, no Experimento 1, a técnica da leitura automonitorada associada a uma tarefa de julgamento de enunciados por meio de escalas. No Experimento 2, utilizamos, ainda, a técnica de automonitoramento, mas, nesse caso, da escuta, e também a mesma tarefa de julgamento.

A técnica da escuta automonitorada nada mais é do que uma variação da técnica de leitura automonitorada, aplicada em experimentos em que, em vez de ler determinados enunciados, os participantes devem ouvi-los. Como nossa intenção, no Experimento 2, foi analisar o papel da prosódia na compreensão de enunciados irônicos, essa foi a técnica escolhida.

A seguir, explicaremos um pouco sobre a técnica da leitura automonitorada, também aplicada à escuta automonitorada.

A técnica da leitura automonitorada é interessante para experimentos do campo da psicolinguística experimental, pois ela permite calcular de forma precisa o tempo que o participante demora para processar uma sentença ou segmentos de uma sentença. Isso acontece, pois é o próprio participante que controla a sua leitura, visto que, ao apertar

um botão (de um teclado ou outro dispositivo acoplado a um computador), ele indica ao programa utilizado e aos pesquisadores que a sentença ou segmento de sentença foi efetivamente lido. No caso da escuta automonitorada, o participante deve, por exemplo, apertar o botão assim que terminar de ouvir a frase por meio de um fone de ouvido<sup>14</sup>. Dessa forma, são considerados procedimentos que permitem aferir medidas *online*, visto que possibilitam o registro o tempo de reação (TR) do participante na hora em que ele realiza a tarefa de leitura ou escuta.

Os experimentos que utilizam a técnica da leitura automonitorada e escuta monitorada costumam ser realizados em computadores e programados com o auxílio de *softwares* específicos para mensurar o tempo que o participante demora para ler ou ouvir determinado enunciado. Especificamente, nos experimentos a serem descritos mais à frente, utilizamos o programa *Psyscope*, que permite gravar o tempo de reação e a resposta dos participantes.

Por tempo de reação, entende-se que é o tempo que o participante leva para iniciar a leitura ou a escuta de determinada sentença/segmento/enunciado apresentado na tela do computador (no caso da leitura) e o momento em que ele aperta o botão para prosseguir para o próximo estímulo. Tal intervalo de tempo é gravado pelo programa para posterior análise.

Marinis (2010) afirma que, após a obtenção dos tempos de reação dos participantes para cada enunciado, podemos calcular qual tipo de estímulo foi mais facilmente processado por eles. Isso quer dizer que, se os participantes demoram mais tempo para ler/ouvir determinados estímulos e apertar o botão, é porque, comparativamente e sob algum aspecto, os mesmos geraram um maior custo para sua compreensão, o que significa que o tempo de processamento deles foi maior.

Nos experimentos conduzidos nesta pesquisa, procurou-se contrastar o tempo de leitura e de escuta de enunciados literais e não literais, com a previsão inicial de que os enunciados não literais seriam lidos/ouvidos de forma mais lenta, ou seja, processados com mais dificuldade pelos participantes. Um exemplo dos estímulos experimentais utilizados foi apresentado em (12) e pode ser visto novamente abaixo:

---

<sup>14</sup> Vale destacar que, a depender do experimento específico, é possível que outros comandos sejam introduzidos. Por exemplo, apertar o botão assim que um determinado som ou uma determinada palavra for escutada.

1º segmento: Renato e Ícaro são assaltantes. Sábado, enquanto assaltavam uma casa, o alarme da casa disparou e Renato falou para Ícaro:

2º segmento: “Você só escolhe casas boas”.

No caso do Experimento 1, o participante, de frente para a tela do computador, deveria ler o primeiro segmento e, após a leitura, apertar um botão para passar para o segundo segmento. Após a leitura do segundo segmento, ele apertaria de novo o botão e passaria para o julgamento de enunciados, que será explicado mais adiante.

No caso do Experimento 2, como a tarefa era de escuta, nós optamos por não dividir o áudio em segmentos, pois queríamos uma atividade experimental que retratasse da melhor maneira possível a fala natural, visto que a nossa intenção era avaliar um possível papel de pistas de natureza prosódica.

Em relação à tarefa de julgamento, foram utilizadas, após a leitura/escuta dos enunciados, duas escalas nominais que teriam como finalidade identificar se o participante compreendeu que o segundo segmento era congruente ou incongruente com o primeiro (isto é, que se tratava de um enunciado literal ou irônico) e se o participante de fato compreendia a intenção por trás do enunciado lido/ouvido (algo que não poderia ser feito utilizando-se apenas a técnica de leitura e escuta automonitoradas).

Dessa forma, as escalas que criamos foram: “escala de sinceridade” (“O falante está sendo sincero?”) e “escala de gentileza” (“O falante está sendo gentil?”). Ressaltamos que a delimitação dessas escalas se baseou na adaptação de estudos previamente realizados em língua inglesa (DEWS; WINNER 1995; COLSTON 1997; HARRIS; PEXMAN 2003; PEXMAN; GLENWRIGHT 2007) no intuito de minimizar um possível enviesamento das respostas dos participantes. Assim, as escalas utilizadas buscaram evitar que os objetivos específicos da tarefa ficassem explícitos, ao contrário de outras escalas utilizadas por pesquisas anteriores, como a escala “very negatively/very positively” (muito negativo/ muito positivo), de Dews e Winner (1995); a escala “not at all sarcastic/very sarcastic” (pouco sarcástico/ muito sarcástico), de Colston (1997); e a escala “nice/mean” (legal/ malvado), de Harris e Pexman (2003) e Pexman e Glenwright (2007) que poderiam indicar de forma mais clara os objetivos do experimento, levando a uma reflexão mais consciente sobre a natureza dos enunciados

avaliados e, dessa forma, influenciar a resposta dos participantes. As escalas utilizadas por nós estão representadas abaixo:

**Figura 1 — Escalas de julgamento utilizadas nos Experimentos 1 e 2.**



Fonte: O autor (2020)

Após o participante ler/ouvir o segundo segmento e apertar o botão, aparecia na tela do computador a primeira escala, a escala de sinceridade. O participante deveria julgar, então, se o enunciador do segundo segmento estava sendo sincero ou pouco sincero em suas palavras. Com essa escala buscamos determinar se o participante tinha ou não compreendido a natureza não literal do enunciado (no caso do exemplo acima, o participante deveria responder que Renato estava sendo pouco sincero). Logo em seguida, ele apertaria o botão, no teclado, correspondente à figura indicada, e passaria para a imagem da escala de gentileza. De acordo com o exemplo dado, o esperado era que o participante respondesse que Renato estava sendo pouco gentil, de acordo com a segunda escala. Com base nessa segunda escala, buscamos comparar críticas irônicas e literais, a fim de verificar quais seriam vistas como mais ofensivas, uma das nossas questões de pesquisa. Ao discutirmos os resultados obtidos voltaremos à questão da escolha pela “gentileza” como parâmetro para avaliar em que medida o falante estava sendo crítico ou elogioso. Como veremos mais adiante, capturar em uma escala a intenção comunicativa dos falantes (elogiar/expressar admiração, criticar/questionar) não se mostrou uma tarefa simples. Vale salientar que procuramos utilizar uma escala que viesasse o mínimo possível as respostas dos participantes (isto é, que não fornecesse uma lista de intenções comunicativas previamente estabelecidas, mas que pudesse ser indicadora de um raciocínio mais sutil por parte dos participantes).

Nessa tarefa de julgamento de enunciados, o tempo de reação às escalas foi também medido, mas a intenção principal era obter o quantitativo das respostas dos participantes, e não necessariamente o tempo que eles levavam para julgar os enunciados. Isto é, retomando o exemplo do estímulo experimental acima, se muitos participantes marcaram “sincero”, de acordo com a escala de sinceridade, significaria que eles não haviam compreendido a intenção irônica do enunciado, visto que Renato queria fazer uma crítica à atitude do amigo.

Para a melhor compreensão de como foram realizados os experimentos mencionados aqui, as próximas seções se debruçarão de forma detalhada sobre o método utilizado.

### 4.3 EXPERIMENTO 1: COMPREENSÃO DE CRÍTICAS E ELOGIOS LITERAIS E NÃO LITERAIS NA LEITURA

Nossa principal hipótese de trabalho, com base na literatura disponível (ACKERMAN 1986; GIORA 1995; DEWS; WINNER 1995; COLSTON 1997; GIBBS 2000; HARRIS; PEXMAN 2003; PEXMAN; GLENWRIGHT 2007; GLENWRIGHT; PEXMAN 2010), é a de que enunciados literais (críticas e elogios literais) são processados pelos falantes mais rapidamente do que enunciados não literais (críticas e elogios irônicos). Além disso, partimos do pressuposto de que as críticas literais são consideradas mais ofensivas do que as críticas irônicas (*Tinge Hypothesis*, DEWS; WINNER 1995). Com o objetivo de investigar essas hipóteses, foi conduzido um primeiro experimento de leitura automonitorada e julgamento de enunciados que reportamos a seguir.

#### 4.3.1 Método

Para investigar as questões apontadas previamente, foi concebido um experimento de leitura e julgamento de enunciados irônicos e literais no qual os participantes foram apresentados a narrativas curtas, com duas personagens, cujo desfecho poderia ser negativo ou positivo, considerando o contexto verbal prévio

apresentado<sup>15</sup>. Cada narrativa era seguida por um enunciado proferido por uma das personagens da história, que podia ser congruente ou incongruente com o desfecho da situação. Esse enunciado, proferido por uma personagem, foi considerado nosso enunciado-alvo. Além da leitura, foi solicitado que os participantes julgassem os enunciados alvos em função de duas escalas.

Assim sendo, as variáveis independentes delimitadas foram: *contexto discursivo* (evento positivo ou negativo) e *congruência entre o enunciado e o contexto prévio* (congruente ou incongruente com o contexto). As variáveis dependentes consideradas foram tempo de leitura do enunciado alvo e avaliação do enunciado alvo em função de duas escalas de julgamento (escala de sinceridade e escala de gentileza).

As condições experimentais resultantes do cruzamento das variáveis independentes foram:

- (i) contexto positivo + enunciado congruente (= elogio literal);
- (ii) contexto positivo + enunciado incongruente (= elogio irônico);
- (iii) contexto negativo + enunciado congruente (= crítica literal);
- (iv) contexto negativo + enunciado incongruente (= crítica irônica).

Exemplificando, temos, abaixo, a mesma história em quatro versões diferentes, resultantes do cruzamento das variáveis, ou seja, cada uma delas representa uma das possíveis condições experimentais:

- (i) Roberto e Henrique são colegas de trabalho. Ontem, no escritório, enquanto Roberto finalizava um serviço brilhante, Henrique falou para ele:

Enunciado alvo: “Você é um ótimo funcionário”. (elogio literal)

- (ii) Roberto e Henrique são colegas de trabalho. Ontem, no escritório, enquanto Roberto finalizava um serviço brilhante, Henrique falou para ele:

Enunciado alvo: “Você é um péssimo funcionário”. (elogio irônico)

---

<sup>15</sup> Em nossa pesquisa experimental, chamamos de “contexto” o preâmbulo de cada história, ou seja, um contexto mínimo, puramente discursivo, utilizado com o objetivo de situar os enunciados-alvo.

- (iii) Roberto e Henrique são colegas de trabalho. Ontem, no serviço, enquanto Roberto assistia a filmes no celular, Henrique falou para ele:

Enunciado alvo: “Você é um péssimo funcionário”. (crítica literal)

- (iv) Roberto e Henrique são colegas de trabalho. Ontem, no serviço, enquanto Roberto assistia a filmes no celular, Henrique falou para ele:

“Você é um ótimo funcionário”. (crítica irônica)

Em relação às variáveis dependentes, decidimos controlar o tempo de leitura do enunciado-alvo e aferir o julgamento deste de acordo com duas escalas, já mencionadas e representadas anteriormente: (i) a escala de sinceridade da personagem que profere o enunciado; e (ii) a escala de gentileza do enunciado de acordo com o ponto de vista da personagem receptora. Além disso, o tempo de decisão no julgamento em cada uma das escalas também foi aferido.

Foram estabelecidas as seguintes previsões experimentais:

- i) Enunciados-alvo literais devem registrar tempos de leitura significativamente menores do que enunciados-alvo não literais;
- ii) Na comparação entre críticas e elogios irônicos, elogios irônicos devem registrar tempos de leitura significativamente maiores do que as críticas irônicas em função de sua aparente maior complexidade, de acordo com o reportado por pesquisas prévias (PEXMAN; GLENWRIGHT 2007; GLENWRIGHT; PEXMAN 2010);
- iii) Em relação ao julgamento na escala de sinceridade, enunciados literais devem ser significativamente avaliados pelos participantes como “sinceros” enquanto enunciados irônicos devem ser considerados “pouco sinceros”;
- iv) Em relação ao julgamento na escala de gentileza, devem ser considerados como “gentis” os elogios literais, enquanto as críticas literais, as críticas irônicas e os elogios irônicos devem ser vistos como “pouco gentis”.

### *Participantes*

Participaram do experimento 21 alunos universitários no total, dos quais 1 teve que ser excluído da análise por ter sido um ponto fora da curva em relação aos outros. Os 20 participantes restantes demonstraram compreender as instruções, realizaram a tarefa experimental de maneira satisfatória e os resultados obtidos contribuíram para a análise do que se pretendia identificar. Todos os vinte participantes contabilizados para a análise dos resultados eram estudantes universitários frequentando cursos diversos, com idades variando entre 18 e 58 anos (idade média de 24,1), dos quais 11 homens e 9 mulheres.

Os participantes foram divididos aleatoriamente em quatro grupos, visto que eles não podiam ler as versões diferentes da mesma história. Isto é, os participantes foram distribuídos seguindo a estrutura de quadrado latino: todos os participantes foram expostos a todas as condições experimentais, mas apenas a uma das versões possíveis de cada história. Dessa forma, exemplificando, um participante lia uma versão da história A (por exemplo, uma em que o contexto era positivo e o enunciado-alvo era congruente = elogio literal); uma versão da história B (contexto positivo e enunciado-alvo incongruente = elogio irônico); uma versão da história C (contexto negativo e enunciado-alvo congruente = crítica literal) e uma versão da história D (contexto negativo e enunciado-alvo incongruente = crítica irônica) e assim repetidamente, até completarem dezesseis estímulos experimentais, cada uma em sua versão, sem contar as distratoras.

#### *Materiais e procedimentos*

Foram elaborados 4 estímulos por condição experimental, o que resultou em 16 histórias experimentais em dois contextos diferentes (positivo e negativo) e dois enunciados-alvo (congruente ou incongruente com o contexto) para cada versão das histórias. O tamanho e a estrutura das histórias e dos enunciados-alvo foram controlados de forma que tivessem tamanhos semelhantes e que isso não interferisse nos resultados do experimento. Além disso, foram também construídos 32 estímulos distratores para mascarar os objetivos da tarefa. Todas as histórias e enunciados-alvo estão disponíveis para consulta no Anexo desta dissertação.

O experimento foi aplicado na cabine de atividades experimentais com isolamento acústico do NEALP (Núcleo de Estudos em Aquisição da Linguagem e

Psicolinguística), na Universidade Federal de Juiz de Fora. O teste foi programado por meio do *software Psyscope* e executado em um *laptop Macbook Pro Air*. Como mencionado anteriormente, o *software Psyscope* permite gravar os tempos de reação, bem como as respostas dos participantes.

Para a realização da tarefa, os participantes foram instruídos a sentar de frente para o computador e desligar o telefone celular, para que nada lhes chamasse a atenção. Ademais, eles foram orientados a fazer a tarefa com a maior atenção possível e o mais rápido que pudessem.

Nas teclas previamente estabelecidas do computador, foram coladas as imagens referentes às escalas de sinceridade e de gentileza (Tecla F = sincero; Tecla H = não sei; Tecla K = pouco sincero; Tecla C = gentil; Tecla B = não sei; Tecla M = pouco gentil), assim como a palavra AVANÇAR (colada em cima da barra de espaço do computador).

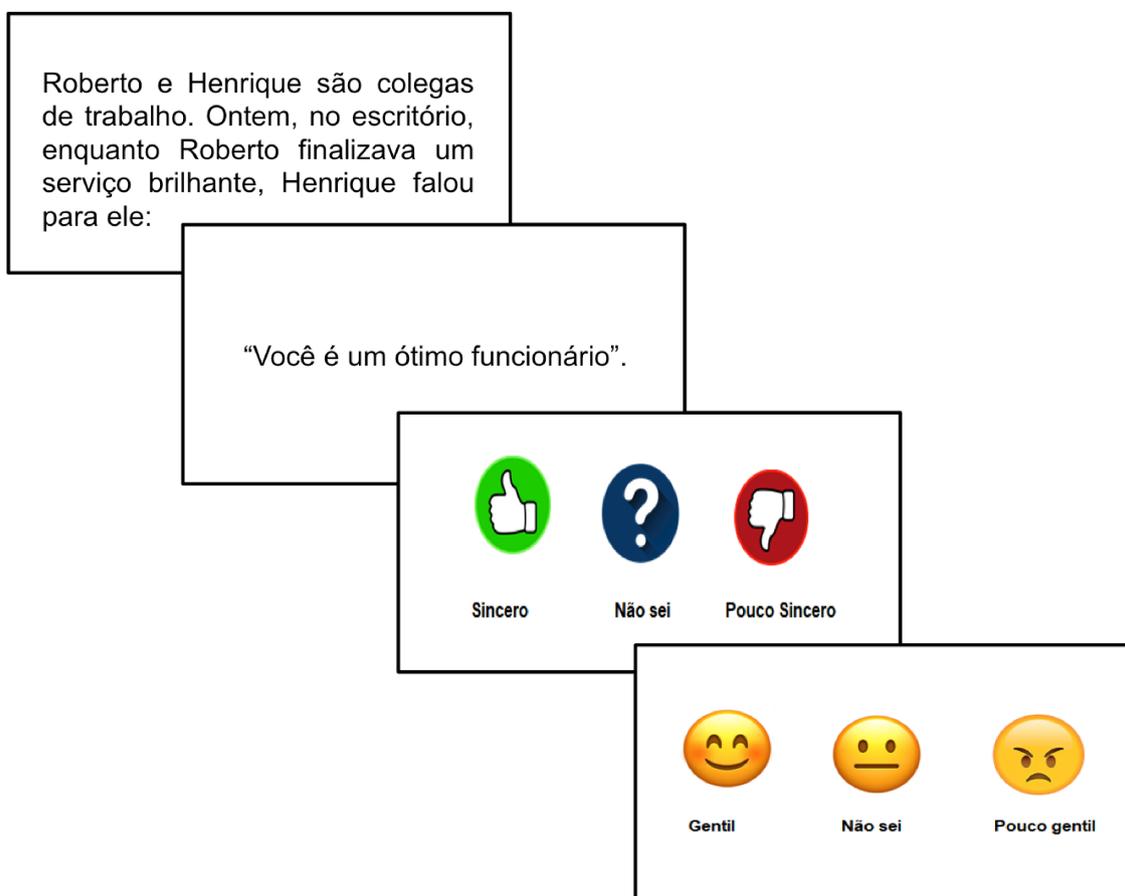
A tela inicial que o participante via era a tela de instruções. Nessa tela, ele era informado de que leria uma história composta por duas partes e que, para passar para a segunda parte, ele deveria apertar o botão AVANÇAR. Logo após a história, ele foi informado de que deveria julgar o enunciado proferido na segunda parte como sendo “sincero” ou “pouco sincero” e “gentil” ou “pouco gentil”, apertando o botão correspondente às imagens das escalas que foram apresentadas para ele na tela de instruções. Ele deveria realizar essa tarefa até que o experimento tivesse fim, o que era anunciado, também, por meio de um aviso na tela do computador.

Após receber as instruções, o participante fazia um pequeno treinamento para se habituar à dinâmica da tarefa, o qual continha três estímulos de treino, que seguiam os moldes daqueles posteriormente apresentados durante o teste. Em seguida, o participante era avisado, por uma nova tela, de que o experimento de fato começaria e que ele deveria iniciar a tarefa quando o desejasse, apertando a tecla sinalizada por AVANÇAR. Nesse momento, era facultado ao participante apresentar suas eventuais dúvidas ao experimentador, caso as tivesse. Após esse momento, a tarefa deveria ser realizada sem interrupções.

Ao avançar, ele leria, na tela, a primeira parte da história. Ao apertar AVANÇAR, após essa leitura, o participante leria a segunda parte da história, nosso enunciado-alvo. Em seguida, o participante deveria apertar AVANÇAR novamente para que aparecesse na tela a primeira escala e então apertar no teclado o botão

correspondente ao seu julgamento do enunciado. Ao escolher o botão “sincero”, “não sei” ou “pouco sincero”, a tela do computador já mudaria para a próxima escala, a de gentileza. Ao apertar qualquer uma das opções da segunda escala de acordo com o seu julgamento, o participante, automaticamente, passava para a próxima história e repetia o mesmo procedimento até o final do experimento. Os tempos de leitura para o primeiro segmento e para o enunciado-alvo, bem como o tempo de reação frente às escalas de julgamento e a escolha realizada em cada caso, foram gravados para posterior análise. A seguir, fornecemos um exemplo esquemático da apresentação dos estímulos:

**Figura 2 — Representação esquemática do procedimento empregado no Experimento 1.**



Fonte: O autor (2020)

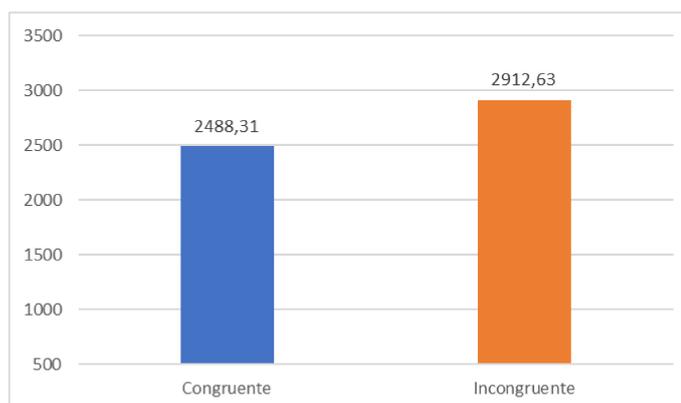
Cada sessão experimental teve uma duração aproximada de 20 minutos desde a chegada do participante até a finalização da tarefa.

### 4.3.2 Resultados e discussão

Os tempos de reação dos participantes, aferidos através do programa *Psyscope*, foram submetidos a uma análise da variância (ANOVA) por sujeitos com *design* fatorial 2X2 (*contexto discursivo x congruência do enunciado-alvo*).

Em relação ao tempo de leitura do enunciado-alvo foi obtido um efeito principal da variável *congruência do enunciado-alvo* ( $F(1,19) = 27.8$   $p < .001$ ): os enunciados incongruentes com o contexto (= enunciados não literais/irônicos) registraram tempos de reação maiores do que os enunciados congruentes com o contexto (= enunciados literais). Não foram obtidos outros efeitos principais nem de interação.

**Gráfico 1 — Tempo médio de leitura (em milissegundos) do enunciado-alvo em função de congruência com o contexto.**



Fonte: O autor (2020)

Já nas comparações entre pares, foi observado que os enunciados na condição positivo incongruente (= elogios irônicos) foram lidos mais lentamente quando comparados com as restantes condições:

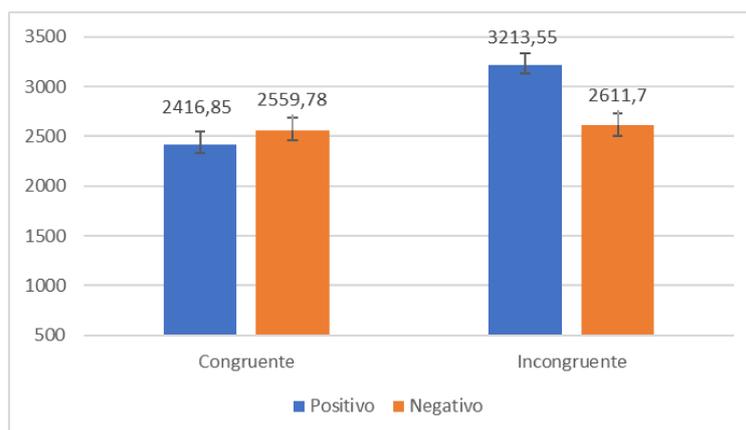
- A comparação entre os enunciados positivos incongruentes (= elogios irônicos) *versus* enunciados positivos congruentes (= elogios literais) revelou uma diferença estatisticamente significativa ( $t(19)=4.90$   $p < .001$ ) com tempos de leitura maiores para os elogios irônicos;

- Na comparação entre a condição positivo incongruente (= elogios irônicos) e a condição negativo congruente (= críticas literais), a diferença também foi significativa ( $t(19)=3.74$   $p < .001$ ) na mesma direção apontada previamente;
- O contraste entre as duas condições não literais (elogios irônicos *versus* críticas irônicas) também apresentou diferença significativa ( $t(19)=2.54$   $p=.02$ ), com tempos de leitura maiores para os elogios irônicos.

As demais comparações entre pares não foram significativas.

O Gráfico 2 apresenta os tempos médios de leitura do enunciado-alvo por condição experimental:

**Gráfico 2 — Tempo médio de leitura (em milissegundos) do enunciado-alvo para cada condição experimental.**



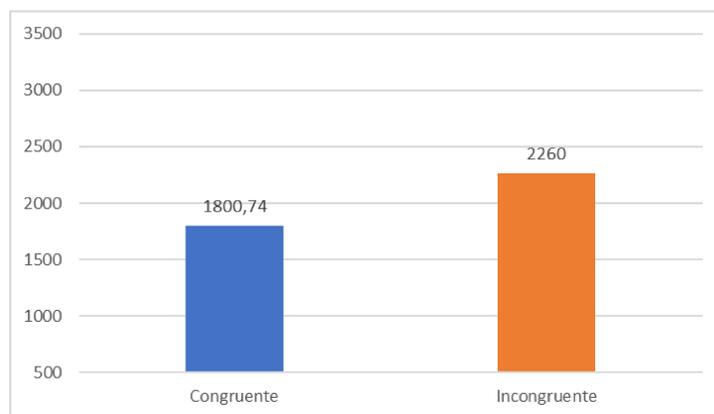
Fonte: O autor (2020)

Apesar de o foco principal das análises conduzidas ser relativo ao tempo de reação na leitura dos enunciados-alvo, também foram considerados os tempos de reação nas escalas de julgamento. Reportamos a seguir os resultados obtidos para essa variável dependente (tempo de reação no julgamento das escalas de sinceridade e gentileza).

Em relação ao tempo de reação na escala de sinceridade, ou seja, o tempo que o participante levou para julgar se o enunciador estava sendo sincero ou não, foi obtido um efeito principal de *congruência* ( $F(1,19) = 8.98$   $p=.007$ ), em que os enunciados incongruentes (= irônicos) levaram mais tempo para serem julgados do que os

enunciados congruentes (= literais). Esse efeito é representado no Gráfico 3 a seguir. Não foram obtidos outros efeitos principais nem de interação.

**Gráfico 3 — Tempo de reação (em milissegundos) da escala de sinceridade em função da congruência do enunciado-alvo.**



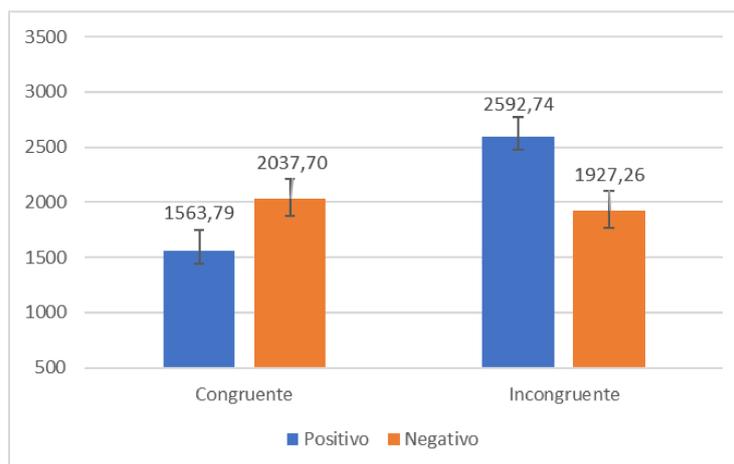
Fonte: O autor (2020)

As comparações entre pares também revelaram algumas diferenças estatisticamente significativas:

- Na comparação entre as condições positivo congruente (= elogios literais) e positivo incongruente (= elogios irônicos), os elogios literais foram julgados mais rapidamente do que os elogios irônicos ( $t(19)=4.53$   $p < .001$ );
- A diferença entre a condição positivo incongruente (= elogios irônicos) e a condição negativo incongruente (= críticas irônicas) também foi significativa ( $t(19)=2.14$   $p = .04$ ), indicando que os elogios irônicos demoraram mais tempo para serem julgados do que as críticas irônicas.

As demais comparações entre pares não foram significativas. As médias de julgamento na escala de sinceridade para cada condição experimental estão representadas no Gráfico 4.

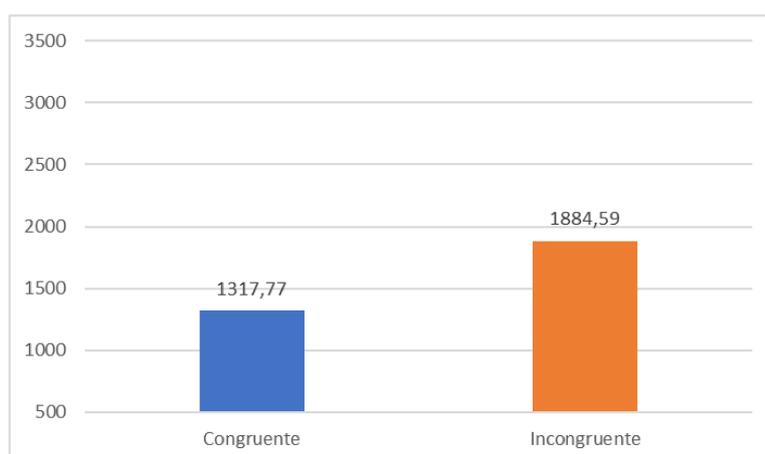
**Gráfico 4 — Tempo de julgamento (em milissegundos) dos enunciados-alvo na escala de sinceridade por condição experimental.**



Fonte: O autor (2020)

Em relação ao tempo de julgamento dos enunciados na escala de gentileza, também foi obtido um efeito principal de *congruência* ( $F(1,19) = 10.8$   $p = .003$ ), em que, mais uma vez, a atitude do enunciador dos enunciados incongruentes com o contexto (= irônicos) demorou mais tempo para ser julgada do que a atitude do enunciador que proferia enunciados congruentes com o contexto (= literais). O Gráfico 5 a seguir representa esse resultado.

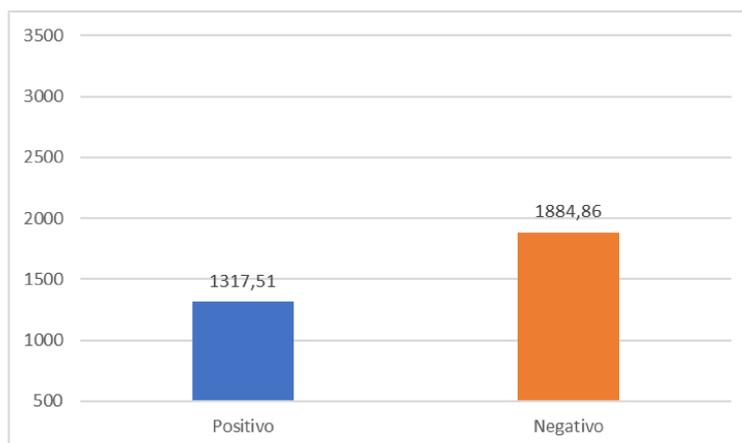
**Gráfico 5 — Tempo de julgamento (em milissegundos) dos enunciados-alvo na escala de gentileza em função de congruência do enunciado.**



Fonte: O autor (2020)

Além disso, foi obtido um efeito principal de *contexto* ( $F(1,19) = 4.53$   $p=.04$ ), em que a avaliação de enunciados em contextos negativos (= críticas) registrou tempos maiores do que em contextos positivos (= elogios), como ilustrado pelo Gráfico 6 abaixo.

**Gráfico 6 — Tempo de julgamento (em milissegundos) dos enunciados-alvo na escala de gentileza em função do contexto discursivo.**



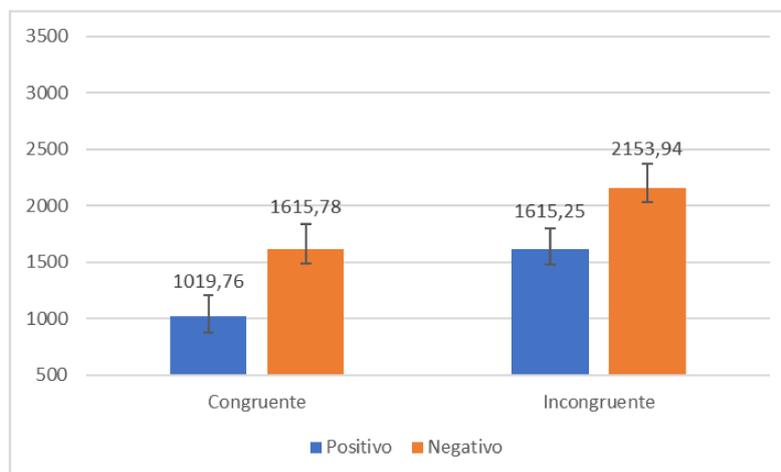
Fonte: O autor (2020)

As comparações entre pares, por sua vez, revelaram as seguintes diferenças significativas nos tempos de julgamento de acordo com a escala de gentileza (*o enunciador está sendo mais ou menos gentil?*):

- Condição positivo congruente (= elogio literal) *versus* condição positivo incongruente (= elogio irônico) ( $t(19)=3.04$   $p=.006$ ), com médias maiores para o julgamento de enunciados irônicos;
- Condição positivo congruente (= elogio literal) *versus* condição negativo congruente (= crítica literal) ( $t(19)=2.98$   $p=.007$ ), com médias maiores para as críticas do que para os elogios;
- Condição positivo congruente (= elogio literal) *versus* negativo incongruente (= crítica irônica) ( $t(19)=3.29$   $p=.003$ ), com médias maiores para as críticas irônicas;
- Condição negativo congruente (= crítica literal) *versus* condição negativo incongruente (= crítica irônica) ( $t(19)=2.23$   $p=.03$ ), com médias de tempo de julgamento maiores para os enunciados irônicos.

As demais comparações entre pares não foram significativas. As médias de tempo de julgamento na escala de gentileza por condição estão representados no Gráfico 7.

**Gráfico 7 — Tempo de julgamento (em milissegundos) dos enunciados-alvo na escala de gentileza por condição experimental.**



Fonte: O autor (2020)

Além do tempo de reação (seja na leitura ou no julgamento), outra variável dependente considerada foi o julgamento dos enunciados pelos participantes de acordo com as duas escalas estabelecidas. As respostas dos participantes foram analisadas em função de cada enunciado-alvo.

Na escala de sinceridade, esperávamos que, quando os participantes lessem elogios literais (isto é, contexto positivo + enunciado congruente), eles respondessem que o enunciador da história estava sendo sincero. O mesmo foi estabelecido em relação às críticas literais (contexto negativo + enunciado congruente). Já nas condições em que o enunciado era incongruente com o contexto prévio, era esperado que os participantes escolhessem como resposta “pouco sincero”. Alternativamente, os participantes contavam com a opção “não sei”, que poderia ser escolhida em caso de dúvida.

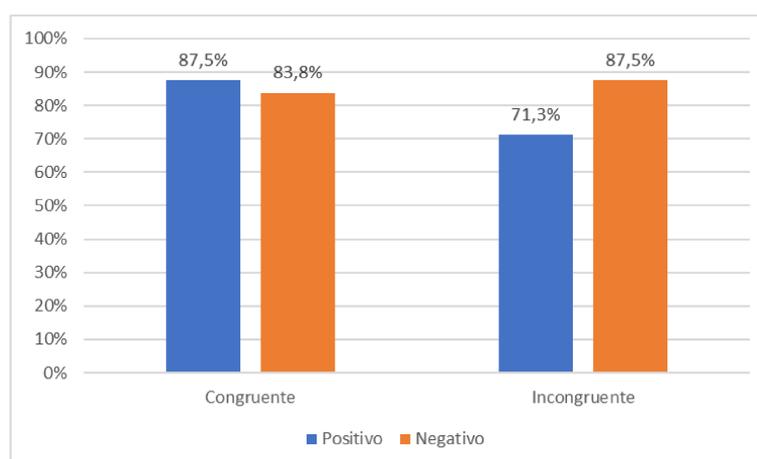
**Tabela 1 — Julgamentos-alvo esperados para cada condição experimental na escala de sinceridade.**

Tipo de enunciado	Julgamento-alvo (esperado) na escala de sinceridade
Elogio literal	“sincero”
Crítica literal	“sincero”
Elogio irônico	“pouco sincero”
Crítica irônica	“pouco sincero”

Fonte: O autor (2020)

Os resultados obtidos para os enunciados literais (i.e. congruentes com o contexto prévio) foram ao encontro das nossas previsões. No caso dos enunciados não literais, os resultados foram de acordo com o esperado apenas para as críticas irônicas, já que a maioria dos participantes responderam que o enunciador estava sendo “pouco sincero” nessa condição. Porém, quando comparado o número de julgamentos-alvo para críticas e elogios irônicos, foi registrado um número significativamente menor de julgamentos esperados no caso dos elogios irônicos ( $X^2(1) = 15.4, p < .001$ ). O percentual de julgamentos-alvo por condição na escala de sinceridade está esquematizado no gráfico abaixo:

**Gráfico 8 — Percentual de julgamentos-alvo por condição na escala de sinceridade (Max Score = 80).**



Fonte: O autor (2020)

Na Tabela 2 a seguir apresentamos o número de julgamentos de tipo “não sei” registrados na escala de sinceridade por condição experimental:

**Tabela 2 — Número de julgamentos “não sei” na escala de sinceridade por condição experimental.**

Condição experimental	Número de julgamentos “não sei”
Positivo congruente (= elogio literal)	7
Negativo congruente (= crítica literal)	9
Positivo incongruente (= elogio irônico)	10
Negativo incongruente (= crítica irônica)	6

Fonte: O autor (2020)

Por último, analisamos as respostas em relação ao julgamento dos enunciados-alvo na escala de gentileza. Esperava-se que, em relação às críticas, tanto literais quanto irônicas, os participantes respondessem que o enunciador estava sendo “pouco gentil”. Já no caso dos elogios, esperava-se que, em relação aos elogios literais, os participantes respondessem que o enunciador estava sendo “gentil”, enquanto que, em relação aos elogios irônicos, esperava-se que os participantes respondessem que o enunciador estava sendo “pouco gentil”, visto que, apesar de a intenção do elogio irônico ser elogiar ou expressar admiração positiva, a forma do enunciado poderia se sobrepôr à sua intenção (*Tinge Hypothesis*, DEWS; WINNER 1995).

**Tabela 3 — Julgamentos-alvo esperados para cada condição experimental na escala de gentileza.**

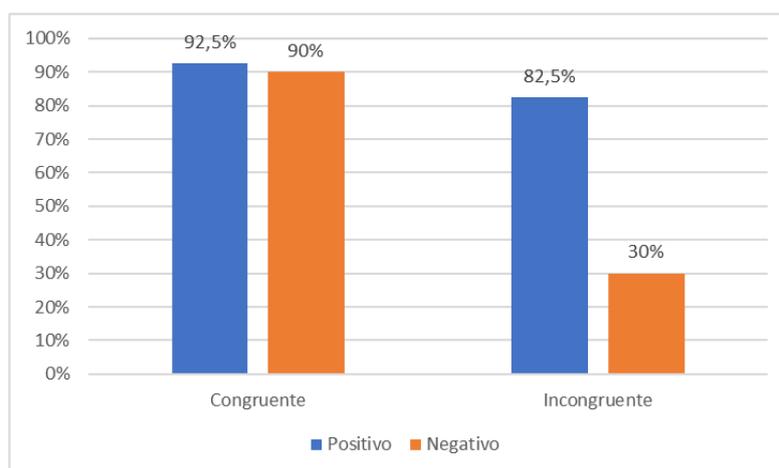
Tipo de enunciado	Julgamento-alvo (esperado) na escala de gentileza
Elogio literal	“gentil”
Crítica literal	“pouco gentil”
Elogio irônico	“pouco gentil”
Crítica irônica	“pouco gentil”

Fonte: O autor (2020)

No caso dos elogios literais e das críticas literais, os resultados obtidos foram na direção esperada, com um número de respostas alvo bem próximo do *score* máximo. Os elogios irônicos, por sua vez, também registraram um número expressivo de julgamentos-alvo (= “pouco gentil). No entanto, contrariando as nossas expectativas

iniciais, foi observado que muitos participantes não identificaram a intenção crítica por trás das críticas irônicas, apesar de – aparentemente – terem identificado a ironia, de acordo com os resultados registrados na escala de sinceridade. Como observado no Gráfico 9, foram registradas apenas 30% de respostas-alvo para as críticas irônicas, ou seja, os participantes pareceram não compreender que o enunciador da história estava sendo pouco gentil já que a intenção subjacente para esses enunciados seria criticar (e não elogiar, como se poderia supor se considerado apenas o sentido literal dos mesmos). A comparação entre o número de julgamentos-alvo para críticas e elogios irônicos revelou uma diferença estatisticamente significativa entre essas condições ( $X^2 (1) = 42.69, p < .001$ ). A comparação entre as respostas-alvo para as críticas literais e as críticas irônicas também revelou diferença significativa ( $X^2 (1) = 51.2, p < .001$ ).

**Gráfico 9 — Percentual de julgamentos-alvo na escala de gentileza (Max Score = 80).**



Fonte: O autor (2020)

Na tabela abaixo, reportamos a taxa de respostas “não sei” registrada na escala de gentileza.

**Tabela 4 — Número de julgamentos “não sei” na escala de gentileza por condição experimental.**

Condição experimental	Número de julgamentos “não sei”
Positivo congruente (= elogio literal)	3
Negativo congruente (= crítica literal)	4
Positivo incongruente (= elogio irônico)	10
Negativo incongruente (= crítica irônica)	11

Fonte: O autor (2020)

Sendo o máximo *score* = 80, podemos observar que a taxa de julgamentos “não sei” nos enunciados incongruentes é maior do que nos congruentes, o que sugere que os participantes tiveram mais dificuldade em identificar a intenção por trás dos enunciados irônicos.

### *Discussão*

A análise dos tempos de leitura dos enunciados-alvo revelou um efeito principal de *congruência*, sendo que enunciados incongruentes (i.e. irônicos) foram lidos mais lentamente do que enunciados congruentes. Esse resultado é compatível com a ideia de que enunciados irônicos levariam mais tempo para serem processados do que enunciados literais, ponto já ressaltado por alguns estudos apresentados anteriormente (ACKERMAN 1986; GIORA 1995; DEWS; WINNER 1995; COLSTON 1997; GIBBS 2000; HARRIS; PEXMAN 2003; PEXMAN; GLENWRIGHT 2007; GLENWRIGHT; PEXMAN 2010).

Ainda com relação aos tempos de reação na leitura dos enunciados-alvo, as comparações entre pares mostraram que os elogios irônicos foram o tipo de enunciado que concentrou os maiores tempos. Esse resultado se mostra compatível com a ideia de que esse tipo de enunciado seria particularmente complexo, questão explorada anteriormente por Pexman & Glenwright (2007). De acordo com esses autores, a maior complexidade associada aos elogios irônicos estaria vinculada ao fato de os mesmos serem comparativamente menos utilizados do que outros tipos de enunciados irônicos. Assim, nessa abordagem o fato de serem menos frequentes dificultaria sua compreensão. Consideramos, no entanto, que essa justificativa se mostra bastante rasa e

insuficiente para explicar de fato o fenômeno. Nesse sentido, consideramos que a natureza dos elogios irônicos – em particular no que tange à sua intencionalidade e aos processos inferenciais necessários para sua compreensão – certamente requerem de maiores aprofundamentos.

Em relação ao tempo gasto no julgamento dos enunciados-alvo na escala de sinceridade, os enunciados incongruentes (= irônicos) levaram mais tempo para serem julgados do que os enunciados congruentes (= literais), reforçando a ideia de que há diferenças na compreensão de enunciados irônicos e literais. Mais especificamente, os elogios irônicos foram novamente os que demoraram mais tempo para serem julgados, em consonância com os resultados obtidos por Pexman e Glenwright (2007).

No que tange ao tempo gasto no julgamento dos enunciados na escala de gentileza, mais uma vez os enunciados incongruentes (= irônicos) levaram mais tempo para serem julgados do que os enunciados congruentes (= literais), mas também foi registrado um efeito de *contexto*, em que enunciados associados a contextos positivos levaram menos tempo para serem julgados do que aqueles vinculados a contextos negativos. Esse resultado provavelmente foi alavancado pelos tempos registrados no julgamento das críticas irônicas (contexto negativo + enunciado incongruente) que concentraram as médias de tempo de reação mais altas. O tempo gasto para julgar essa condição na escala de gentileza deve ainda ser considerado em conjunto com o resultado na tarefa de julgamento propriamente dita, já que o número de julgamentos-alvo foi significativamente reduzido para esse tipo de enunciados. A combinação de tempos de reação maiores e um número de julgamentos abaixo do esperado pode indicar uma maior dificuldade dos participantes para identificar a intencionalidade das críticas irônicas pelo fato de, superficialmente, as mesmas se apresentarem como enunciados “positivos”.

Especificamente em relação aos julgamentos registrados nas escalas, temos que, quanto à escala de sinceridade, cujo objetivo era avaliar em que medida os participantes identificavam os enunciados como sendo ou não literais, os resultados para os enunciados não irônicos foram de acordo com as previsões estabelecidas: os participantes julgaram os mesmos como sendo “sinceros”. Os resultados relativos às críticas irônicas também foram na direção esperada: a maioria dos participantes escolheu a resposta-alvo esperada, identificando esses enunciados como “pouco sinceros”. Já condição positivo incongruente (elogios irônicos), por volta de 30% dos

participantes parecem ter tido dificuldades para identificar de forma explícita os enunciados como sendo irônicos, avaliando de forma incorreta que o enunciador da frase estava sendo “sincero”. Tal resultado pode ser compatível com o fato já reportado de que, de modo geral, os participantes pareceram ter maior dificuldade em avaliar elogios irônicos, se tomarmos como base a média dos tempos de reação na leitura e julgamento dos enunciados nessa condição experimental. Vale lembrar que, enquanto a tarefa de leitura de enunciados permite aferir uma reação de natureza mais automática e rápida, o julgamento de enunciados envolve um raciocínio mais lento e deliberativo.

Quanto à escala de gentileza, cujo objetivo era medir se os participantes identificavam a intenção por trás da ironia (seja crítica ou elogio/admiração), os resultados sugerem que 70% dos participantes tiveram uma maior dificuldade para reconhecer conscientemente a intenção negativa das críticas irônicas, visto que a maioria respondeu que o enunciador da frase estava sendo “gentil”, quando, na verdade, sua intenção era criticar, e não elogiar. Além disso, como esperado, os participantes consideraram os elogios irônicos como sendo pouco gentis, o que sugere que os mesmos não compreenderam a intenção subjacente. Assim, a forma superficial do que é dito, nesse caso, parece sobressair ao conteúdo (como defendido pela *Tinge Hypothesis*).

Quando considerados os resultados obtidos em ambas as escalas em conjunto, é possível retomarmos a discussão trazida por Ackerman (1983) sobre os processos “detecção” e “inferência” envolvidos na compreensão de enunciados irônicos. Embora para os enunciados literais as respostas nas escalas de julgamento tenham ido na direção esperada (tanto para as críticas quanto para os elogios), o mesmo não ocorreu de forma sistemática para os enunciados irônicos. Os resultados obtidos nas escalas de julgamento parecem sugerir que, de modo geral, os participantes identificaram que os enunciados irônicos não eram literais, os mesmos não necessariamente inferiram de forma consistente a intenção por trás de tais enunciados principalmente no que diz respeito às críticas irônicas.

No caso das críticas irônicas, enquanto na escala de sinceridade esses enunciados foram avaliados como “pouco sinceros”, na escala de gentileza eles não foram julgados consistentemente como sendo “pouco gentis” (isto é, efetivamente compreendidos como críticas). Já em relação aos elogios literais, os participantes tiveram uma maior dificuldade para interpretar os mesmos como “pouco sinceros” na

primeira escala. Na segunda escala, os elogios irônicos foram avaliados como “pouco gentil”. Esses resultados reforçam a ideia de que, apesar de a intenção do enunciador ser tecer um elogio ou expressar admiração, os participantes julgaram que o enunciador estava sendo pouco gentil, indicando que o que sobressai, nesse contexto, é a forma do que está sendo dito e não, de fato, a sua intenção, como dito anteriormente.

Considerados globalmente, os resultados do Experimento 1 se mostram compatíveis com a ideia de que críticas e elogios irônicos e literais foram processados de forma diferenciada pelos participantes. Os enunciados não literais parecem ser de fato mais complexos quando comparados os tempos de leitura e julgamento e os resultados das escalas de avaliação.

Em função dos resultados obtidos no primeiro experimento, optamos por investigar um possível efeito de pistas de natureza prosódica na compreensão de enunciados irônicos. Na próxima seção, reportamos o Experimento 2 conduzido no âmbito desta dissertação.

#### 4.4 EXPERIMENTO 2: EXPLORANDO A INFLUÊNCIA DA PROSÓDIA NA COMPREENSÃO DE CRÍTICAS E ELOGIOS LITERAIS E NÃO LITERAIS

O experimento a ser reportado nesta seção é uma versão adaptada do Experimento 1, agora buscando explorar o possível papel da prosódia na compreensão de críticas e elogios literais e não literais.

Como visto anteriormente, uma das nossas hipóteses de trabalho é que pistas de natureza prosódica podem auxiliar na compreensão da ironia, porém, tal ponto de vista ainda não é consenso entre os pesquisadores, tornando importante a investigação dessa possibilidade (CUTLER 1974; ACKERMAN 1983; GRICE 1989; KREUZ 1996; GIBBS 2000; BRYANT 2010; CHEVALLIER ET AL 2011; KOWATCH ET AL 2013; DELIENS 2018).

Partindo do pressuposto de que a prosódia pode fornecer informações relevantes para o processamento da ironia (CUTLER 1974; ACKERMAN 1983; GRICE 1989; CHEVALLIER ET AL 2011; KOWATCH ET AL 2013; MOURA 2017), concebemos uma atividade de escuta automonitorada em que os participantes foram expostos às

mesmas histórias e enunciados-alvo do Experimento 1, desta vez na modalidade auditiva. A seguir, reportamos de forma detalhada o segundo experimento conduzido.

#### 4.4.1 Método

Diferentemente do Experimento 1, que envolvia a leitura silenciosa de enunciados pelos participantes, para investigar um possível efeito de pistas de natureza prosódica no processamento de críticas e elogios irônicos, foi desenvolvida uma tarefa experimental em que informações prosódicas associadas a uma marcação diferenciada de enunciados literais e figurados estivessem disponíveis para os participantes. Assim sendo, o Experimento 2 consistiu de uma tarefa de escuta e julgamento de enunciados literais e irônicos.

##### *Design experimental*

O *design* experimental deste experimento se baseou naquele já reportado para o Experimento 1. Neste caso, as variáveis dependentes delimitadas foram o tempo de reação frente ao enunciado-alvo, o tempo de julgamento nas mesmas escalas do Experimento 1 (sinceridade e gentileza) e o número de julgamentos-alvo em cada escala. As variáveis independentes foram as mesmas já investigadas no Experimento 1: *contexto discursivo* e *congruência do enunciado* alvo com o contexto prévio (i.e. o preâmbulo da história que antecede o enunciado alvo).

As previsões experimentais foram as seguintes:

- (i) Partindo do pressuposto de um efeito facilitador das informações de natureza prosódica no processamento de enunciados irônicos, espera-se que, em comparação com o Experimento 1, a diferença entre os tempos de reação frente a enunciados literais e irônicos não seja significativa ou, no mínimo, se veja reduzida;
- (ii) Quanto ao tempo de reação no julgamento dos enunciados, também assumindo que informações prosódicas podem facilitar a identificação e inferência da ironia, espera-se que, em comparação com o Experimento

1, a diferença entre os tempos de julgamento frente a enunciados literais e irônicos não seja significativa ou, no mínimo, se veja reduzida;

- (iii) Em relação ao julgamento dos enunciados de acordo com a escala de sinceridade, a previsão é a de que os participantes devem julgar como “sinceros” os enunciados literais e como “pouco sinceros” ou enunciados irônicos;
- (iv) Quanto à escala de gentileza, os participantes devem julgar como “gentis” os elogios literais, enquanto os elogios irônicos, as críticas irônicas e as críticas literais devem ser julgados como “pouco gentis”.

### *Participantes*

Participaram 21 alunos universitários, dos quais 1 teve que ser excluído da análise por ter sido um ponto fora da curva em relação aos outros. Os 20 participantes restantes demonstraram compreender as instruções, realizaram a tarefa experimental de maneira satisfatória. Como no Experimento 1, os participantes foram distribuídos seguindo a estrutura de quadrado latino: todos os participantes foram expostos a todas as condições experimentais, mas apenas a uma das versões possíveis de cada história.

Todos os vinte participantes contabilizados para a análise dos resultados eram estudantes universitários de cursos diversos, com idades variando entre 18 e 35 anos (idade média de 22,8), dos quais 6 homens e 14 mulheres. Nenhum dos participantes do Experimento 1 participou do segundo experimento.

### *Materiais e procedimentos*

Assim como o Experimento 1, o Experimento 2 foi aplicado no laboratório com isolamento acústico do NEALP, programado com auxílio do *software Psyscope* e executado em um *laptop Macbook Air*. Foi utilizado também um fone de ouvido profissional (AKG K52), o qual os participantes deveriam colocar para escutar os áudios durante a realização da tarefa experimental. Para a gravação dos estímulos, utilizamos um gravador de áudio digital (Tascam DR-40) e as gravações foram editadas no *software Praat*.

As histórias e enunciados-alvo foram lidos em voz alta por uma falante com voz feminina<sup>16</sup> em um ambiente com isolamento acústico, gravados e posteriormente editados. Nessa edição, acrescentamos, entre a primeira parte da história e o enunciado-alvo, uma pausa de silêncio puro com duração de 1 segundo, a fim uniformizar os estímulos, garantindo o mesmo intervalo entre a história/contexto e o enunciado-alvo em todas as condições. Ainda quanto à edição dos estímulos, os áudios foram cortados de modo a não haver nenhuma pausa após o enunciado-alvo, isto é, buscamos eliminar qualquer acréscimo de tempo “adicional” que pudesse se confundir com o tempo de reação dos participantes a ser aferido durante o experimento. No caso dos enunciados-alvo, em particular, os mesmos foram produzidos com uma prosódia diferenciada em função do seu tipo (elogio literal ou irônico, crítica literal ou irônica). É importante destacar que não foi feita nenhuma análise acústica específica dos enunciados gravados – esse ponto será retomado mais adiante –, mas a leitura dos enunciados procurou registrar uma “prosódia natural” que pudesse refletir a intenção comunicativa vinculada aos diferentes tipos de enunciados investigados (crítica/elogio-admiração). Embora entendamos que esse ponto não está livre de controvérsias, o experimento conduzido representa uma primeira tentativa de investigar o possível papel de informações prosódicas no processamento da ironia e, certamente, vários pontos poderão ser retomados e refinados em desdobramentos futuros.

Para a realização da tarefa, os participantes foram instruídos a sentar de frente para o computador, colocar o fone de ouvido e desligar o telefone celular, para que nada os chamasse a atenção. Ademais, eles foram orientados a fazer a tarefa com a maior atenção possível e o mais rápido que pudessem.

Nas teclas previamente estabelecidas do computador, estavam coladas as imagens referentes às escalas de sinceridade e de gentileza, assim como a palavra AVANÇAR. Como no Experimento 1, a tela inicial que o participante via era a tela de instruções. Nessa tela, ele era informado de que escutaria uma história e que, quando terminasse de ouvi-la, deveria apertar o botão AVANÇAR. Em seguida, o participante deveria julgar o enunciado proferido por uma das personagens como sendo “sincero” ou “pouco sincero” e, posteriormente, como sendo “gentil” ou “pouco gentil”.

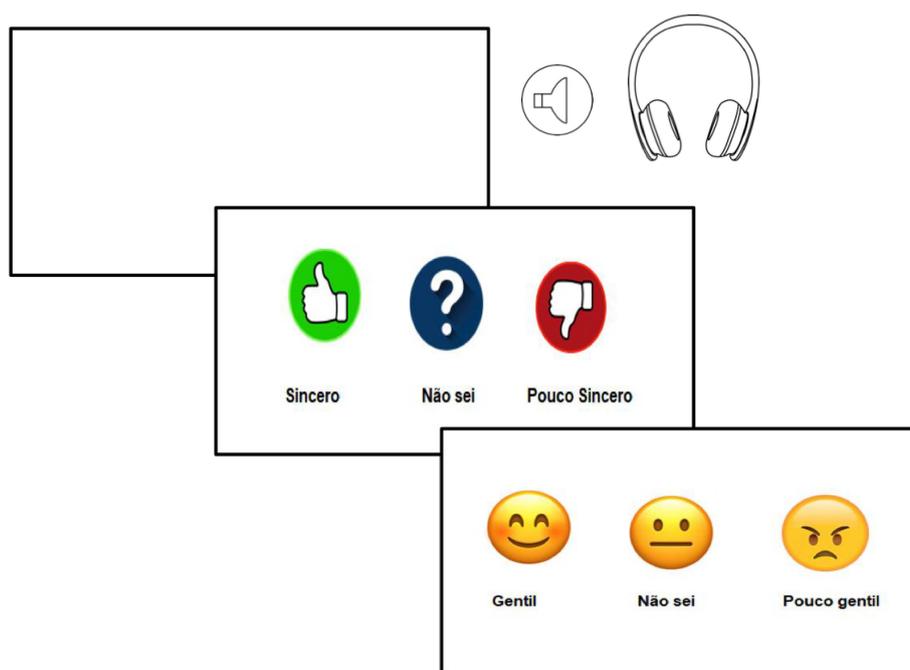
---

<sup>16</sup> Optamos por utilizar uma única voz feminina no intuito de evitar que uma maior diversidade de vozes pudesse representar uma fonte de “distração” para os participantes durante a execução da tarefa.

Após receber as instruções, o voluntário realizava um pequeno treinamento para se habituar com o procedimento. Em seguida, ele era avisado, por uma nova tela, de que o experimento de fato começaria e que ele deveria iniciar a tarefa quando quisesse, apertando o botão AVANÇAR.

Diferentemente do Experimento 1, em que o participante lia a história e o enunciado-alvo apresentados em telas distintas, no Experimento 2 a história e o enunciado-alvo foram apresentados em um único áudio enquanto a tela do computador permanecia em branco. Após escutar a história + o enunciado-alvo, o participante deveria apertar a tecla AVANÇAR para passar para a seguinte etapa. O tempo de reação entre a finalização do áudio – que concluía com o enunciado-alvo – e o momento em que o participante apertava a tecla para avançar para a tarefa de julgamento foi aferido e delimitado como a primeira variável dependente considerada (tempo de reação na escuta). Ao apertar o botão de AVANÇAR, o participante era apresentado para a primeira escala (sinceridade) e, após realizar o julgamento solicitado, a tela mudava para a segunda escala (gentileza). Ao julgar o enunciado de acordo com a segunda escala, o participante, automaticamente, passava para a próxima história e repetia o mesmo procedimento até o final do experimento.

**Figura 3 — Representação esquemática do procedimento empregado no Experimento 2.**



Fonte: O autor (2020)

Como no Experimento 1, cada sessão experimental teve uma duração aproximada de 20 minutos.

#### 4.4.2 Resultados e discussão

Os tempos de reação foram registrados por meio do programa *Psyscope* e submetidos a uma análise da variância (ANOVA) por sujeitos com *design* fatorial 2X2 (*contexto discursivo* x *congruência do enunciado-alvo*). Diferentemente do Experimento 1, em que o tempo analisado era relativo à leitura dos enunciados, no Experimento 2 consideramos o tempo de reação registrado após a escuta do enunciado-alvo. Esse tempo correspondia ao intervalo entre o fim do áudio e a ação de apertar o botão para avançar na tarefa por parte do participante. Tal intervalo foi considerado relevante já que um possível estranhamento – derivado da eventual incongruência entre o enunciado e o contexto prévio – poderia ser capturado nesse ponto da tarefa.

A análise estatística dos tempos de reação após escuta dos enunciados-alvo, diferentemente do observado no Experimento 1, não revelou nenhum efeito significativo. Não houve diferença entre os tempos de reação frente aos enunciados congruentes (= literais) e incongruentes (= irônicos) com o contexto, o que pode ser compatível com um efeito facilitador das informações de natureza prosódica, quando comparado com o observado na tarefa de leitura utilizada no primeiro experimento. A Tabela 3 apresenta as médias de tempo de resposta aferido após escuta do enunciado alvo por condição experimental.

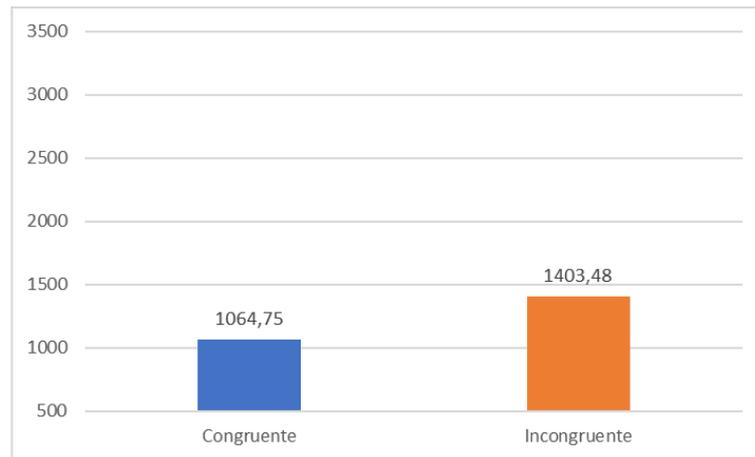
**Tabela 5 — Médias de tempo de reação (em milissegundos) na escuta dos enunciados-alvo por condição.**

Condição experimental	Tempo de reação após escuta
Positivo congruente (= elogio literal)	1836,68 ms
Negativo congruente (= crítica literal)	1903,46 ms
Positivo incongruente (= elogio irônico)	2003,38 ms
Negativo incongruente (= crítica irônica)	1999,27 ms

Fonte: O autor (2020)

No que diz respeito ao tempo de reação na tarefa de julgamento, na escala de sinceridade, foi registrado um efeito principal de *congruência* ( $F(1,19) = 6.49$   $p < .01$ ), com tempos de julgamento maiores para os enunciados incongruentes, como pode ser observado no Gráfico 10.

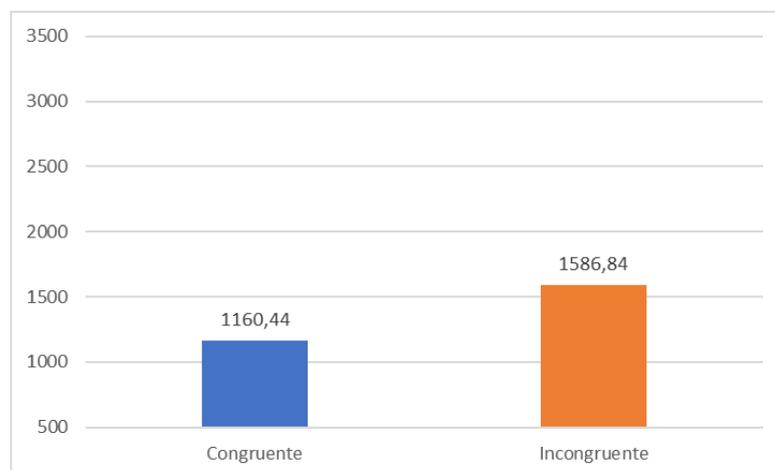
**Gráfico 10 — Tempo médio de julgamento (em milissegundos) na escala de sinceridade em função de congruência do enunciado-alvo.**



Fonte: O autor (2020)

No que diz respeito ao tempo de reação na escala de gentileza, também houve um efeito principal de *congruência* ( $F(1,19) = 5.97$   $p < .02$ ) com tempos de julgamento maiores para os enunciados incongruentes.

**Gráfico 11 — Tempo médio de julgamento (em milissegundos) na escala de gentileza em função de congruência do enunciado-alvo.**



Fonte: O autor (2020)

Com relação aos tempos de julgamento na escala de gentileza, foi obtido ainda um efeito principal de *contexto* ( $F(1,19) = 8.22$   $p < .009$ ). Assim como tinha sido observado no Experimento 1, no segundo experimento os contextos negativos também registraram tempos de reação significativamente superiores aos contextos positivos. Não foi observado efeito de interação entre ambas as variáveis independentes.

**Gráfico 12 — Tempo médio de julgamento (em milissegundos) na escala de gentileza em função de contexto discursivo.**

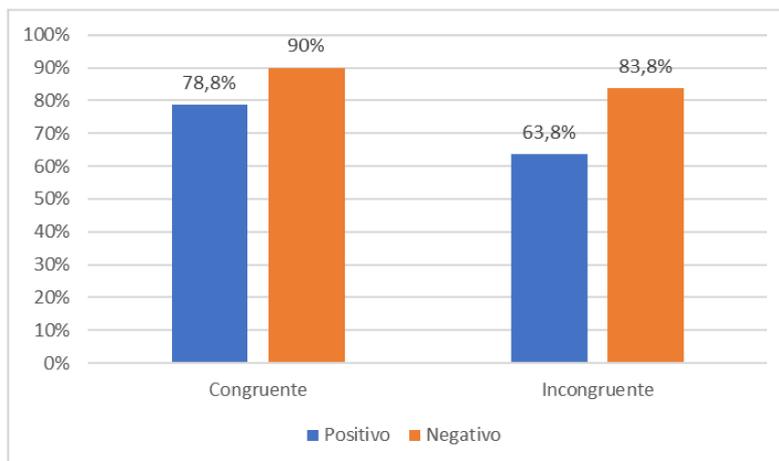


Fonte: O autor (2020)

Além dos tempos de reação na escuta dos enunciados-alvo e no julgamento dos enunciados, também foi analisada a avaliação dos enunciados em ambas as escalas.

Assim como no Experimento 1, a previsão era que, na escala de sinceridade, frente aos elogios literais (positivo congruente) e às críticas literais (negativo congruente), os participantes respondessem que o enunciador da história estava sendo “sincero”. Por outro lado, as críticas irônicas (negativo incongruente) e os elogios irônicos (positivo incongruente), deveriam ser julgados como “pouco sinceros”. De modo geral, os resultados obtidos foram na direção esperada e, novamente, a condição que parece gerar maior dificuldade é a que envolve enunciados positivos incongruentes (= elogios irônicos) que registrou o menor percentual de julgamentos-alvo. A diferença entre a porcentagem de julgamentos-alvo para os elogios e as críticas irônicas se manteve significativa ( $X^2(1) = 7.26$ ,  $p = .007$ ), embora em termos de valores absolutos essa diferença seja menor do que a observada no experimento anterior.

**Gráfico 13 — Percentual de julgamentos-alvo na escala de sinceridade (Max Score = 80).**



Fonte: O autor (2020)

As taxas de resposta “não sei” da escala de sinceridade estão reportadas na tabela abaixo.

**Tabela 6 — Número de julgamentos “não sei” na escala de sinceridade por condição experimental.**

Condição experimental	Número de julgamentos “não sei”
Positivo congruente (= elogio literal)	11
Negativo congruente (= crítica literal)	4
Positivo incongruente (= elogio irônico)	9
Negativo incongruente (= crítica irônica)	3

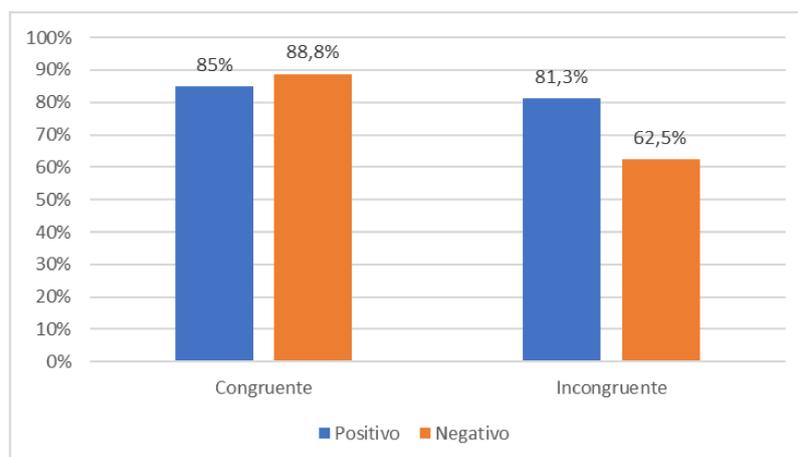
Fonte: O autor (2020)

Levando em conta o percentual de julgamentos-alvo dos enunciados de acordo com a escala de gentileza, esperávamos, em relação às críticas, tanto literais quanto irônicas, que os participantes respondessem que o enunciador estava sendo “pouco gentil. Na condição positivo congruente (= elogios literais), nossa expectativa era que os participantes respondessem que o enunciador estava sendo, ao contrário, “gentil”. Já quanto aos elogios irônicos, apesar de a intenção do enunciador fosse tecer um elogio ou expressar admiração, nós previmos, como já relatado no Experimento 1, que os

participantes iriam julgar que o enunciador estava sendo “pouco gentil”, tendo como base a discussão levantada por Dews e Winner (1995) denominada *Tinge Hypothesis*.

Como aconteceu no Experimento 1, a única condição que não foi ao encontro do que esperávamos foi a correspondente aos enunciados negativos incongruentes (= críticas irônicas). Embora a diferença entre os julgamentos-alvo para as críticas e elogios irônicos ainda se mostra significativa ( $X^2(1) = 6.05, p = .01$ ), o percentual de julgamentos-alvo para as críticas irônicas mais que dobrou, quando considerados os resultados do Experimento 1 (30% de respostas compatíveis ao julgamento-alvo) e 2 (62,5% de respostas compatíveis ao julgamento-alvo). Esse contraste pode sugerir que as informações prosódicas disponíveis teriam auxiliado em alguma medida os participantes na hora de julgar os enunciados. Os resultados do julgamento dos participantes de acordo com a escala de gentileza podem ser vistos no gráfico abaixo:

**Gráfico 14 — Percentual de julgamentos-alvo na escala de gentileza (Max Score = 80).**



Fonte: O autor (2020)

As taxas de resposta “não sei” da escala de gentileza também estão reportadas na tabela abaixo.

**Tabela 7 — Número de julgamentos “não sei” na escala de gentileza por condição experimental.**

Condição experimental	Número de julgamentos “não sei”
Positivo congruente (= elogio literal)	8
Negativo congruente (= crítica literal)	6
Positivo incongruente (= elogio irônico)	6
Negativo incongruente (= crítica irônica)	9

Fonte: O autor (2020)

### *Discussão*

Em primeira análise, deve-se destacar que, em relação ao tempo de reação após a escuta do enunciado-alvo, diferentemente do observado no Experimento 1, não foram obtidos efeitos significativos. Isto é, as diferenças nos tempos de reação frente aos enunciados irônicos e literais não se mostrou relevante, o que parece ser compatível com nossa primeira previsão de acordo com a qual um eventual efeito facilitador das informações de natureza prosódica reduziria ou tornaria não significativas as diferenças no processamento de enunciados literais e irônicos.

Quanto ao tempo de reação aferido na tarefa de julgamento nas duas escalas, tanto na de sinceridade quanto na de gentileza, foi obtido um efeito principal de *congruência* semelhante ao observado no Experimento 1. De acordo com as nossas previsões iniciais, um possível efeito facilitador da informação prosódica poderia ter eliminado – ou reduzido – as diferenças entre os tempos de julgamento, o que de fato não parece ter acontecido. No entanto, é possível que a mesma previsão levantada para os tempos de reação frente aos enunciados-alvo e os tempos de reação na tarefa de julgamento não fosse de fato correta. Considerando que os processos envolvidos na escuta ou leitura de enunciados e no julgamento consciente dos mesmos são distintos, um eventual efeito de informações de natureza prosódica não necessariamente teria reflexos em ambos os TR mencionados. Assim sendo, é possível que numa tarefa de julgamento, mais lenta, deliberativa e consciente, a diferença entre condições literais e irônicas se mantenha, independente de não ter sido registrada no tempo de reação frente aos enunciados.

Em relação aos julgamentos nas escalas, temos que, em relação à escala de sinceridade, os elogios irônicos ainda parecem ser os mais difíceis de serem compreendidos, visto a menor taxa de respostas-alvo. Mesmo assim, os resultados foram ao encontro do esperado, já que tínhamos como expectativa que a maioria dos participantes respondesse, aos enunciados literais, que o enunciador estava sendo “sincero”, e aos enunciados irônicos, que o enunciador estava sendo “pouco sincero”, o que de fato aconteceu.

Já em relação à escala de gentileza, a intenção por trás das críticas irônicas ainda gerou alguma dúvida entre os participantes. No entanto, houve uma evidente melhora no desempenho dos participantes quando comparado com o Experimento 1, passando de 30% de respostas compatíveis com o julgamento-alvo no primeiro experimento, para 62,5%, no segundo. Considerando que a única diferença relevante entre ambos os experimentos foi a modalidade de apresentação dos estímulos, esse resultado parece sugerir que no Experimento 2 os participantes tiveram uma menor dificuldade para compreender que as críticas irônicas são, de fato, críticas e não elogios. Nesse sentido, a presença de informações de natureza prosódica pode ter ajudado no processo de inferir o sentido pretendido. Ressalta-se aqui que a opção por uma “escala de gentileza” também não está isenta de críticas, visto que a própria denominação “gentil/pouco gentil” poderia de alguma forma influenciar a resposta dos participantes. Acreditamos, porém, que essa escolha procurou enviesar o menos possível essas respostas, visto que não apontou para o objetivo de nosso trabalho.

De modo geral, podemos afirmar que os resultados do Experimento 2 apresentam diferenças com relação ao reportado previamente para o Experimento 1. Tais diferenças podem sugerir que pistas prosódicas teriam algum papel na compreensão da ironia. Algumas das medidas consideradas trazem resultados indicativos de uma maior facilidade por parte dos participantes na identificação e interpretação de enunciados irônicos no segundo experimento. Esse fato poderia ser compatível com a existência de diferenças relevantes entre a leitura e a escuta de enunciados irônicos e literais, com as informações de natureza prosódica colaborando para a compreensão do sentido não literal.

Apesar de o papel da prosódia na compreensão de enunciados irônicos ainda ser uma questão em aberto na literatura, consideramos que, até o momento, nossos resultados se mostram mais compatíveis com o ponto de vista defendido por Ackerman

(1983), Cutler (1974), Grice (1989), Chevallier et al (2011) e Kowatch et al (2013), que defendem que a prosódia auxilia na compreensão de ironia. Novos experimentos, porém, devem ser conduzidos a fim de contribuir de forma mais robusta com essa discussão. Em particular, nosso segundo experimento não traz nenhuma informação quanto à natureza das pistas prosódicas que poderiam ser relevantes para a identificação de um enunciado como sendo ou não irônico. Uma análise acústica detalhada dos enunciados-alvo nas diferentes condições experimentais poderia trazer informações adicionais nesse sentido.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou investigar a compreensão de críticas e elogios irônicos e literais no PB do ponto de vista da psicolinguística experimental.

A discussão sobre o processamento de linguagem literal e não literal não é nova na literatura, mas, por outro lado, alguns pontos ainda se mostram extremamente controversos, o que nos instigou a desenvolver um estudo experimental que buscasse responder a algumas questões que nos intrigavam especificamente no que tange à compreensão de enunciados irônicos. As perguntas iniciais que permearam a nossa discussão e os resultados encontrados por nós com base em nossos estudos experimentais foram:

- (i) O processamento de críticas e elogios irônicos seria de fato mais custoso do que o processamento de críticas e elogios literais?

Alguns autores defendem que a linguagem não literal demora mais tempo para ser processada do que a linguagem literal (DEWS; WINNER 1995; COLSTON 1997; PEXMAN; GLENWRIGHT 2007), porém, outros defendem a teoria que se denomina de “Acesso Direto”, de acordo com a qual a linguagem não literal demandaria os mesmos custos de processamento do que a literal (GIBBS 1994, 2002; KINTSCH 1998; KINTSCH; BOWLES 2002; GLUCKSBERG; KEYSAR 1990; GLUCKSBERG 1998).

Assumimos como hipótese de trabalho o primeiro ponto de vista e, de modo geral, os resultados obtidos no nosso estudo experimental se mostraram compatíveis com a existência de diferenças no processamento de elogios e críticas literais, de um lado, e elogios e críticas irônicas de outro. De acordo com os nossos resultados, enunciados incongruentes (ou seja, aqueles irônicos) parecem ser processados e também julgados mais lentamente do que os enunciados congruentes (literais).

- (ii) Críticas irônicas seriam avaliadas como menos rudes do que críticas literais pelos falantes?

No que diz respeito a essa questão, tomamos como ponto de partida a discussão que também se faz presente na literatura, de acordo com a qual falantes seriam vistos como mais rudes quando criticam alguém (ou alguma situação) abertamente do que quando o fazem por meio de ironia (DEWS; WINNER 1995). Essa ideia se relaciona à

*Tinge Hypothesis*, mencionada anteriormente neste trabalho, que afirma que a forma do que é dito sobressai ao conteúdo do que você realmente quer dizer. Assim sendo, no caso das críticas irônicas, sua forma (literalmente elogiosa) de certa maneira atenuaria o conteúdo negativo veiculado pelo enunciado.

Para tentar investigar essa questão em nosso estudo experimental, introduzimos uma tarefa de julgamento de enunciados de acordo com uma “escala de gentileza”, que buscou aferir se os participantes achavam “mais gentis” as críticas irônicas e “menos gentis” as críticas literais. Com base nos resultados de nossos ambos experimentos, temos que a maioria dos participantes realmente pareceu não compreender a intenção negativa de uma crítica irônica, visto que a maioria respondeu que o enunciador da frase estava sendo “gentil”, quando, na verdade, sua intenção era criticar, e não elogiar. Em relação às críticas literais, os participantes chegaram à correta conclusão de que o enunciador estava sendo “pouco gentil” ao realizar uma crítica abertamente. Tais resultados sugerem que a *Tinge Hypothesis* aparentemente procede, visto que, em relação às críticas irônicas, a forma do que é dito realmente se sobressaiu ao conteúdo. No entanto, os nossos resultados não permitem de fato afirmar que críticas irônicas sejam vistas como “menos rudes” do que críticas literais, basicamente pelo fato de que – muitas vezes – as mesmas simplesmente não foram reconhecidas como críticas de fato. Para avaliar efetivamente esse ponto, seria necessário garantir que ambos tipos de enunciados – literais e irônicos – estão efetivamente sendo identificados como negativos.

Nesse sentido, um outro ponto relevante relacionado diz respeito à escala utilizada no julgamentos dos enunciados. Na nossa pesquisa optamos por denominar uma de nossas escalas de julgamento como “escala de gentileza”, com as possíveis respostas sendo “gentil”, “não sei” e “pouco gentil”, tivemos que excluir outras possibilidades de escalas que talvez pudessem gerar resultados diferentes. Em relação a isso, foi observado que estudos prévios têm utilizado outros tipos de escalas, como vimos ao longo dessa dissertação, tais como a escala “*very negatively/very positively*” (muito negativo/muito positivo), de Dews e Winner (1995); a escala “*not at all sarcastic/very sarcastic*” (pouco sarcástico/muito sarcástico), de Colston (1997); e a escala “*nice/mean*” (legal/malvado), de Harris e Pexman (2003) e Pexman e Glenwright (2007). Optamos por utilizar uma “escala de gentileza”, pois consideramos que não enviesaria as respostas dos participantes como uma “escala de sarcasmo” poderia

enviesar e, ao mesmo tempo, não simplificaria tanto a tarefa, como uma “escala de negativo/positivo” ou uma “escala de legal/malvado” poderia fazer.

Considerando os pontos levantados, podemos dizer que nossa pesquisa experimental traz resultados compatíveis com a ideia de que nossos participantes apresentaram dificuldades para interpretar corretamente críticas irônicas como tendo conotação negativa, especialmente no Experimento 1, no qual a taxa de julgamentos-alvo desses enunciados foi bastante reduzida (24/80). A partir dos nossos resultados, não é possível, no entanto, sustentar a ideia de que críticas literais sejam de fato avaliadas como mais rudes do que críticas irônicas, pelos motivos já expostos.

- (iii) Os elogios irônicos levariam mais tempo para serem compreendidos do que as críticas irônicas?

Muitos trabalhos trazem a discussão acerca das diferenças de processamento entre críticas e elogios irônicos, afirmando que os elogios irônicos são mais custosos de serem processados do que as críticas irônicas (DEWS; WINNER 1995; COLSTON 1997; HARRIS; PEXMAN 2003; PEXMAN; GLENWRIGHT 2007; GLENWRIGHT; PEXMAN 2010). As justificativas para tais diferenças de processamento ainda se mostram obscuras e, mesmo analisando a bibliografia sobre o assunto, não conseguimos chegar a uma conclusão clara do porquê isso aconteceria. O fato é que, tomando como base essa hipótese assumida por outros pesquisadores, nossos resultados se mostram compatíveis com uma diferença entre esses dois tipos de enunciados irônicos. Nossos participantes, de fato, apresentaram tempos de reação maiores para compreender elogios irônicos do que críticas irônicas. Assim mesmo, os elogios irônicos não foram identificados como sendo “gentis”, ou seja, não foram avaliados como verdadeiros elogios o que reforça a ideia de sua complexidade inerente. Qual a motivação para esses custos diferenciados? Embora estejamos longe de poder propor uma explicação satisfatória para esse ponto, consideramos que para um melhor entendimento da questão seria necessário: (i) Avaliar de forma detalhada a intencionalidade do falante ao utilizar esse tipo de enunciado (quando e em que contextos os mesmos são utilizados? – talvez uma análise de dados espontâneos de fala poderia ser informativa nesse sentido – elogios críticos são de fato “elogiosos” e/ou positivos?); e (ii) Identificar quais são os processos inferenciais envolvidos na compreensão da ironia: existe alguma diferença nesse sentido quando comparadas críticas e elogios irônicos?

- (iv) A compreensão da ironia seria facilitada quando pistas prosódicas explícitas estão efetivamente disponíveis?

Também controverso na literatura, o papel das pistas prosódicas na compreensão da ironia se mostrou um ponto passível de investigação. Alguns autores defendem que a prosódia auxilia, de fato, na compreensão da ironia (CUTLER 1974; ACKERMAN 1983; GRICE 1989; CHEVALLIER ET AL 2011; KOWATCH ET AL 2013; MOURA 2017), enquanto outros assumem a perspectiva de que as pistas prosódicas não têm grande relevância nesse quesito (KREUZ 1996; GIBBS 2000; BRYANT 2010; DELIENS 2018). Como o primeiro experimento do nosso estudo foi a partir de uma tarefa de leitura, ele não deu conta de avaliar o papel da prosódia. Tendo isso como base, resolvemos aplicar um segundo experimento, semelhante ao primeiro, em que, dessa vez, os participantes deveriam ouvir algumas histórias, narradas com a prosódia (natural) “adequada”. Embora vários pontos do nosso estudo experimental possam ser discutidos e aprofundados (cf. as seções de *Discussão* no reporte dos experimentos), a comparação entre os resultados dos Experimentos 1 e 2 mostrou diferenças no desempenho dos participantes. Uma possível interpretação para esse fato está baseada numa possível facilitação da compreensão de enunciados irônicos quando pistas de natureza prosódica estão disponíveis. No Experimento 2, as diferenças entre as condições experimentais diminuíram ou não se mostraram significativas, o que indica algum efeito das mudanças inseridas no procedimento experimental. Somos cientes de que nossos resultados são muito incipientes para sustentar afirmações mais categóricas, mas consideramos que é possível afirmar que modalidades de apresentação diferentes dos estímulos experimentais, isto é, leitura *versus* escuta (incluindo nesse caso informação prosódica explícita nos enunciados) trouxeram resultados distintos nos dois experimentos conduzidos.

Um ponto relacionado a ser abordado futuramente diz respeito a uma descrição das pistas prosódicas que poderiam ser relevantes na identificação de um enunciado irônico. Embora alguns autores (KREUZ 1996; GIBBS 2000) considerem que não haveria algo tal como uma “prosódia irônica”, é necessário considerar que isso também pode mudar de língua para língua e de um grupo cultural para outro.

Tendo essas quatro questões de pesquisa sido avaliadas – embora não necessariamente resolvidas – pelos nossos experimentos, ao fazer o levantamento bibliográfico sobre processamento da ironia, deparamo-nos com outras discussões que

não demos conta, devido ao tempo limitado disponível, de avaliar de forma mais detalhada. Duas dessas questões chamaram particularmente a nossa atenção, foram: em que medida o desenvolvimento da teoria da mente auxiliaria na compreensão da ironia? (FLAVELL 1976; WINNER; PERNER 1983; PERNER ET AL. 1987; VOSNIADOU 1987; WINNER; LEEKAM 1991; GIANNINI 2013; SZÜCS; BABARCZY 2017); e como a ironia é processada por crianças (ACKERMAN 1983; VOSNIADOU 1987; HANCOOK 2000; PEXMAN; GLENWRIGHT 2007; RECCHIA ET AL 2010; GLENWRIGHT; PEXMAN 2010; BANASIK; BOKUS 2012; BANASIK 2013; SZÜCS; BABARCZY 2017)? Ambas as questões parecem estar relacionadas entre si, visto que vários autores associam o desenvolvimento da teoria da mente com a capacidade de compreender enunciados não literais (FLAVELL 1976; WINNER; PERNER 1983; PERNER ET AL 1987; VOSNIADOU 1987; WINNER; LEEKAM 1991; GIANNINI 2013). Mais especificamente, esses trabalhos sugerem que a compreensão da ironia estaria diretamente relacionada à habilidade de compreender crenças falsas de segunda ordem, o que parece começar a ocorrer mais tardiamente na infância e ir se desenvolvendo ao longo dos anos com o aumento progressivo nas funções metacognitivas (FLAVELL 1976, p. 232 *apud* GIANNINI 2013). Por outro lado, alguns trabalhos que afirmam que o desenvolvimento da Teoria da Mente não seria tão relevante para a compreensão da ironia (SZÜCS; BABARCZY 2017). Essa perspectiva assume que o aprimoramento das crenças de segunda ordem não seria suficiente para que uma criança identifique a ironia por trás de um enunciado; o que auxiliaria de fato na compreensão desse fenômeno seria a consciência metapragmática, ou seja, a capacidade que possuímos de refletir sobre o uso da linguagem de maneira consciente.

Como não avaliamos, em nosso estudo experimental, a aquisição da linguagem por crianças, mas apenas o processamento da ironia por falantes adultos, as questões acima não puderam ser investigadas experimentalmente, mas certamente precisariam ser abordadas em pesquisas futuras.

Nosso trabalho se mostra o primeiro a investigar o fenômeno da ironia no PB no contexto da psicolinguística experimental – pelo menos até onde temos conhecimento. Porém, pelo fato de se tratar de uma dissertação de mestrado, o tempo não foi suficiente para que pudéssemos avaliar experimentalmente todas as questões que nos intrigavam. Por outro lado, alguns pontos que imaginamos já estarem consolidados na literatura

também se mostraram controversos, o que abriu espaço para várias discussões que serão retomadas em pesquisas futuras sobre como se dá o processamento da ironia, tanto na infância quanto na fase adulta.

Eventuais limitações do presente trabalho derivam de sua natureza exploratória. Procuramos apontar – dentro das nossas possibilidades – alguns pontos que merecem mais atenção e abrir caminho para que novas pesquisas possam contribuir com as discussões acerca do fenômeno aqui investigado. Consideramos que o assunto merece ser melhor debatido e que diferentes técnicas experimentais precisam ser consideradas para obtermos resultados mais robustos que irão nos auxiliar a entender, de fato, como se dá a compreensão da ironia.

## BIBLIOGRAFIA

APA Dictionary of Psychology. Theory of Mind. Disponível em: <https://dictionary.apa.org/theory-of-mind>. Acesso em: 17 abr.2020.

\_\_\_\_\_. Executive Functions. Disponível em: <https://dictionary.apa.org/executive-functions>. Acesso em: 17 abr.2020.

ACKERMAN, B. P. *Form and function in children's understanding of ironic utterances*. Journal of Experimental Child Psychology, 35, 1983. p. 487–508.

ANDRADE, M. *Contexto e funcionamento do discurso oral*. Revista da ANPOLL, São Paulo 4, 1998.

BANASIK, N. *Non-literal speech comprehension in preschool children – an example from a study on verbal irony*. Psychology of Language and Communication, 17 (3), 2013. p. 309–323.

BANASIK & PODSIADLO. *Comprehension of ironic utterances By bilingual children*. Psychology of Language and Communication 2016, Vol. 20, No. 3.

BANASIK, N. & BOKUS, B. *Measuring the understanding of verbal irony in children*. Poster presented at the Conference Psycholinguistics in Flanders, Berg en Dal. 2012.

BARBOSA, P. *Conhecendo melhor a prosódia: aspectos teóricos e metodológicos daquilo que molda nossa enunciação*. Rev. Est. Ling., Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2012.

BARBOSA, P.; MADUREIRA, S. *Manual de fonética acústica experimental: aplicações a dados do português*. São Paulo SP: Cortez Editora. 2015.

BARRETO, S. *Compreendemos “pintar o sete” e “pintar o quadro” da mesma forma? Um estudo experimental sobre o processamento de expressões idiomáticas no PB*. Juiz de Fora, 2017.

BASSO, Renato; FERRAREZI JUNIOR, Celso. *Semântica, semânticas: Uma introdução*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

BOUCHER, J; OSGOOD, C. *The Pollyanna Hypothesis*. Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior Volume 8, Issue 1, 1969. p 1-8.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. *Studies in interactional sociolinguistics*, 4. Politeness: Some universals in language usage. Cambridge University Press. 1987.

BRYANT, G. *Prosodic Contrasts in Ironic Speech*, Discourse Processes, 2010, 47:7, 545-566

CHEVALLIER et al. *What's in a voice? Prosody as a test case for the Theory of Mind account of autism*. Neuropsychologia 49, 2011. p. 507–517

COLSTON, H. *Salting a wound or sugaring a pill: The pragmatic functions of ironic criticisms. Discourse Processes*, 23, 1997. p 24–45.

CONZ, J. *Ironia verbal: teoria e considerações*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Monografia. Porto Alegre, 2010.

CUTLER, A. *On saying what you mean without meaning what you say*. In *Papers from the Tenth Regional Meeting, Chicago Linguistics Society*. Chicago: University of Chicago. 1974, p. 117-127.

DELIENS et al. *Context, facial expression and prosody in irony processing Journal of Memory and Language* 99, 2018. p. 35–48.

DEWS, S., & WINNER, E. *Muting the meaning: A social function of irony*. *Metaphor and Symbolic Activity*, 10, 1995. p. 3-19.

DEWS, S. et al. *Children's Understanding of the Meaning and Functions of Verbal Irony. Child Development*, Vol. 67, No. 6, 1996. p. 3071-3085.

FERNÁNDEZ & CAIRNS. *Fundamentals of Psycholinguistics*. Blackwell Publishing, 2011.

FERREIRA, W. *Prosódia da ironia: fala espontânea x fala atuada*. *Cadernos do IL, Porto Alegre*, n.º 50, junho de 2015. p. 48-77

FODOR, J. D. A Psicolingüística não pode escapar da prosódia. In: MAIA, M.; FINGER, I. (Orgs.) *Processamento da Linguagem: Série Investigações em Psicolingüística GT de Psicolingüística da ANPOLL*. Pelotas: Educat Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2005.

GAUDREAU, G. et al. *Mental State Inferences Abilities Contribution to Verbal Irony Comprehension in Older Adults with Mild Cognitive Impairment*. Hindawi Publishing Corporation, *Behavioural Neurology*, Volume 2015.

GIANNINI, P. *Comprensione e produzione dell'ironia in relazione allo sviluppo della Teoria Della Mente*. Corso di Laurea Triennale in Scienze e Tecniche Psicologiche Elaborato finale, 2013.

GIBBS, R. *On the psycholinguistics of sarcasm*. *Journal of Experimental Psychology: General*, 115, 1986. p. 3–15.

GIBBS, R. *The poetics of mind: Figurative thought, language, and understanding*. New York: Cambridge University Press, 1994.

GIBBS, R. Irony in talk among friends. *Metaphor & Symbol*, 15, 2000. p. 5–27.

GIBBS, R. *A new look at literal meaning in understanding what is said and implicated*. *Journal of Pragmatics*, v.34, 2002, p.457-486.

GILDEA P.; GLUCKSBERG, S. *On understanding metaphor: the role of context*. Journal of verbal learning and verbal behavior, v. 22, 1983. p. 577-590.

GIORA, R. On irony and negation. Discourse Processes, 19, 1995. p. 239–264.

GIORA, R. *On the priority of salient meanings: studies of literal and figurative language*. Journal of pragmatics, v.31, 1999. p. 919-929.

GLENWRIGHT, M., & PEXMAN, P. M. (2010). *Development of children's ability to distinguish sarcasm and verbal irony*. Journal of Child Language, 37, 2010. p. 429–451.

GLUCKSBERG, S.; KEYSAR, B. *Understanding metaphorical comparisons: Beyond similarity*. Psychologia Review, v.97, 1990, p.3-18.

GLUCKSBERG, S. *Understanding metaphors*. Current Directions in Psychological Science v.7, 1998. p. 39-43.

GLUCKSBERG, S. The psycholinguistics of metaphor. TRENDS in Cognitive Sciences Vol.7 No.2 February 2003, pp.92-96.

GORDON, R.; BERGEN, L. *Verbal Irony, Pretense, and the Common Ground*. Preprint submitted to Semantics and Pragmatics. 2019.

GRICE, H. P. *Lógica e Conversação*. In: DASCAL, M (org.). Fundamentos Metodológicos da Linguística. Vol. IV. São Paulo: Campinas, 1975. p. 81-103.

HARRIS, M., & PEXMAN, P. M. *Children's perceptions of the social functions of verbal irony*. Discourse Processes, 36 (3), 2003. p. 147-165.

HELENE, A.; XAVIER, G. *A construção da atenção a partir da Memória*. Rev Bras Psiquiatr 2003;25(Supl II):12-20

JEFFREY T. HANCOCK , PHILIP J. DUNHAM & KELLY PURDY. *Children's Comprehension of Critical and Complimentary Forms of Verbal Irony*. Journal of Cognition and Development, 1:2, 2010. p. 227-248, DOI: 10.1207/S15327647JCD010204

KINTSCH, W. *Comprehension: a paradigm for cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. 461p.

KINTSCH, W.; BOWLES, A. R. *Metaphor comprehension: what makes a metaphor difficult to understand?* Metaphor and Symbol v.17, 2002, p.249-262.

KOVÁCS, A. M. *Early bilingualism enhances mechanisms of false-belief reasoning*. Developmental Science 12:1, 2009. p 48–54.

KOWATCH et al. *Irony Comprehension in Action: A New Test of Processing for Verbal Irony*. Discourse Processes, 50:5, 2013. p. 301-315.

KREUZ, R.J., LONG, D.L., & Church, M.B. *On being ironic: Pragmatic and mnemonic implications*. *Metaphor and Symbolic Activity*, 6, 1991. p. 149-162.

KREUZ, R. *The use of verbal irony: Cues and constraints*. In J. Mio & A. Katz (Eds.), *Metaphor: Implications and applications*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc, 1996. p. 23-38.

KREUZ, R. J., KASSLER, M. A., COPPENRATH, L., MCLAIN, A.B. *Tag Questions and Common Ground Effects in the Perception of irony*. *Journal of Pragmatics*, 31, 1999. p. 1685-1700.

LEITÃO, M. M. *Psicolinguística experimental: focalizando o processamento da linguagem*, p. 217-234. In: *Manual de Linguística*. Org.: MARTELOTTA, M. E. São Paulo: Contexto, 2015.

MARINIS, T. *On-line sentence processing methods in typical and atypical populations*. In: UNSWORTH, S.; BLOM, E. (Eds.). *Experimental methods in language acquisition research*. John Benjamins [Language Learning and Language Teaching], 2010. p.139-162.

MARTIN, R. *Cognitive Processes in Conversational Humor: Irony and Sarcasm*. In: *The psychology of humor*. 2007. p. 97-101.

MARTINS, V. P. S. *Estratégias de compreensão de expressões idiomáticas por não nativos do português brasileiro*. 2013, 412 folhas. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Federal do Ceará.

MARTINS, C.; BARRETO, A. L.; CASTIAJO, P. *Teoria da mente ao longo do desenvolvimento normativo: Da idade escolar até à idade adulta*. *Análise Psicológica*, 2014. p. 377-392.

MATLIN, M. W., & STANG, D. J. *The Pollyanna Principle: Selectivity in language, memory, and thought*. Cambridge, MA, US: Schenkman, 1978.

MESSA, L. C. S. *Ironia Verbal: do conceito skinneriano à análise do discurso jurídico irônico*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

MORAES, J., RILLIARD, A. MOTA, B. & SHOCHI, T. *Multimodal perception and production of attitudinal meaning in Brazilian Portuguese*. *Proceedings Speech Prosody*, 2010.

MOURA, L. *Contribuições prosódicas para a expressão do sarcasmo à luz da teoria da relevância*. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE* V. 9, N. 2, 2017.

OLIVEIRA, K; OLIVEIRA, B. *Análise sintática: um estudo sobre a ambiguidade estrutural em manchetes*. Revista do Instituto de Ciências Humanas – vol. 13, nº 18, 2017.

PERNER, J., LEEKAM, S., & WIMMER, H. *Three-year-old's difficulty with false belief: The case for conceptual deficit*. British Journal of Developmental Psychology, 5, 1987. p.125–137

PEXMAN, P. M., & GLENWRIGHT, M. *How do typically developing children grasp the meaning of verbal irony?* Journal of Neurolinguistics, 20(2), 2007. p. 178-196.

PREMACK, D. & WOODRUFF, G. *Does the chimpanzee have a theory of mind?* Volume 1, Issue 4 (A Special Issue on Cognition and Consiousness in Nonhuman Species). December 1978, pp. 515-526

RECCHIA, H.E., HOWE, N., ROSS, H.S., & ALEXANDER, S. *Children's understanding and production of verbal irony in family conversations*. The British Journal of developmental Psychology, 28 (2), 2010. p. 255–274.

REGEL, S.; GUNTER, T.; FRIEDERICI, A. *Isn't It Ironic? An Electrophysiological Exploration of Figurative Language Processing*. Journal of Cognitive Neuroscience 23:2, 2011. pp. 277-293.

SEARLE, J. *Metaphor*. In: ORTONY, A. (Ed.) *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p. 92-123.

SEARLE, J. R. *The problem of consciousness. Consciousness and Cognition* An International Journal, 2(4), 1993. p. 310-319. <http://dx.doi.org/10.1006/ccog>.

SOUZA, A. C. *A Memória De Trabalho Do Processamento De Metáfora: Reflexões Teóricas*. WORKING PAPERS EM LINGÜÍSTICA, UFSC N.7, 2003.

SOUZA, D. H. *Falando sobre a Mente: Algumas Considerações sobre a Relação entre Linguagem e Teoria da Mente*. In: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (3), 2006. p. 387-394.

SZÜCS, M; BABARCZY, A. *The role of Theory of Mind, gramatical competence and metapragmatic awareness in irony comprehension*. DOI: 10.1515/9781501505089-008, January 2017.

VOSNIADOU, S. *Contextual and Linguistic Factors in Children's Comprehension of Nonliteral Language*. 2:1, 1-11, DOI: 10.1207/s15327868ms0201\_1. 1987.

WIMMER, H. & PERNER, J. *Beliefs about beliefs: Representation and constraining function of wrong beliefs in young children's understanding of deception*. Cognition, 13, 1983. p.103-28.

WINNER, E., & LEEKAM, S. *Distinguishing irony from deception: Understanding the speaker's second-order intention*. British Journal of Developmental Psychology, 9, 1991. p. 257–270.

## APÊNDICE – Narrativas e enunciados alvo utilizados nos Experimentos 1 e 2

### **História A – fumar - versão negativa**

Milena nunca fumou na vida, mas seu namorado Felipe fuma socialmente. Ontem, no bar, enquanto ele acendia um cigarro, ela falou para o Felipe:

Crítica literal: “Você não cuida da sua saúde” – Congruente

Crítica não literal (ironia): “Você cuida bem da sua saúde” – Incongruente

### **História A – fumar - versão positiva**

Milena nunca fumou na vida. Seu namorado Felipe sim, mas parou recentemente. Ontem, no bar, enquanto Felipe recusava um cigarro, ela falou para ele:

Elogio literal: “Você cuida bem da sua saúde” – Congruente

Elogio não literal (ironia): “Você não cuida da sua saúde” – Incongruente

### **História B – filme – versão negativa**

Letícia só gosta de filmes de ação, mas sua amiga Joana detesta. Ontem, no cinema, enquanto Letícia escolhia um filme, Joana falou para ela:

Crítica literal: “Você só escolhe filmes ruins” – Congruente

Crítica não literal (ironia): “Você só escolhe filmes bons” – Incongruente

### **História B – filme – versão positiva**

Letícia e Joana são amigas. Elas gostam exatamente do mesmo tipo de filme. Ontem, no cinema, enquanto Letícia escolhia um filme, Joana falou para ela:

Elogio literal: “Você só escolhe filmes bons” – Congruente

Elogio não literal (ironia): “Você só escolhe filmes ruins” – Incongruente

### **História C – trabalho - versão negativa**

Roberto e Henrique são colegas de trabalho. Ontem, no serviço, enquanto Roberto assistia a filmes no celular, Henrique falou para ele:

Crítica literal: “Você é um péssimo funcionário” – Congruente

Crítica não literal (ironia): “Você é um ótimo funcionário” – Incongruente

**História C – trabalho - versão positiva**

Roberto e Henrique são colegas de trabalho. Ontem, no escritório, enquanto Roberto finalizava um serviço brilhante, Henrique falou para ele:

Elogio literal: “Você é um ótimo funcionário” – Congruente

Elogio não literal (ironia): “Você é um péssimo funcionário” – Incongruente

**História D – futebol – versão negativa**

Otávio e Afonso são jogadores de futebol. Terça-feira, no treino, depois de Otávio errar três passes, Afonso falou para ele:

Crítica literal: “Você é um péssimo jogador” - Congruente

Crítica não literal (ironia): “Você é um ótimo jogador” - Incongruente

**História D – futebol – versão positiva**

Otávio e Afonso são jogadores de futebol. Terça-feira, no treino, depois de Otávio fazer uma ótima jogada, Afonso falou para ele:

Elogio literal: “Você é um ótimo jogador” – Congruente

Elogio não literal (ironia): “Você é um péssimo jogador” – Incongruente

**História E – passarela - versão negativa**

Karina e Aline são modelos principiantes. Domingo, em um desfile, depois que Karina errou a hora de entrar e tropeçou várias vezes, Aline falou para ela:

Crítica literal: “Você não leva jeito como modelo” – Congruente

Crítica não literal (ironia): “Você leva muito jeito como modelo” – Incongruente

**História E – passarela - versão positiva**

Karina e Aline são modelos principiantes. Domingo, em um desfile, depois que Karina foi ovacionada pela plateia, Aline falou para ela:

Elogio literal: “Você leva muito jeito como modelo” – Congruente

Elogio não literal (ironia): “Você não leva muito jeito como modelo” – Incongruente

**História F – assalto – versão negativa**

Renato e Ícaro são assaltantes. Sábado, enquanto assaltavam uma casa, o alarme da casa disparou e Renato falou para Ícaro:

Crítica literal: “Você só escolhe casas ruins” – Congruente

Crítica não literal (ironia): “Você só escolhe casas boas” – Incongruente

**História F – assalto – versão positiva**

Renato e Ícaro são assaltantes. Sábado, enquanto assaltavam uma casa, acharam várias barras de ouro e Renato falou para Ícaro:

Elogio literal: “Você só escolhe casas boas” – Congruente

Elogio não literal (ironia): “Você só escolhe casas ruins” – Incongruente

**História G – sapatos – versão negativa**

Luiza e Sabrina são colegas de quarto. Hoje, enquanto Luiza saía para uma festa, Sabrina viu que a colega usava sapatos horrorosos e falou para ela:

Crítica literal: “Você se veste muito mal” – Congruente

Crítica não literal (ironia): “Você se veste muito bem” – Incongruente

**História G – sapatos – versão positiva**

Luiza e Sabrina são colegas de quarto. Hoje, enquanto Luiza saía para uma festa, Sabrina viu que a colega usava sapatos lindos e falou para ela:

Elogio literal: “Você se veste muito bem” – Congruente

Elogio não literal (ironia): “Você se veste muito mal” – Incongruente

**História H – jantar – versão negativa**

Gisele sabe cozinhar, mas seu marido Luciano nunca aprendeu. Sábado, em casa, enquanto Luciano tentava fazer o jantar, ela falou para o Luciano:

Crítica literal: “Você cozinha muito mal” – Congruente

Crítica não literal (ironia): “Você cozinha muito bem” – Incongruente

**História H – jantar – versão positiva**

Gisele nunca cozinhou na vida, mas seu marido Luciano cozinha muito bem. Sábado, em casa, enquanto Luciano preparava o jantar, ela falou para o Luciano:

Elogio literal: “Você cozinha muito bem” – Congruente

Elogio não literal (ironia): “Você cozinha muito mal” – Incongruente

### **História I – música – versão negativa**

Sérgio e Conrado têm uma banda de rock. Hoje, enquanto se apresentavam em um show, Sérgio desafinou várias vezes e Conrado disse para ele:

Crítica literal: “Você tocou muito mal” – Congruente

Crítica não literal (ironia): “Você tocou muito bem” – Incongruente

### **História I – música – versão positiva**

Sérgio e Conrado têm uma banda de rock. Hoje, enquanto se apresentavam em um show, Sérgio fez um solo de guitarra perfeito e Conrado disse para ele:

Elogio literal: “Você tocou muito bem” – Congruente

Elogio não literal (ironia): “Você tocou muito mal” – Incongruente

### **História J – aniversário – versão negativa**

Daniel e Patrícia são casados. Ontem, no aniversário de Patrícia, Daniel esqueceu de comprar um presente e Patrícia disse para ele:

Crítica literal: “Você se importa pouco comigo” – Congruente

Crítica não literal (ironia): “Você se importa muito comigo” – Incongruente

### **História J – aniversário – versão positiva**

Daniel e Patrícia são casados. Ontem, no aniversário de Patrícia, Daniel comprou um presente muito legal e Patrícia disse para ele:

Elogio literal: “Você se importa muito comigo” – Congruente

Elogio não literal (ironia): “Você se importa pouco comigo” – Incongruente

### **História K – livros – versão negativa**

Camila gosta de livros de terror, mas sua amiga Flávia morre de medo. Ontem, na livraria, depois de Camila escolher um livro para comprar, Flávia disse para ela:

Crítica literal: “Você só curte livros ruins” – Congruente

Crítica não literal (ironia): “Você só curte livros bons” – Incongruente

### **História K – livros – versão positiva**

Camila e Flávia são amigas e compartilham o mesmo gosto literário. Ontem, na livraria, depois de Camila escolher um livro para comprar, Flávia disse para Camila:

Elogio literal: “Você só curte livros bons” – Congruente

Elogio não literal (ironia): “Você só curte livros ruins” – Incongruente

### **História L – dirigir – versão negativa**

Mateus e Carla são namorados, e Mateus tirou carteira de motorista há pouco tempo. Sábado, em um estacionamento, ele bateu o carro, e Carla disse para ele:

Crítica literal: “Você não está dirigindo bem” – Congruente

Crítica não literal (ironia): “Você está dirigindo muito bem” – Incongruente

### **História L – dirigir – versão positiva**

Mateus e Carla são namorados, e Mateus tirou carteira de motorista há pouco tempo. Sábado, em um estacionamento, ele fez uma vaga perfeita, e Carla disse para ele:

Elogio literal: “Você está dirigindo muito bem” – Congruente

Elogio não literal (ironia): “Você não está dirigindo muito bem” – Incongruente

### **História M – escola – versão negativa**

Rafaela e Taís estudam na mesma classe da escola. Hoje, na aula, enquanto Rafaela conversava em vez de prestar atenção na professora, Taís disse para ela:

Crítica literal: “Você é uma aluna horrível” – Congruente

Crítica não literal (ironia): “Você é uma aluna exemplar” – Incongruente

### **História M – escola – versão positiva**

Rafaela e Taís estudam na mesma classe da escola. Hoje, na aula, enquanto Rafaela respondia corretamente a todas as perguntas da professora, Taís disse para ela:

Elogio literal: “Você é uma aluna exemplar” – Congruente

Elogio não literal (ironia): “Você é uma aluna horrível” – Incongruente

### **História N – circo – versão negativa**

Miguel é um trapezista de sucesso e Davi entrou no circo há pouco tempo. Terça-feira, no ensaio, Davi caiu do trapézio várias vezes e Miguel disse para ele:

Crítica literal: “Você não foi bem no treino” – Congruente

Crítica não literal (ironia): “Você foi tão bem no treino” – Incongruente

### **História N – circo – versão positiva**

Miguel e Davi são trapezistas de sucesso. Terça-feira, no ensaio, depois de Davi realizar um salto perfeito, Miguel disse para o Davi:

Elogio literal: “Você foi bem no treino” – Congruente

Elogio não literal (ironia): “Você foi mal no treino” – Incongruente

### **História O – música – versão negativa**

Marisa adora música clássica, mas sua irmã Ivete acha entediante. Hoje em casa, enquanto ouviam uma música que Marisa escolheu, a Ivete disse para ela:

Crítica literal: “Você só escolhe música chata” – Congruente

Crítica não literal (ironia): “Você só escolhe música legal” – Incongruente

### **História O – música – versão positiva**

Marisa e Ivete são irmãs e as duas adoram música clássica. Hoje, em casa, enquanto ouviam uma música que Marisa escolheu, a Ivete disse para ela:

Elogio literal: “Você só escolhe música legal” – Congruente

Elogio não literal (ironia): “Você só escolhe música chata” – Incongruente

### **História P – karaokê – versão negativa**

Débora e Laís são amigas, e Débora é uma péssima cantora. Domingo, em um karaokê, depois de Débora cantar, a Laís disse para ela:

Crítica literal: “Você é tão desafinada” – Congruente

Crítica não literal (ironia): “Você é tão afinada” – Incongruente

### **História P – karaokê – versão positiva**

Débora e Laís são amigas, e Débora é uma ótima cantora. Domingo, em um karaokê, depois de Débora cantar, a Laís disse para ela:

Elogio literal: “Você é tão afinada” – Congruente

Elogio não literal (ironia): “Você é tão desafinada” – Incongruente